

CIBELI GROCHOSKI

**AS RELAÇÕES DE GÊNERO ALÉM DAS PÁGINAS DE *QUERIDA*: A
REVISTA E SUAS LEITORAS IRATIENSES ENTRE O TRADICIONAL E O
MODERNO DURANTE A DÉCADA DE 1960**

IRATI

2020

CIBELI GROCHOSKI

**AS RELAÇÕES DE GÊNERO ALÉM DAS PÁGINAS DE *QUERIDA*: A
REVISTA E SUAS LEITORAS IRATIENSES ENTRE O TRADICIONAL E O
MODERNO DURANTE A DÉCADA DE 1960**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em História, Curso de Pós-
Graduação em História, Área de Concentração “História
e Regiões”, da Universidade Estadual do Centro-Oeste –
UNICENTRO-PR.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Nadia Maria Guariza

Linha de Pesquisa: Espaços de Práticas e Relações de
Poder

IRATI

2020

Catálogo na Publicação

Rede de Bibliotecas da Unicentro

G873r Grochoski, Cibeli
As relações de gênero além das páginas de *Querida*: a revista e suas leitoras iratienses entre o tradicional e o moderno durante a década de 60 / Cibeli Grochoski. -- Irati, 2020.
xi, 165 f. : il. ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões, 2020.

Orientadora: Nadia Maria Guariza
Banca examinadora: Cláudia Priori, Ana Maria Rufino Gillies, Nadia Maria Guariza

Bibliografia

1. Revista *Querida*. 2. Representações. 3. Leitoras. 4. Gênero. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em História.

CDD 981



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE/UNICENTRO
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPESP
Programa de Pós-Graduação em História – PPGH
Área de Concentração – História e Regiões



TERMO DE APROVAÇÃO

Cibeli Grochoski

As Relações de Gênero Além das Páginas de Querida: a revista e suas leitoras iratienses entre o tradicional e o moderno durante a década de 1960

Dissertação aprovada em 27/10/2020, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela seguinte Banca Examinadora:


Dr.^a Claudia Priori

Universidade Estadual do Paraná
Titular


Dr.^a Ana Maria Rufino Gillies

Universidade Estadual do Centro-Oeste
Titular


Dr.^a Nadia Maria Guariza

Universidade Estadual do Centro-Oeste
Orientadora e Presidente da Banca Examinadora

Irati – PR
2020

À minha família: Marlene, Maurício, Camila e Robson... Que estiveram comigo em todos os passos desta jornada.

AGRADECIMENTOS

Esta é a última página que escrevo, mas é a qual eu penso a respeito deste as primeiras linhas... Enfim a hora de agradecer!

Primeiramente agradeço à Deus e à Nossa Senhora das Graças por me concederem forças para seguir em frente e atenderem as minhas preces.

Agradeço imensamente aos meus pais José Maurício Grochoski e Lila Marlene Sucheski Grochoski por toda a dedicação, carinho, amor, fé e esperança que depositaram em mim o que me impulsiona a sempre seguir em frente e correr atrás dos meus objetivos. Esta dissertação é para vocês!

Agradeço à Camila Grochoski por ser além de irmã minha melhor amiga. Foi de você que veio a minha curiosidade sobre a “História”, pois você sempre voltava das aulas contando o que aprendeu nesta disciplina me deixando curiosa! Obrigada por tudo, amo você. Agradeço também ao cunhadinho Alex Josefi pelas risadas e amizade.

Agradeço ao meu esposo Robson Elan de Lima meu companheiro e amigo. Obrigada por ter me ouvido ao longo desse processo, por me consolar, me dar forças, sonhar junto a mim e cobrar a sua maneira a escrita desta dissertação. Sinto-me feliz por dividir a vida com você.

Agradeço *in memoriam* a meu amado vô Mariano Grochoski que neste mundo físico já não está mais presente, entretanto está vivo nas minhas mais belas lembranças, nunca me esquecerei de você!

À Ivone Kufta Grochoski que sempre esteve presente em todos os momentos da minha vida, obrigada vó pelo incentivo constante, pelo amor, pelas risadas e pelos mimos...

Agradeço aos meus filhos de quatro patas, Amarelão e Nina que deixam os meus dias mais alegres... Amarelão que me acompanhou até ao ponto do ônibus durante os últimos três anos da graduação e período das disciplinas do mestrado, cão arteiro e sorridente que sempre me acompanhou mesmo contra a minha vontade, desculpa pelas vezes que fingi que não te conhecia...

Agradeço à minha querida orientadora professora Dra. Nadia Maria Guariza por ter aceitado me orientar, foi você quem deu forma a esta dissertação, este trabalho também é seu! Obrigada pelas disciplinas ministradas e pelo período em que fui sua estagiária na disciplina “História e Cinema”, pelas conversas e orientações durante estes dois últimos anos, com você aprendi muito. Agradeço profundamente pela paciência,

afetuosidade, compreensão e dedicação em me orientar. A você meu eterno carinho e admiração.

Agradeço à professora Dra. Ana Maria Rufino Gillies por ter aceitado fazer parte da minha banca e por me acompanhar deste a graduação. Foi com você que dei os meus primeiros passos como pesquisadora ao escrever o meu Trabalho de Conclusão de Curso. Obrigada por acreditar em mim, me apoiar e me ajudar sempre que eu precisei. Foi você que me encorajou a participar da seleção do mestrado sem você eu não estaria escrevendo essas linhas agora, obrigada professora Ana você é muito importante na minha jornada acadêmica e na minha história.

Agradeço a professora Dra. Claudia Priori pela inestimável contribuição concedida durante o exame de qualificação.

Agradeço a Cibele Zwar Farago, secretária do PPGH, que sempre me auxiliou nas questões administrativas relacionadas ao curso de mestrado. Agradeço ao CEDOC e a Márcia Doré por me prestar assistência com muita dedicação.

Agradeço aos colegas da Pós-Graduação, em especial a Amanda Lamara Demétrio Santos e Ingrid Taylana Machado pelas discussões, amizade e solidariedade.

Agradeço as entrevistadas e ao entrevistado por me receberem e contarem as suas trajetórias de vida.

Agradeço as indicações de entrevistadas a Juliana Bastos, que conhecia muito bem estas mulheres.

À CAPES pela bolsa recebida.

Agradeço a todos familiares, amigos e amigas que de alguma forma estiveram presentes nesta caminhada, meus profundos e sinceros agradecimentos.

Nunca digam – isso é natural!
Diante dos acontecimentos de cada dia.
Nunca digam – isso é natural!
A fim de que nada passe por imutável.

Brecht

RESUMO

Esta dissertação analisa as representações de papéis de gênero na revista feminina *Querida*, publicada pela Rio Gráfica Editora, pertencente ao Grupo Globo, os periódicos analisados foram publicados durante a década de 1960. Neste estudo, procuramos compreender qual era a representação que a revista trazia a respeito da “mulher moderna”, atribuindo-lhe valores e representações tradicionais e conservadoras que definem as relações de gênero. Os anos 60 são marcados pelo período em que a sociedade brasileira estava se constituindo como moderna, integrando, também, o período conhecido como os Anos Dourados (1945-1964). Aqui, busca-se, compreender qual a participação dos discursos da revista, na constituição das subjetividades das mulheres, leitoras. Para isso, foi utilizada a metodologia da história oral ao entrevistar mulheres iratienses que liam essa revista, durante a década estudada. Além de mulheres, foi entrevistado um homem, o seu relato foi importante para aprofundarmos o olhar quanto às masculinidades. Com a metodologia oral, entramos nos espaços de sociabilidade das leitoras do município de Irati – PR, que, durante os anos 60, levavam os discursos para além das revistas, vestiam-se e se comportavam como “típicas mulheres dos Anos Dourados”, em seus espaços de sociabilidade, por exemplo: as escolas, o cinema, os bailes, dando ênfase ao Baile da Primavera, no qual as moças debutavam com elegância, tais quais os padrões da época. Discutiremos, ainda, o conceito de representação, leitura e leitoras, sob a luz das discussões desenvolvidas pelo historiador Roger Chartier, tendo a revista como um formato de região onde existem táticas e estratégias, de acordo com Michel de Certeau. A fim de tratar a história das mulheres e os estudos das relações de gênero, contamos com a contribuição das historiadoras Michelle Perrot e Joan Scott. Além de outros autores, como, Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Alistair Thompson, Alessandro Portelli, Tania Regina de Luca, Maria Celeste Mira, entre outras pesquisadoras e pesquisadores, importantes referenciais teóricos e metodológicos para este trabalho.

Palavras-chaves: Revista *Querida*; Representações; Leitoras; Gênero.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the representations of gender roles in the women's magazine *Querida*, published by Rio Gráfica Editora, belonging to the Globo Group, the analyzed journals were published during the 1960s. In this study, we tried to understand what was the representation that the magazine brought to respect for the “modern woman”, giving her traditional and conservative values and representations that define gender relations. The 60's are marked by the period in which Brazilian society was becoming modern, also integrating the period known as the Golden Years (1945-1964). Here, we seek to understand the participation of the journal's speeches, in the constitution of the subjectivities of women, readers. For this, the oral history methodology was used when interviewing *iratienses* women who read this magazine, during the studied decade. In addition to women, a man was interviewed, his report was important to deepen our view of masculinities. With the oral methodology, we entered the sociability spaces of the readers of the municipality of Irati - PR, who, during the 1960s, took speeches beyond magazines, dressed and behaved like “typical women of the Golden Years”, in its spaces of sociability, for example: schools, cinema, dances, with emphasis on the Spring Ball, in which the girls debuted with elegance, such as the standards of the time. We will also discuss the concept of representation, reading and readers, in the light of the discussions developed by historian Roger Chartier, having the magazine as a format of the region where there are tactics and strategies, according to Michel de Certeau. In order to address the history of women and studies of gender relations, we have the contribution of historians Michelle Perrot and Joan Scott. In addition to other authors, such as Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Alistair Thompson, Alessandro Portelli, Tania Regina de Luca, Maria Celeste Mira, among other researchers and researchers, important theoretical and methodological references for this work.

Keywords: *Querida* Magazine; Representations; Readers; Gender.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I	
MÍDIA PARA MULHERES: 1960, O IMPRESSO FEMININO ESTÁ NA MODA	23
1.1 Revistas femininas: definindo um objeto.....	24
1.2 Da “rainha do lar” à “mulher moderna”: a modernização do papel feminino.....	36
1.3 <i>Querida</i> : entre práticas de leitura e representação.....	46
CAPÍTULO II	
QUERIDA: ENTRE O MODERNO E O TRADICIONAL.....	58
2.1 Conselhos e representações de mulheres nas páginas de <i>Querida</i>	59
2.2 “Certo e errado nas pequenas coisas”: normas de comportamento feminino.....	91
2.3 Horóscopo: os homens e as mulheres de cada signo.....	96
CAPÍTULO III	
ALÉM DAS PÁGINAS DE QUERIDA: AS “MULHERES MODERNAS” DE IRATI NA METADE DO SÉCULO XX.....	101
3.1 Construindo uma fonte: a memória e a história oral.....	102
3.2 Memórias e Sociabilidades: os espaços das/dos jovens iratienses em 1960.....	105
3.3 “Gato e mulher em casa; Homem e cachorro na rua”: expectativas tradicionais sob “ corpos modernos”.....	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
FONTES.....	155
BIBLIOGRAFIAS.....	157

INTRODUÇÃO

Na cidade de Irati, sudeste do estado do Paraná, no mês de fevereiro de 1916, nasceu Linda Garzuze. Filha de comerciantes, certo dia, no estabelecimento comercial Linda conheceu um rapaz, guarapuavano, chamado Romeu, que, logo ficou com o seu dote, e, com isso, décadas depois com o nome do seu acervo.

Linda e Romeu foram casados por mais de 60 anos, após a morte do casal, parentes entregaram alguns pertences ao Centro de Documentação e Memória (CEDOC) da Universidade Estadual do Centro-Oeste, *campus* de Irati. O acervo é composto por pertences de Linda e Romeu, no entanto, o nome do acervo era designado apenas com o nome dele, mas, após alguns anos de discussões, o nome do acervo foi corrigido: “Fundo Romeu e Linda Crissi”.

Linda era uma leitora assídua da revista feminina *Querida*, ela colecionou todos os exemplares dos anos entre 1954 a 1967, guardou também outras revistas, livros, almanaques, convites de bailes etc. As revistas, relacionadas ao universo feminino, assinadas por Linda, demonstram o contínuo interesse que ela tinha em manter-se atualizada. Não por acaso, foi considerada uma das mulheres mais elegantes da sociedade iratiense de sua época¹.

O encontro com essa fonte, deu-se, a partir de uma visita ao CEDOC, em 2017, em uma disciplina de pesquisa, durante a minha graduação em História. No período, minhas pesquisas estavam voltadas para a História da Alimentação, mas os periódicos da revista *Querida* me chamaram a atenção pelo conteúdo que eles apresentavam.

Em 2018, quando eu pensava em um projeto de mestrado, retornei ao CEDOC e comecei a folhear essas revistas femininas à procura de uma temática para pesquisar, no início, voltando o olhar para a História da Alimentação, nas seções de culinária. Passei dias e horas lendo os exemplares de *Querida* e me interrogando sobre aqueles discursos que me lembravam dos “sermões” que eu recebi da minha avó paterna. Desde a infância até a adolescência, ela me “educava” para ser uma “moça direita”, ensinando-me a como me comportar, preservar-me, dizia ela: “o homem balançou o paletó tá limpo, a mulher...” Deixava-me de “cabelos em pé”! Demorou um tempo até eu criar a consciência de que tudo isso eram representações criadas sobre feminilidade e masculinidade, mas, para minha avó, isso é natural, verdades incontestáveis. Quando

¹ Disponível em: <https://www3.unicentro.br/cedoci/wp-content/uploads/sites/56/2018/10/Romeu-e-Linda-Crissi.pdf> Acesso em 30/07/2020.

comecei a ler aquelas páginas amareladas de *Querida* pelo tempo, deparei-me com todas as “lições” morais que recebi da minha vó. *Querida* e outras revistas femininas formaram ou contribuíram para a formação da identidade de mulheres de toda uma geração, por isso, penso que os periódicos são uma fonte histórica incrível porque eles contam a história das nossas avós, nossas mães, das nossas ancestrais.

Durante as minhas visitas ao CEDOC, contei com a agradável companhia da historiadora e professora Dra. Ana Maria Rufino Gillies que, ao folhear, junto a mim, as revistas, inundava-me de ideias, tais como entrevistar as leitoras da revista *Querida*.

Esta dissertação analisa temas presentes na revista *Querida*, durante a década de 1960, e a influência que a mesma teria exercido em suas leitoras, no Brasil e, especialmente, nas leitoras que moram no município de Irati-PR. Para isso, além da análise dos periódicos (28 exemplares), também foram entrevistadas três mulheres leitoras da revista nos anos de 1960. O objetivo era entrevistar apenas mulheres, mas, durante uma das entrevistas que foi realizada no Clube do Comércio, surgiu a oportunidade de entrevistar um homem que é memorialista local e quis participar da pesquisa. Ele é da mesma faixa etária das mulheres leitoras, o que foi pertinente para analisarmos, além das feminilidades, as masculinidades.

Os discursos de *Querida* corroboram com os estudos acerca da história das mulheres e a categoria de gênero, como análise de tais fontes históricas. A questão de gênero se tornou evidente, a partir do momento em que comecei a investigar o acervo do qual as revistas faziam parte. Como mencionado anteriormente, o nome do acervo era “Fundo Romeu Crissi”, porém, a maior parte dos documentos, ali presentes, pertenceu à esposa de Romeu, Linda Garzuze Crissi. Ela estava “apagada” do acervo, silenciada, às margens. Mas, a partir de outras pesquisas historiográficas que interrogaram esta questão, o acervo mudou de nome, atualmente, chama-se “Fundo Romeu e Linda Crissi”.

Romeu era membro do Rotary Clube, da Maçonaria, sócio e fundador do Irati Tênis Clube, juiz de paz e professor autodidata de violão. Em 1987, recebeu o título de cidadão honorário da cidade de Irati e, em 2007, a Academia de Letras, Artes e Ciências do Centro Sul – ALACS concedeu-lhe o Prêmio Colmeia de Ouro. Romeu é sempre lembrado em um primeiro patamar, Linda fica a sua sombra, e, até o acervo do casal, em um primeiro momento, tinha apenas o nome de Romeu, mesmo contendo mais pertences de Linda.

Em vários documentos, os quais perguntam quanto à profissão Linda, responde ser doméstica, atuar em casa. Todavia, o acervo revela que ela exercia funções além do espaço doméstico, ela era uma mulher atualizada, ou melhor, moderna, participava da maioria dos eventos sociais de Irati, principalmente, durante a década de 1960. Ela esteve à frente de instituições assistenciais e culturais como: APAE, PROVOPAR, LBA, Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos. Foi presidente do Grêmio das Flores da Primavera, por mais de 30 anos, organizou vários bailes de debutantes no Clube do Comércio. Linda guardou vários pedaços de si, muitos ligados ao espaço doméstico, porém, os ligados a suas atividades, no espaço público, ressaltam-se em meio aos arquivos.

A historiadora Michelle Perrot (1989) problematiza o silêncio dos arquivos em relação às mulheres, e como é difícil encontrar fontes para trabalhar a história das mulheres. Uma vez que os procedimentos de registro são frutos de uma produção que privilegia o público, por muito tempo, na História, foi reservado aos homens. Os registros das memórias femininas estariam ligados ao privado, por isso a ausência da memória feminina.

Os registros privilegiam o espaço público, sobretudo, o econômico e o político, preservando, dessa forma, a memória masculina. As memórias femininas, quando aparecem, estão relacionadas ao espaço privado ou à história da família. Os documentos ligados ao feminino são correspondências, diários, cartões postais. Entretanto, muitas mulheres, antes de suas mortes, acabavam queimando esses registros pessoais, não deixando rastros de suas histórias. Michelle Perrot resalta que as mulheres, ao longo da história, deixaram “mil nada’s”: roupas, objetos, bugigangas, bibelôs que povoam as cristaleiras, os pequenos museus da lembrança feminina (PERROT, 1989, p. 13).

Linda deixou “vários pedaços de si”, como a coleção de revistas *Querida*, fonte histórica que fornecem material para pesquisarmos como essas mídias representavam as mulheres, naquele momento histórico, e de que forma elas influenciavam Linda e outras leitoras. Trabalhamos com a perspectiva teórica de que a revista constitui uma região, na qual existem poderes simbólicos, no entanto, as leitoras também possuem o poder de reagir e resistir aos discursos da revista. A comunicação de massa exerce um papel muito influente na sociedade, pois o que produz objetiva orientar modos de pensar e formas de conduta, na vida social e na subjetividade das pessoas. Nos discursos dos periódicos, podemos analisar o papel, considerado apropriado às mulheres, durante o

período estudado, assim como as relações de poder entre gêneros e classes (PINSKY, 2014).

De acordo com o francês Michel de Certeau (2007), na sociedade, existem os discursos e as normas de conduta impostas aos indivíduos, por forças que ocupam uma hierarquia maior, essas imposições são as estratégias. Porém, o “homem ordinário” detém o poder de ultrapassar tais fronteiras, impostas a ele. Michel de Certeau (2007) utiliza várias analogias para descrever as lutas e as glórias cotidianas dos indivíduos a fim de burlar as regras. Como resposta à estratégia, o autor nos apresenta a tática, que é a arma do “fraco”, o arsenal de possibilidades que ele dispõe no cotidiano, astuto, ele utiliza o campo do “inimigo” para proveito próprio, utiliza das brechas, dos improvisos, como um caçador. Desta forma, todas as pessoas ou grupos conseguem (re) inventar rotas de fuga a regras, são as “engenhosidades do fraco para tirar partido do forte” (CERTEAU, 2007, p. 45).

Falar, ler, circular, fazer compras ou preparar as refeições, são exemplos de táticas. Partindo dessa ideia, as revistas femininas se enquadram na conduta de estratégia. Fazem parte do discurso de uma elite dominante que dissemina regras para a “massa”. Entretanto, Michel de Certeau (2007) defende que os leitores, neste caso, as leitoras, além de limitações, têm liberdade no ato da leitura. Segundo Roger Chartier (1999, p. 77): “a leitura é sempre apropriação, invenção. Produção de significados”.

Em 1960, Querida apresentava discursos que eram respaldados pela Igreja, família, instituições de ensino e o poder jurídico. Não era “alheia ao mundo” em que estava inserida, pois confirmava valores sociais, e tinha como finalidade ser adquirida, cativar um público leitor e influir sobre as leitoras, auxiliando na construção de suas subjetividades.

Neste trabalho, a subjetividade é caracterizada como um processo ou uma prática, para Michel Foucault (1988) toda subjetividade é uma forma, mas é desfeita por processos de subjetivação que são modicáveis e plurais. Por isso, os discursos, presentes na revista, são uma maneira de moldar ou colaborar para a constituição da subjetividade das leitoras.

Supunha-se que as mulheres se apropriavam dos discursos da revista e os colocavam em prática em seu cotidiano. Para compreendermos até que ponto o discurso teve poder na vida de suas leitoras, foram realizadas entrevistas com elas, abordando assuntos relacionados à década de 1960. A partir desses relatos, serão discutidas as representações femininas na revista, e, de que forma estas contribuíram para a

constituição das leitoras, enquanto mulheres, e acerca das relações de poder entre os gêneros.

Joan Scott (1990) propôs o termo gênero como uma categoria útil para a análise histórica, segundo a autora, esse termo foi utilizado pelas feministas estadunidenses para refutarem o discurso das desigualdades entre homens e mulheres, justificadas pelas diferenças biológicas. Joan Scott desconstrói a ideia de determinismo biológico, apontando que as relações de gênero são construções sociais.

Guacira Lopes Louro (1997) afirma que o feminino e o masculino são construções que variam de acordo com um tempo histórico e dada sociedade. Os estudos de gênero não têm a pretensão de negar as diferenças biológicas dos sexos, mas enfatiza que gênero é uma construção social e histórica, produzida sobre as características biológicas.

Homens e mulheres seriam polos opostos que se relacionam dentro de uma lógica invariável de dominação-submissão (LOURO, 1997, p. 25). Esse pensamento dicotômico sobre os sexos cristalizava a ideia de lugar “natural” para cada gênero, o homem dominador e a mulher dominada. Entretanto, segundo Michel de Certeau (2007), o grupo dominado, neste caso as mulheres, são capazes de aproveitar das ocasiões e do espaço, em que estão inseridas, para ocupar lugares de resistência e de exercício de poder.

O sociólogo Pierre Bourdieu (2012) reflete a respeito dos papéis sociais estabelecidos, no campo da socialização, para homens e mulheres, diferenciando aspectos naturais de culturais. Assim, o sexo é natural, porém o gênero é uma construção cultural:

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao *próprio corpo*, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres. (BOURDIEU, 2012, p. 18-20)

A diferença biológica entre os corpos femininos e masculinos pode ser vista como uma justificativa natural para as diferenças entre os gêneros, mas Pierre Bourdieu (2012) afirma que o mundo social imprime, nos corpos dos indivíduos, um esquema de percepção. Para Roger Chartier (1995), a submissão que é imposta às mulheres é uma

violência simbólica, compreender, dessa forma, ajuda a entender a relação de dominação masculina, que é uma relação histórica, construída culturalmente e linguisticamente.

No entender de Roger Chartier (1995), um dos objetos da história das mulheres é o estudo dos discursos e das práticas, que garantem o consentimento feminino, nas representações dominantes da diferença entre homens e mulheres. Entretanto, é preciso reconhecer os mecanismos, os limites e os usos de consentimento, pois, tais aspectos podem corrigir o privilégio que a história das mulheres atribui “às vítimas ou rebeldes”. Ele defende que as resistências nem sempre se apresentam como uma dilaceração ou na forma de espetáculos, nem mesmo sob um discurso de recusa ou de rejeição “elas nascem com frequência no interior do próprio consentimento, quando a incorporação da linguagem da dominação se encontra reempregada para marcar uma resistência” (CHARTIER, 1995, p. 42).

Portanto, a revista *Querida* é uma fonte que pode ser utilizada nos estudos referente à história das mulheres e de gênero, pois, em suas páginas, exibem-se construções sociais acerca do feminino e do masculino. Essa revista foi criada, em 1953, fazendo muito sucesso nas bancas brasileiras, editada pela Rio Gráfica Editora. Eram lançados dois periódicos mensais, *Querida* trazia entretenimento e lazer para suas leitoras.

Querida tinha como público alvo mulheres adultas, letradas, de classe média das principais cidades do Brasil. O próprio título, “Querida”, já poderia ser entendido como um protocolo de leitura, que designava seu público leitor. Querida pretendia ser amiga, companheira, confidente; leitura voltada especialmente às mulheres. (SALERNO, 2009, p. 13).

Laura Salerno (2009) ressalta quem eram as leitoras da revista *Querida* e como a mesma era vista por seu público leitor. Michel de Certeau (2007) descreve que ler é uma prática cotidiana, é uma viagem do olhar, é um espaço escrito, enfatiza a liberdade interpretativa. Deste modo, parte do pressuposto de que *Querida* é uma região na qual existem relações de poder.

Esta dissertação está inserida no Programa de Pós Graduação – Mestrado em “História e Regiões” da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, integrando a linha de pesquisa “Espaços de práticas e relações de poder”. Refletir a

respeito de região, no campo historiográfico, não é estudar uma região específica, como afirma Michel de Certeau (2007), região é um espaço praticado.

O historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2008), em sua obra *O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região*, procura definir esse conceito:

A região é, ao mesmo tempo, um dispositivo de forças e saberes que aparece como externo aos sujeitos, que a eles se impõe de fora, que os limita, define e até cerceia. É uma estrutura no sentido levi-straussiano: um mito que é vivido, praticado e materializado, uma narrativa que se encarna em coisas, pessoas, relações e instituições que a veiculam e a praticam; e também um elemento da subjetividade, uma matéria que conforma o que costumamos chamar de interior dos sujeitos. (...) A região é também modos de pensar, modos de querer, modos de falar, modos de gostar, modos de preferir, modos de amar, modos de desejar, modos de olhar, de escutar, de cheirar, de sentir sabor e de sentir dor. A região se expressa em jeitos de corpos, em gestos, em modos de vestir, de se alimentar, de beber, de dançar, de andar, de se pôr de pé ou de sentar. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 61)

A definição de *Querida*, como uma região, será mais discutida ao longo do primeiro capítulo deste trabalho. O discurso produzido pela revista pode ser entendido como discursos de poder, conforme afirma Carla Bassanezi Pinsky em seu livro *Mulheres dos Anos Dourados*:

As revistas são capazes de formar gostos, opiniões, padrões de consumo e de conduta. Para as leitoras fiéis, acabam servindo como companheiras de lazer, mas também como guias de ação e conselheiras persuasivas. (PINSKY, 2014, p. 10).

Os periódicos apresentavam, em suas páginas, assuntos e valores que pretendiam convencer as leitoras a aderirem aos discursos apresentados, fazendo, assim, uso do poder de discurso que a revista detinha. Nos periódicos *Querida*, reforçavam-se valores da elite, classe dominante.

No decorrer desta dissertação, o termo elite aparecerá com frequência, portanto, vamos definir o que se entende por elite. O pesquisador Flavio Madureira Heinz (2006) vem introduzindo o estudo sobre elites na historiografia brasileira. Segundo Flavio M. Heinz:

Embora se admita que não há consenso sobre o que se entende por elites, sobre quem são e sobre o que se caracteriza. Trata-se, com

efeito, de um termo empregado em um sentido amplo e descritivo, que faz referência a categorias ou grupos que parecem ocupar o “topo” de “estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos”. Entende-se por esta palavra, segundo o caso, “os ‘dirigentes’, as pessoas ‘influentes’, os ‘abastados’ ou os ‘privilegiados’ (...)”. (HEINZ, 2006, p. 07)

Não há uma definição concisa do que é elite, pois é um termo muito amplo. Existem elites políticas, econômicas, sindicais, simbólicas, entre outras. Neste trabalho, o termo elite foi utilizado para caracterizar sujeitos que ocupam/ocupavam posições simbólicas, econômicas, políticas e culturais, reconhecidas pela sociedade iratiense, nas décadas de 1950 e 1960, assim, elite, aqui, é um conceito amplo.

O objetivo desta dissertação é analisar os discursos, divulgados nos periódicos da revista *Querida*, durante a década de 1960, e detectar até que ponto eles formavam a subjetividade de suas leitoras. Nas páginas da revista, é possível analisar as relações de poder existentes nos discursos verbais e iconográficos, e entender como as leitoras de *Querida* se apropriavam dos discursos divulgados pela revista, além de suas táticas e estratégias. Para atingir esses objetivos, além das análises dos periódicos, recorri à metodologia da história oral.

A utilização da fonte oral é pertinente neste estudo, pois analisamos a relação entre revista e leitora. Lendo a revista, surgiu a seguinte questão: será que as representações contidas nas páginas da revista eram um reflexo da sociedade naquele momento histórico? Para descobrir a resposta, entrevistar as leitoras foi imprescindível.

No começo, lamentei por não poder entrevistar Linda, mas encontrar as leitoras não foi difícil. Conversando, informalmente, com uma mulher, na faixa etária dos 60 aos 70 anos, descobri que ela era uma leitora e que conhecia outras, desta forma, tive contato com uma teia de contatos de mulheres, cada uma me indicava outras amigas, nem todas pertenciam ao grupo geracional que eu estava procurando.

A história oral é uma ótima fonte para o estudo sobre a história das mulheres, pois como aponta Michelle Perrot (1989), nos arquivos, as mulheres e outros sujeitos históricos foram silenciados. Sendo assim, a fonte oral nos permite pesquisar sobre o passado, a partir da memória dos indivíduos, segundo Michael Pollak (1992), pensamos que a memória é algo individual, relativamente íntimo, próprio de cada sujeito, entretanto, ela está ligada à memória coletiva. De acordo com Maurice Halbwachs (1990), a memória deve ser entendida como um fenômeno coletivo e social, a memória individual está diretamente ligada à coletiva.

As pessoas que foram entrevistadas estão na mesma faixa etária e no período estudado, a década de 1960, pertenciam a uma mesma classe social e frequentavam os mesmos espaços de sociabilidade. Porém, a forma como as mulheres narram o passado é diferente de como o homem relembra, ele contou sobre o passado de uma forma linear e planejada, assumindo uma postura ativa e relatando mais os aspectos dos espaços públicos. Já as mulheres não mantinham uma linearidade, em suas falas, elas relacionavam o passado com o presente a todo o momento, e suas memórias transitavam entre o público e o privado.

Com o intuito de compreender a relação entre a revista e as leitoras, utilizamos a entrevista temática, em conjunto com o método de trajetória de vida. As entrevistas foram feitas tendo por base um roteiro, mas também foram levantadas outras questões, durante as conversas, possibilitando traçar uma breve história de vida dos entrevistados.

Esta dissertação é composta por três capítulos. No primeiro capítulo, denominado “*Mídia para mulheres: 1960, o impresso feminino está na moda*” discutimos acerca do papel que a mídia exerce, em especial as revistas femininas, e sua importância, enquanto fonte histórica para os historiadores. Abordamos, também, as raízes da família tradicional e como foi o processo de modernização, é explicado o contexto histórico, dando foco aos Anos Dourados, período marcado pelo discurso de modernidade, além de tratar sobre as práticas de leituras e representações à luz das reflexões de Roger Chartier.

No segundo capítulo, “*Querida: entre o moderno e o tradicional*” refletimos a respeito dos discursos que a revista apresentava e, de que modo apesar de ser dita como uma revista moderna, ainda representava as mulheres e os homens de formas tradicionais. Além da análise das propagandas, da coluna “*Certo e errado nas pequenas coisas*” e do horóscopo, que evidenciavam o discurso sexista e as relações de poder entre os sexos.

O terceiro capítulo “*Além das páginas de Querida: as “mulheres modernas” de Irati na metade do século XX*” dedicamos a conhecermos as histórias de quatro pessoas, sendo três leitoras e um leitor. A fonte oral permite que tenhamos acesso à constituição da subjetividade das leitoras de *Querida*, como elas recebiam o discurso e de que forma, a partir dele, criavam condutas, táticas. Em seus relatos elas trazem recordações da década de 1960 que, além da leitura de revistas femininas, foi marcada por bailes e outros espaços de sociabilidade em que frequentavam.

Assim, esperamos contribuir para os estudos relacionados à história das mulheres e das relações de gênero e, também, para pesquisas que tenham como temática e fonte revistas femininas.

Desejamos que a leitura desta dissertação seja prazerosa e que estimule outras historiadoras e historiadores a pesquisarem no tocante à temática, ainda há muito que se pesquisar. O campo é fértil!

Mas, antes de iniciar o percurso de nosso estudo, vamos apresentar as protagonistas e o protagonista dessa história... Para preservar a identidade dos entrevistados, seus nomes foram substituídos por seus signos do Zodíaco, desta forma, lhes apresento:

Canceriana

Nasceu em primeiro de Julho de 1955, natural de Irati e filha de comerciantes. Participou de diversos eventos sociais da cidade, debutou no Baile da Primavera (1970) e foi *miss* Irati em 1973. Após concluir o magistério, cursou a graduação de Letras, na PUC em Curitiba – PR. Exerceu a profissão de professora somente até o casamento, pois passou a se dedicar ao lar, ao marido e aos filhos. Atualmente, é proprietária de um comércio de ferragens que herdou de seus pais.

Leonina

Nasceu em 1950, em Irati. Participou de muitos eventos sociais na cidade, concluiu o magistério e se mudou para Curitiba – PR para cursar Letras, na PUC. É mestre em Letras e, aposentou-se, após anos de serviço, como professora universitária e diretora na Faculdade de Educação, Ciência e Letras de Irati - FECLI. Casou, na década de 1980, divorciou-se e não teve filhos. Atualmente, dedica-se promovendo eventos culturais, ela é presidente da Academia de Letras, Artes e Ciências do Centro-Sul do Paraná (ALACS), possui uma livraria, além de ser colunista na revista *Gente*.

Sagitariana

Nasceu em oito de dezembro de 1949, e sempre viveu em Irati. Assim como Canceriana e Leonina, cursou o magistério frequentou os eventos sociais da cidade e debutou no Baile da Primavera, no qual foi rainha, em 1964. Após terminar o magistério, casou-se com um bancário, não prosseguiu com os estudos porque logo teve filhos e ficou atarefada com as questões domésticas. Depois que os filhos cresceram, ela

começou a trabalhar como secretária em uma escola municipal, após viubar se envolveu em projetos sociais, como por exemplo, em uma ONG que presta ajuda aos animais.

Sagitariano

Nasceu em Irati, em primeiro de dezembro de 1940, neto de um coronel fundador da cidade e filho de um renomado artista iratiense. Frequentava os mesmos espaços de sociabilidade que as mulheres entrevistadas. Em Curitiba, frequentou a Escola Técnica, onde aprendeu várias técnicas artísticas. Atualmente, é professor de artes plásticas, memorialista local, ex-presidente do Rotary Club de Irati, membro da Academia de Letras, Artes e Ciências do Centro-Sul do Paraná (ALACS), participa de programas de rádio e escreve em colunas de revistas e jornais locais. Não tivemos acesso a informações de sua vida privada, como casamento e filhos, pois, durante a entrevista, ele não entrou nesses detalhes, diferente das falas femininas.

CAPÍTULO I

MÍDIA PARA MULHERES: 1960, O IMPRESSO FEMININO ESTÁ NA MODA

“Qualquer garota linda
A florescer
Precisa achar no amor
O seu caminho
Mas para isso
Tem que conhecer
Os quatro mandamentos do
brotinho!

Se ele for atrevido
E no cinema levar
Mesmo sendo seu querido
Não se deixe dominar
Mamãe não manda recado
Diretamente a falar
Um conselho bem sacado:
Tenha juízo
Não beijar!

Se o garoto é delicado
E mora no coração
No escuro sentado ao lado
Durante toda a sessão
Tem direito a uma casquinha
E um pouquinho de emoção
Para não perder a linha
Pode só pegar na mão!
(...)”

(CELLY CAMPELLO, 1960)

A cantora Celly Campello, a eterna “broto legal”, conhecida pelas músicas *Banho de Lua* e *Estúpido Cupido*, nas letras de seus *hits* divulgava os mesmos discursos que estavam presentes na revista feminina *Querida*. Assim, o discurso que padronizava o modelo de feminilidade veiculava por várias mídias distintas, até mesmo “Celly abandonou sua carreira no auge para casar-se, como mandava a etiqueta de uma moça bem-educada” (MÜLLER, 2013, p. 307).

Os impressos e, em especial, as revistas femininas constituem um vasto campo para a pesquisa histórica, em suas páginas, é possível pesquisar inúmeros assuntos, além de poder compreender o que acontecia naquele momento histórico. Neste capítulo, é

discutida sobre a utilização de revistas como fonte histórica, e, de que forma *Querida*, configura-se como uma região, a partir do conceito histórico desenvolvido por Michel de Certeau (2007). A revista *Querida* analisada, aqui, foi produzida e comercializada entre os anos 1950 e 1960, e fez parte dos chamados Anos Dourados (1945 a 1964), período marcado pelo discurso de modernização, que será assunto do segundo subtítulo deste capítulo.

Modernidade era algo muito almejado pela população brasileira, no período estudado, pois se iniciava uma nova fase do capitalismo com um mercado aberto que ultrapassava as fronteiras dos Estados. O poder aquisitivo da população brasileira estava se expandindo, o pós-guerra trouxe “transformações econômicas e mutações na sociabilidade, manifestas na dura vida cotidiana e na precária privacidade” (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 560).

Essas mudanças contribuíram para a expansão da classe média, além de que “o salário mínimo, embora deficiente, possibilitava aos trabalhadores um maior acesso a produtos industrializados; grupos cada vez mais amplos na sociedade podem usufruir da tecnologia e dos bens de consumo, e o consumismo passa a ser incentivado” (PINSKY, 2014, p. 17). As mulheres passam a ter inúmeras opções de produtos feitos para elas, entre eles as revistas que, além de proporcionar lazer com seus contos, eram uma vitrine que estampava todos os produtos modernos disponíveis para serem adquiridos, tudo isso acompanhado de um discurso que corroborava com o “moderno”.

Entre tantos novos bens de consumo, que as pessoas tiveram acesso, estavam as revistas, em especial, as revistas femininas. O Brasil tinha sido capaz de construir uma “economia moderna, incorporando os padrões de produção e de consumo próprios aos países desenvolvidos” (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 562). Desta forma, o consumo se intensificou e as revistas femininas como *Claudia*, *Capricho*, *Jornal das Moças*, *Manequim*, *Vida Doméstica*, *Manchete*, *Cinderela* e *Querida* ganharam espaço nos lares brasileiros.

1.1 Revistas femininas: definindo um objeto

A imprensa, no Brasil, foi criada, após a chegada da família real, em 1808, “foi na Cidade Imperial, em 10 de setembro, que se lançou o primeiro jornal produzido no país, intitulado *A Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822)” (VIEIRA, 2016, p. 126).

Nesse jornal, estavam presentes assuntos ligados à política e à economia, leituras destinadas aos homens.

O primeiro impresso, dedicado ao público leitor feminino, além de ser escrito e publicado por mulheres, foi a revista literária *Jornal das Senhoras*, fundada, no início de 1852, na cidade de Rio de Janeiro, pela argentina Joana Paula Manso de Noronha, foi o primeiro a contar com a presença de mulheres em sua redação.

Esse periódico circulava aos domingos e possuía seções, como moda, literatura, belas-artes, teatro e crítica. Nas suas oito páginas com duas colunas, o público feminino podia encontrar, por exemplo, cartas, versos e traduções de artigos e narrativas ficcionais. De 1º de janeiro de 1854 em diante, o jornal passa a se chamar *Jornal das Senhoras: Jornal da boa companhia*. (KROETZ; GAI, 2015, p. 125)

Com a vinda da realeza, o Rio de Janeiro sofreu mudanças sociais, para as mulheres, a moda assumiu grande importância, ainda mais se frequentassem a corte. A imprensa reproduzia a moda europeia em gravuras de moda, o jornalismo feminino se baseava em moda e literatura (BUIIONI, 2009, p. 31-32). Cabe ressaltar que, no século XIX, a educação feminina era quase inexistente, pouquíssimas mulheres sabiam ler, a maioria compreendia apenas a leitura de receitas, o que já era tido como bastante. Além de que:

Se ler já era considerado perigoso, escrever era muito pior, já que assim as mocinhas podiam grafar bilhetes aos seus pretendentes, ameaçando a paz e a integridade da família patriarcal e pondo em risco a autoridade paterna. Pior ainda era a mulher escrever e publicar textos assinados, isso era considerado um atentado à honra, já que tanto o nome da mulher, quanto sua pessoa, devia se manter dentro do lar. O que se esperava do sexo feminino era que fossem boas esposas, mães e donas de casa (KROETZ; GAI, 2015, p. 118).

Manter as mulheres iletradas era como se as preservassem da promiscuidade, e, também, para que elas não escrevessem bilhetes e cartas destinadas aos pretendentes ou amantes, o que assustava mais. Superados esses “medos”, era sugerido que as moças tivessem contato com “leituras açucaradas”, tais como textos bíblicos e/ou romances leves.

Já no século XX, em 1914, foi criada *A Revista Feminina* escrita e dirigida por mulheres, completamente voltada ao público feminino, a última edição foi publicada, em 1936 (LIMA, 2007, p. 225). *Jornal das Senhoras* e *A Revista Feminina* são marcos na história da imprensa feminina, pois suas fundadoras não se intimidaram em escrever

numa época em que a presença de uma mulher em uma redação era considerada antinatural, vale lembrar que, no século XIX e início do XX, era comum que mulheres escreverem assinando com nomes masculinos.

A década de 1950 é marcada pelo desenvolvimento na industrialização da imprensa brasileira, principalmente, nas revistas femininas e as chamadas ilustradas, já que estas entravam em fase de produção industrial. Com o lançamento das revistas *Capricho* (1952), *Querida* (1954), *Manequim* (1959), e a popularidade de *O Cruzeiro* e *Manchete*, iniciava-se uma nova fase no mercado editorial feminino brasileiro. Agora, a mídia propagava representações de sujeitos modernos, embalados pela euforia do desenvolvimento na era Juscelinista (BUITONI, 2009, p. 98-99).

Na década de 1960, a mulher já estava introduzida na sociedade de consumo e as páginas das revistas femininas estavam, cada vez, com mais anúncios, o tipo de leitoras visadas eram mulheres de classe-média, urbana, casadas, que detinham certo poder aquisitivo para adquirir os produtos divulgados pelas revistas. “O projeto editorial de cada veículo dirigido às mulheres tem em vista o consumo, em primeiro lugar” (BUITONI, 2009, p. 104).

De acordo com Maria Paula Costa (2009), após o golpe militar, em 1964, as empresas multinacionais foram privilegiadas e passaram a controlar o mercado, incentivando cada vez mais a população ao consumo. Para isso agiam, diretamente, no cotidiano das pessoas, mexendo em seus imaginários e facilitando o acesso ao crédito. As revistas passaram desempenhar a função de vitrines dos novos produtos caracterizados como modernos. “A ânsia por ser moderno estava associada a possuir e com este argumento as empresas utilizaram a indústria cultural para incitar o sonho do consumo” (COSTA, 2009, p. 45).

Ao analisarmos as revistas, como fontes para a investigação histórica, percebemos rupturas e continuidades atreladas a momentos importantes da História. Segundo Tania Regina de Luca (2011), com a introdução da imprensa, no Brasil, e com sua difusão reconheceu-se a importância de tais impressos, gerando preocupação em escrever “a História **da** imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História **por meio da** imprensa” (2011, p. 111). Desta forma, a História da imprensa é distinta da História através da imprensa, que torna esta uma fonte para a pesquisa histórica.

Na década de 1970, ainda era relativamente pequeno o número de trabalhos que se valiam de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história, no Brasil

(LUCA, 2011, p. 111). O atraso, na utilização dessas fontes, para a construção do conhecimento histórico, é herança da tradição historiográfica do século XIX e início do XX que pregava:

O historiador livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para o qual o especialista deveria estar atento. (LUCA, 2011, p. 112).

Nesse viés, as revistas não seriam apropriadas para a análise do passado porque “continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesse, compromissos e paixões.” (LUCA, 2011, p. 112).

Mas, a partir de 1970, as práticas historiográficas se modificaram, as fronteiras da história se expandiram e houve uma renovação temática, teórica e metodológica. Eis a História Nova. Ocorreu uma “revolução documental”, a História Nova se desvincula do político e tradicional e, passa para uma história econômica e social com sentido amplo, deste modo, a História Nova é original, porém ela também manteve tradições.

De acordo com Peter Burke (1997), a terceira geração dos *Annales* promoveu uma mudança antropológica, um ressurgimento da narrativa e um retorno à política. Apesar de Lucien Febre e Fernand Braudel não terem levado a questão política, a sério, em suas pesquisas, a terceira geração promoveu o retorno a ela, entretanto, reformulada. Essa geração foi mais aberta a ideias vindas do exterior, procuraram formar uma síntese entre a tradição e as novas tendências intelectuais, como, por exemplo, a nova história política (BURKE, 1997, p. 80). O regresso à política:

Está associado à redescoberta da importância do agir em oposição à estrutura. Está associado também ao que os americanos denominam “cultura política”, de ideias e mentalidades. Graças a Foucault, esse retorno se estendeu em direção à “micropolítica”, a luta pelo poder no interior da família, da escola, das fábricas, etc. (BURKE, 1997, p. 103).

Michel Foucault (1979) propôs um novo entendimento sobre o poder, antes a ciência política considerava o Estado como detentor de poder, no Ocidente, desde a Idade Média, o poder era vinculado à figura do rei, ele era o corpo vivo da soberania. Por conseguinte, Michel Foucault explorou a dominação fora da soberania, buscando

pelo poder nas relações sociais, estabelecidas entre os indivíduos, nas quais existem relações de dominação.

Por dominação eu não entendo o fato de uma dominação global de um sobre os outros, ou de um grupo sobre outro, mas as múltiplas formas de dominação que podem se exercer na sociedade. Portanto, não o rei em sua posição central, mas os súditos em suas relações recíprocas: não a soberania em seu edifício único, mas as múltiplas sujeições que existem e funcionamento no interior do corpo social. (FOUCAULT, 1979, p. 181)

O poder não está presente em apenas uma classe, em um grupo ou em um indivíduo; o poder circula, ele só funciona em cadeia. O poder não funciona apenas verticalmente, mas é exercido na horizontalidade, ou seja, todos exercem poder e também sofrem com sua ação.

Michel Foucault (1979) denominou este novo tipo de ação de “poder disciplinar”, aponta também que ele é diferente da soberania, esta nova forma de poder é uma criação burguesa do século XVIII, usada como instrumento para a constituição do capitalismo industrial. Na sociedade disciplinar, o poder está camuflado, invisível, e, é exercido, em todas as instâncias da sociedade, por meio de mecanismos que produzem, moldam, o indivíduo. Desta forma, “o sujeito é investido por uma relação de poder-saber e tem sua subjetividade esculpida, por meio das ações sobre ações de modo com que ele corresponda às urgências históricas locais” (OLIVEIRA, 2013, p. 17).

Inspirada pelas ideias de Michel Foucault, a historiadora Joan Scott (1990) indica que o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais estabelecidas a partir de diferenças entre os sexos. E que o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder, já que as relações entre o feminino e o masculino estão dentro de uma hierarquia, na qual o homem exerce o poder sobre a mulher. Segundo Joan Scott:

O gênero é, portanto, um meio de codificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando os (as) historiadores (as) procuram encontrar as maneiras como o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e das formas particulares, situadas em contextos específicos, como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política. A política só constitui um dos domínios onde o gênero pode ser utilizado para análise histórica (SCOTT, 1990, p. 23).

Para Joan Scott (1994), gênero significa o saber em relação às diferenças sexuais, ela usa o conceito foucaultiano para compreender os significados construídos

cultural e socialmente, no tocante às relações humanas, no caso entre os gêneros. De acordo com a historiadora, os usos e significados do saber “nascem de uma disputa política e são os meios pelos quais as relações de poder – de dominação e de subordinação – são construídas” (SCOTT, 1994, p. 12).

O saber não é apenas uma ideia, ele está presente em todos os lugares em que ocorrem as relações sociais, isto é, nas instituições e nas práticas cotidianas. Portanto, “gênero é a organização social da diferença sexual” (SCOTT, 1994, p. 13). Joan Scott (1994) ressalta que o gênero não nega as diferenças biológicas, fixas entre homens e mulheres, mas reflete sobre de que forma os discursos a respeito dos corpos foram produzidos nas sociedades e o quanto eles refletem na nossa contemporaneidade. Desta forma, as diferenças do feminino e do masculino não são “puras”, elas são construções sociais. Os corpos foram disciplinados pela política, logo, pelas relações de poder.

A historiadora reflete acerca de como essas hierarquias de gênero são construídas e legitimadas nas sociedades, concluindo que existe um jogo de forças, presentes nessas etapas, relacionadas à política. É por meio da política que os jogos de poder e saber constituem identidades e experiências (SCOTT, 1994, p. 18). A política feminista e os estudos acadêmicos de gênero integram o mesmo processo político: “uma tentativa coletiva de confrontar e contestar as distribuições de poder existentes” (SCOTT, 1994, p. 19).

Em *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, Joan Scott (1990) cita que as preocupações teóricas, referentes ao estudo de gênero, como análise, só tiveram início, no final do século XX. A utilização de gênero, segundo a categoria analítica, para a História, é relativamente nova.

Antes da década de 1970, o gênero não era utilizado de maneira analítica, a história das mulheres apresentava o sexo feminino separado do mundo masculino, tratava do tema nas margens. Mas, apesar disso, foi à contribuição dessas pesquisas que fez emergir a representação feminina na historiografia, abrindo espaço para os estudos de gênero.

Gênero é distinto de sexo, enquanto sexo é a configuração anatômica, o gênero é a configuração psicológica, construções culturais e sociais do que é percebido como diferença sexual. As questões que Joan Scott (1990) levanta, em sua obra, sobre os papéis femininos e masculinos e a hierarquia que se estabelece, podem ser exploradas na análise das páginas da revista *Querida*.

Além do retorno à política, a terceira geração dos *Annales* foi a primeira a incluir mulheres na historiografia, as gerações anteriores dos *Annales* foram muito criticadas pelas feministas por terem deixado as mulheres fora da história. A partir da década de 1960, iniciou-se a concretização da incorporação de mulheres nos estudos históricos e feministas, porém, apenas “a partir da década de 1970, que a história das mulheres e as teorias femininas começaram a se desenvolver nas universidades brasileiras, entre elas a USP” (LIBLIK, 2017, p. 81).

A origem desse novo campo de estudo começou na década de 1960, na ocasião em que “ativistas feministas reivindicaram uma história que estabelecesse heroínas, prova de atuação das mulheres, e também explicações sobre a opressão e inspiração para a ação” (SCOTT, 1992, p. 64). No Brasil, as pesquisas, durante as décadas de 1970 e 1980, privilegiavam questões a respeito do trabalho feminino, porque, nesse período, ocorreu uma crescente entrada das mulheres no mercado de trabalho. “Mesmo sob o contexto desfavorável do autoritarismo dos governos militares (1964-84), as mulheres “entraram em cena” se tornando visíveis ocupando espaços sociais e políticos” (MATOS, 2013, p. 06).

O objetivo da história das mulheres é integrar a mulher à história e isso acarretou em um alargamento do próprio discurso historiográfico. “As pressões e demandas do movimento feminista, desde os anos 70, assim como a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho e na vida acadêmica forçaram uma quebra do silêncio das historiadoras” (RAGO, 1995, p. 81).

É importante ressaltar que, na década de 1960, começava a “Segunda Onda”² do feminismo na qual as feministas reivindicavam direitos ao corpo e à sexualidade. Segundo Joana Maria Pedro (2012), a nova etapa da luta feminista, no Brasil, teve especificidades por conta do cenário político nacional, pois, vivia-se uma ditadura militar, o que era um obstáculo para a liberdade de expressão. Mas, apesar desse panorama, as mulheres estavam presentes em movimentos da oposição ao governo, conforme afirma Joana Maria Pedro:

Os grupos de oposição ao governo contavam com grande participação de mulheres que também estavam envolvidas nos chamados “movimentos de mulheres” e na militância feminista. Com isso, no

² Estudiosos definem que a “Primeira Onda” do feminismo ocorreu no final do século XIX e início do século XX, naquela ocasião as sufragistas reivindicavam direitos políticos, como o direito de votar e de ser eleita. Além de reivindicarem por uma educação e por salários iguais aos dos homens. A “Segunda Onda” reivindicou por questões além do direito político, econômico e educacional.

Brasil, a questão de trabalho e os problemas da mulher trabalhadora tiveram inicialmente prioridade sobre tantas outras pautas feministas da “Segunda Onda”. Porém, em pouco tempo, as demais reivindicações ganharam força, com destaque para os assuntos ligados a sexualidade e corpo e à violência contra a mulher, por exemplo. (PEDRO, 2012, p. 240)

O processo de urbanização e industrialização, no país, propiciou a entrada das mulheres nos espaços públicos. Houve o aumento da presença feminina em escolas e universidade e, por consequência, no mercado de trabalho. Um dos primeiros grupos de mulheres, no Brasil, foi o Grupo de Conscientização Feminista, formado em São Paulo, no ano 1972, por mulheres intelectualizadas (incluindo professoras universitárias). Várias integrantes haviam visitado os Estados Unidos ou alguns países da Europa Ocidental, onde entraram em contato com o feminismo, trouxeram em suas bagagens livros e a vontade de mudar a cultura patriarcal (PEDRO, 2012, p. 241-242).

Além das reivindicações a respeito do corpo e da sexualidade, as feministas questionavam, ainda, o trabalho doméstico, exigindo que os homens dividissem com as mulheres os afazeres do lar. Também exigiam do Estado a criação de creches, lavanderias e restaurantes populares para, assim, facilitar a vida das famílias (PEDRO, 2012, p. 251). A historiadora Margareth Rago (1997) aponta sobre a importância do feminismo:

O feminismo teve um profundo impacto na academia e na produção científica, abrindo campo para se estudarem as mulheres, o universo feminino, a cultura feminina, as relações entre os sexos/gêneros. E, ao mesmo tempo, foi ele mesmo lembrado e colocado como tema, como objeto histórico: suas origens, seus movimentos, suas líderes e mentoras, suas produções, seus temas e suas conquistas têm sido analisados pelas sociólogas e mais recentemente por algumas historiadoras. (RAGO, 1997, p. 17)

O feminismo contribuiu, dando visibilidade às mulheres na sociedade, na política, culturalmente e inclusive nas universidades. Pois, direcionou olhares para o passado em busca da mulher na História, propondo uma leitura “feminista” da História, dessa maneira contribuindo para a história das mulheres e para os estudos de gênero (RAGO, 1997, p. 18).

Segundo Margareth Rago (1998), as teorias produzidas pelo feminismo repercutiram diretamente na produção historiográfica. Novos temas, novos objetos e questões, especialmente, ao longo da década de 1970:

Deu maior visibilidade às mulheres enquanto agentes históricos, inicialmente a partir do padrão masculino da História Social, extremamente preocupada com as questões da resistência social e das formas de dominação política. Este quadro ampliou-se, posteriormente, com a explosão dos temas femininos da Nouvelle Histoire, como bruxaria, prostituição, loucura, aborto, parto, maternidade, saúde, sexualidade, a história das emoções e dos sentimentos, entre outros. (RAGO, 1998, p. 12-13)

Ou seja, a entrada desses temas está totalmente relacionada à entrada de mulheres no meio acadêmico, nos quais criaram seus próprios núcleos de estudo e pesquisa, a partir da década de 1970. As mudanças historiográficas, propostas pela Nova História, a partir da ampliação do leque temático, da inserção de novos agentes sociais, tal como as mulheres. Permitiu que a história das mulheres se desenvolvesse, e, aliada a novas fontes históricas tais qual a história oral e a utilização de revistas, além da categoria de gênero como análise histórica tornou possível esta pesquisa.

É importante lembrar que os estudos quanto a masculinidades foram desenvolvidos aliados ao pensamento feminista. Na década de 1960, surgiram novas questões a respeito do masculino. Foram criados movimentos e teorias *gays* e *lésbicos* que vieram acompanhados do surgimento de reflexões teóricas sobre as masculinidades (MONTEIRO, 2013, p. 339).

A incorporação de novos sujeitos e novos temas, na historiografia, auxilia a desconstruir e construir novos significados referentes a feminilidades e masculinidades contemporâneas e históricas. “Construindo compreensões diversas a respeito de como as variáveis de gênero participam de fenômenos sociais que envolvem homens e mulheres” (MONTEIRO, 2013, p. 339).

Esse breve panorama traçado teve o intuito de entendermos o quanto as revistas e mídias, em geral, passaram a ser objeto e fonte para os historiadores. Atualmente, vemos a mídia como vestígios da cultura, mas, nem sempre foi assim. A revista contém rastros e indícios de histórias e memórias de um passado que contribuem para a História do presente.

Várias historiadoras (es) e pesquisadoras (es) já utilizaram as revistas como objeto e fonte histórica, interessaram-se pelos periódicos com diversos olhares, seja enquanto análise do discurso, análise de imagens, história comparativa, entre tantos outros temas e problemas. Dulcília Schroeder Buitoni (1986), Carla Bassanezi Pinsky (1992), Maria Celeste Mira (1997), Luciana Rosar Fornazari (2001), Ana Maria Mauad (2005), Maria Paula Costa (2009), Raquel de Barros Pinto Miguel (2009), Laura Peretto

Salerno (2009), Silvia Sasaki (2010), Tania Regina de Luca (2011), Joana Maria Pedro (2011), Marko Monteiro (2013), entre tantos outros pesquisadores e pesquisadoras que utilizam a mídia em suas pesquisas.

As pesquisadoras citadas, e outras, utilizam impressos e revistas enquanto fonte para tratar de assuntos referentes à família, à mulher, ao homem, à feminilidade, à masculinidade, relações de gêneros, às crianças, mudanças e permanências, classes sociais, enfim, as revistas possuem riqueza e múltiplas possibilidades de abordagem. E possibilidades de pesquisas, as páginas das revistas constituem uma região rica e vasta em assuntos.

Quando falamos ou pensamos em região, logo nos vem à mente o conceito definido pela Geografia, mas, nas últimas décadas, estudiosos procuram discutir e problematizar a ligação entre a História e Regiões. Trazendo, assim, reflexões acerca do conceito de região e sobre a concepção de espaço, na historiografia.

De acordo com o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1989), região é resultado de construções simbólicas, ou seja, não é uma realidade natural. Ela é estabelecida por um ato de vontade, um ato de poder. Assim, o conceito de região, na historiografia, não é o mesmo utilizado pela Geografia, territorial, mas sim cultural.

Durval Muniz de Albuquerque Júnior também considera região um recorte, entre outros, cultural. As regiões nascem das práticas de significação e de ordenamento do mundo feito pelos homens (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 67).

A revista *Querida* é uma região onde ocorrem várias interações e dissemina modos de ser, pensar e agir para as leitoras. Os periódicos intencionavam convencer as mulheres a adotar os modos, os comportamentos, a moda, os assuntos relacionados ao espaço doméstico, entre outros que a revista divulgava. Esta definição se enquadra também na obra de Michel de Certeau (2007), na qual ele afirma que região é um espaço praticado, decorrente de diversas interações.

José D' Assunção Barros (2006) evidencia que o espaço e tempo são territórios da historiadora e do historiador. Assim:

As ações e transformações que afetam aquela vida humana que pode ser historicamente considerada dão-se em um espaço que muitas vezes é um espaço geográfico ou político, e que, sobretudo, sempre e necessariamente constituir-se-á em espaço social. Mas com as expansões dos domínios históricos que começaram a se verificar no último século, este Espaço também pode ser perfeitamente um

“espaço imaginário” (o espaço da imaginação, da iconografia, da literatura) [...]. (BARROS, 2006, p. 462).

Com as revoluções historiográficas, ocorridas durante o século XX, e, a partir da concepção de José D' Assunção Barros, *Querida* pode ser entendida como um espaço imaginário que também constitui um espaço social, já que os periódicos definem modos, condutas “certas e erradas” logo as leitoras colocaram a leitura em ação. Com a prática, elas concebem um lugar, seja ele físico ou mental.

A revista produzia e disseminava ideias, portanto:

Produzir ideias é se assenorear de espaços imaginários e, de algum modo, exercer através destes espaços diversificadas formas de poder. A produção de discursos, por fim, implica em se adequar a uma espécie de territorialização da fala, na qual devem ser reconhecidas aquelas regras [...] (BARROS, 2006, p. 475).

O discurso produzido pela revista pode ser entendido como discursos de poder, conforme afirma Carla Bassanezi Pinsky, em seu livro *Mulheres dos Anos Dourados*:

As revistas são capazes de formar gostos, opiniões, padrões de consumo e de conduta. Para as leitoras fiéis, acabam servindo como companheiras de lazer, mas também como guias de ação e conselheiras persuasivas. (PINSKY, 2014, p. 10).

Os periódicos traziam, em suas páginas, assuntos e valores, os quais conseguiam convencer as leitoras aos discursos apresentados, desta forma, fazendo uso do poder de discurso que detinha. Nos periódicos analisados de 1960, *Querida* reforçava valores da “elite” e da classe dominante.

Em *A invenção do cotidiano*, Michel de Certeau (2007) busca compreender as relações de poder e de dominação exercidas pela sociedade. Sendo assim, pensando nas tentativas de dominação de certa classe e na reação dos oprimidos, Michel de Certeau desenvolve dois conceitos: estratégia e tática.

As estratégias são portando ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem. (CERTEAU, 2007, p. 102).

Ou seja, as estratégias são as operações que constroem lugares de poder, criam recursos e impõem normas para a sociedade. Cabe, claramente, nessa categoria, a revista.

Os editores e escritores da revista *Querida* tinham o poder do discurso, propagavam ideias e representações, a partir dessas estratégias, pretendiam ditar regras para as leitoras, produzindo “valores e saberes; regulam condutas e modos de ser; reproduzem identidades e representações; constituem certas relações de poder e ensinam modos de ser mulher e de ser homem” (SABAT, 2001, p. 09). Um discurso visível de relações de poder entre gêneros.

As táticas, segundo Michel de Certeau (2007), são:

Chamo de *tática* a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar se não o do outro. E por isso deve jogar como o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha [...] Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende [...] (CERTEAU, 2007, p. 100).

Portanto, a tática é a arte do fraco, é o improvisado, a criatividade dos indivíduos ordinários. Partindo desse viés, podemos problematizar as relações existentes na revista *Querida*. As leitoras liam os discursos contidos nos periódicos, mas isso não significava que iriam segui-los. Assim elas criavam as táticas, atitudes que elas adotavam para não seguir o estabelecido pela *Querida*, dominante. De acordo com Michel de Certeau, as revistas são produtos culturais difundidas e impostas pelas elites, produtoras de linguagem (CERTEAU, 2007, p. 40). A revista é um espaço discursivo que estabelece regras e práticas:

As regiões estão impressas em suas páginas. Os discursos são, portanto, produtos de um lugar, de ações, de escolhas. Portanto, é na linguagem e na locução que o discurso regionalizante é posto em cena, e assim, demarcando o espaço de onde se fala. (SILVA; STAFUZZA, 2013, p. 12-13).

Para Michel de Certeau (2007) o espaço é um lugar praticado produzido pelas operações que o orientam, fazem-no funcionar, temporalizam-no. Os espaços são criados pelas ações dos sujeitos e por seus relatos. A região é um espaço praticado,

criado por interações, há tantas regiões quanto interações, existem mais de uma região agindo sobre a outra.

As regiões são invenções humanas (...). A região é produto das elaborações poéticas, literárias, pictóricas, teatrais, cinematográficas, midiáticas, escultóricas, icônicas, fotográficas, realizadas por aqueles que a tomaram como o objeto e o objetivo de suas práticas. A região, portanto, é um objeto em permanente construção e desconstrução, em constante movimento (...). A região é um objeto em fuga. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008, p. 62-63).

As regiões são múltiplas, possuindo muitas fronteiras permeáveis, ela é criada pela criatividade humana não possuindo limites territoriais, a região está em constante construção e desconstrução. Esses apontamentos permitem compreender a revista *Querida* como uma região na qual existem espaços, estratégias e táticas.

A revista *Querida* é uma região, na qual existem construções sociais e relações de gênero que podem ser analisadas. Dessa forma, entendemos que as revistas femininas, fonte de nossa dissertação, são compostas por discursos de relações de poder e representações dos papéis femininos e masculinos. Mas é importante compreender em qual época e contexto histórico a revista *Querida* foi produzida e adquirida, neste caso, na década de 1960, período que faz parte dos Anos Dourados.

1.2 Da “rainha do lar” à “mulher moderna”: a modernização do papel feminino

A família tradicional estava sofrendo modificações com a chegada da modernização, a partir de 1920. Essa dita sociedade tradicional foi sendo concebida, no final do século XVIII e início do século XIX, a partir da medicina social. De acordo com Jurandir Freire Costa (1989), desde 1830:

A família começou a ser mais incisivamente definida como incapaz de proteger a vida de crianças e adultos. Valendo-se dos altos índices de mortalidade infantil e das precárias condições de saúde dos adultos, a higiene conseguiu impor à família uma educação física, moral, intelectual e sexual inspirada nos preceitos sanitários da época. Esta educação, dirigida, sobretudo às crianças, deveria revolucionar os costumes familiares. Por seu intermédio, os indivíduos aprenderiam cultivar o gosto pela saúde, exterminando, assim, a desordem higiênica dos velhos hábitos coloniais. (COSTA, 1989, p. 12)

Porém, as ações desta pedagogia médica extravasaram os limites da saúde, pois a higiene, enquanto alterava o perfil sanitário da família, modificava também a feição social. Juntamente com outras instâncias sociais, transformou a família nesta instituição conjugal e nuclear, como a conhecemos hoje. “A família nuclear e conjugal, higienicamente tratada e regulada, tornou-se no mesmo movimento, sinônimo histórico da família burguesa” (COSTA, 1989, p. 13). Segundo Jurandir Freire Costa (1989), a educação moral sofreu modificações, criando a figura do indivíduo contido, polido e bem educado, a norma ideal era o comportamento reprimido e disciplinado do *gentleman*, do *petit-bourgeois* europeu. A nova educação contribuiu para aperfeiçoar, cientificamente, a primitiva sociedade colonial. Além da competição da ordem econômica, os higienistas:

Colaboraram para o processo de hierarquização social da inteligência, criando a ideia que o indivíduo culto era superior ao inculto. Difundiram, simultaneamente, o preconceito de que o cérebro do homem capacitava-o para as profissões intelectuais, enquanto o da mulher só lhe permitia exercer atividades domésticas. (COSTA, 1989, p. 14)

As condutas sexuais de mulheres e homens foram sendo reduzidas às funções sócio sentimentais de mãe e de pai. As mulheres passaram a serem oprimidas pelos homens por meio do machismo, as mulheres a satirizar os homens com o “nervosismo”, casados passaram a humilhar os solteiros que não casavam, os homossexuais passaram a ser reprimidos pelos heterossexuais, etc. O resultado da educação higiênica foi que a ordem médica produziu uma norma familiar, mas, que, constantemente, necessita da presença de intervenções disciplinares por parte dos agentes de normatização.

Michel Foucault (1985), após realizar uma análise histórica dos pequenos poderes atuantes na sociedade ocidental identificou e diferenciou os agentes responsáveis pela criação dos padrões de comportamento sociais em legais e normativos. Pela regulação, os sujeitos são adaptados à ordem do poder não apenas pela abolição das condutas inaceitáveis, mas, sobretudo, pela produção de novas características corporais, sentimentais e sociais (COSTA, 1989, p. 50).

Para Michel Foucault (1979), a medicina e o médico são os primeiros objetos da normalização, mas estão longe de ser os únicos; a escola, a prisão, o exército, a família, entre outros, são alguns desses dispositivos.

Michel Foucault (1985) resalta que o saber médico passou a sacralizar o casamento, a sexualidade era algo para se praticar apenas no leito conjugal, assim, qualquer relação periférica passa a ser desqualificada. A família nuclear erige normas e precisa de uma vigilância constante. Mas, de acordo com o filósofo, o século XIX não inventou nada de novo, pois a configuração de conjugalidade moderna já foi utilizada em Roma, na época dos Antoninos e em torno dos estóicos.

A intervenção da medicina social está relacionada com o pensamento de domesticidade, segundo Michelle Perrot (1991), no século XIX, a família se torna a célula de base, o átomo da sociedade civil. Acreditava-se na ideia de que a família é a garantia da moralidade natural. Ela:

Funda-se sobre o casamento monogâmico, estabelecido por acordo mútuo; as paixões são contingentes, e até perigosas; o melhor casamento é o casamento “arranjado” ao qual se sucede a afeição, e não vice-versa. A família é uma construção racional e voluntária, unida por fortes laços espirituais, por exemplo, a memória, e matérias. O patrimônio é, a um só tempo, necessidade econômica e afirmação simbólica. A família, “objeto de devoção para os membros”, é um ser moral: “Uma única pessoa cujos membros são acidentes”. O chefe é o pai, e apenas sua morte dissolve a família ao liberar os herdeiros. (PERROT, 1991, p. 94)

A divisão dos papéis entre os homens e as mulheres se baseia em suas “características naturais”, produzem-se dicotomias entre o feminino e o masculino, tais como passivo e ativo, interior e exterior etc.

“O homem possui sua vida substancial real no Estado, na ciência, etc., e também no trabalho e na luta com o mundo e consigo mesmo”. “A mulher encontra seu destino substancial na moralidade objetiva da família, cuja piedade familiar exprime as disposições morais” (PERROT, 1991, p. 94).

Os papéis sexuais estavam tão enraizados que a desigualdade era dita como natural. O homem era o chefe da casa, após a sua morte, o primogênito assumia o seu lugar, a grandeza da mulher estava na submissão ao esposo e, depois, ao primogênito. O divórcio era profundamente desaconselhável, pois enfraquecia a autoridade paterna, o respeito a essa hierarquia era uma condição para o equilíbrio.

Na concepção de Michelle Perrot (1991), o Código Civil francês aboliu as antigas tradições, proibiu o direito de testar, baniu o direito de primogenitura, estabelecendo a igualdade dos herdeiros de ambos os sexos. A partilha da propriedade

freou o êxodo rural, retardando a industrialização, entretanto, muitas famílias resistiram ao Código Civil, mantendo a propriedade indivisa, deixando a herança apenas para o filho mais capaz, ou, como interroga Michelle Perrot (1991), para o filho predileto. A maior parte da população ficava de fora da partilha de bens, concentrando, assim, as fortunas nas mãos de poucos, a mobilidade social ainda é efeito raro.

Mas o desejo de possuir um patrimônio cresce cada vez mais, “ele se concentra, em primeiro lugar, nos bens imóveis, primeiro objeto do desejo, signo indispensável de distinção para os burgueses, necessidade de um lugarzinho próprio para os mais despossuídos” (PERROT, 1991, p. 107). Com ou sem patrimônio, a família está envolvida no espírito capitalista que, com o passar das décadas, vai modificando a autoimagem da família.

O salário do homem, o chefe da casa, é o responsável pelo sustento da família, cabendo ao homem à função de provedor do lar. O trabalho feminino é regulado, rende apenas alguns “trocados”. “A dona de casa, apesar disso, tem um grande apreço por essa entrada de dinheiro que a valoriza, e, além de cuidar dos filhos exerce ainda a função básica da administração do lar” (PERROT, 1991, p. 111). As tarefas domésticas, desempenhadas, diariamente, pelas mulheres, em seus lares, eram vistas como um trabalho improdutivo, não era valorizado pela óptica do capitalismo. Mas, em tempos de crise, os trocados adquiridos pelas mulheres, por meio de serviços como faxinas ou lavar roupa para fora, tornavam-se essenciais para o sustento da família. Para Michelle Perrot (1991), é por isso que a memória feminina é marcada pelas épocas de crise como um período de aumento de trabalho.

O Código Civil passa a definir as figuras e os papéis. Ao homem é garantida a superioridade absoluta dentro do lar, como chefe e pai, e a incapacidade da mulher e da mãe. A mulher solteira ou viúva tem mais controle sobre si do que a casada, pois, após o casamento, ela deixa de ser um indivíduo responsável, deve submeter-se ao marido. O homem domina totalmente o espaço público e goza de direitos políticos. No espaço privado, ele reina, já que ele é o senhor pelo dinheiro, a ele cabem às decisões fundamentais. Michel Foucault (1988) ressalta que a família é um dos principais dispositivos no qual os pais tornam-se agentes da sexualidade.

A família é o cristal no dispositivo da sexualidade: parece difundir uma sexualidade que de fato reflete e difrata. Por sua penetrabilidade e sua repercussão, voltada para o exterior, ela é um dos elementos

táticos mais preciosos para esse dispositivo. (FOUCAULT, 1988, p. 104)

A própria família denuncia os anormais para o campo de observação, por isso o dispositivo de sexualidade traz as características do poder disciplinar. A família configura e fabrica os corpos, o homem é formado para ser o chefe da família, o pai, o responsável pelo sustento, marca de sua virilidade; enquanto a mulher seria a rainha do lar, a mãe, passiva e submissa, ligada à esfera privada. Os indivíduos que fugissem desse padrão esperado eram anormais, estariam à margem, e suas próprias famílias os encaminhariam a especialistas, ou seja, a psiquiatras.

Assim surgem as instituições de sequestro: as prisões e os hospícios. No Brasil, a historiadora Maria Clementina P. Cunha (1989) promove um estudo sobre mulheres que foram internadas em um hospício, na cidade de São Paulo, no início do século XX. A autora nos apresenta as histórias de mulheres que foram internadas no hospício de Juquery, essas mulheres foram levadas para a tal Instituição porque apresentavam “patologias”. Elas subverteram o modo de vida, imposto ao feminino, como, por exemplo: não casaram, não tiveram filhos, almejavam uma profissão, enfim, entre outras características que eram relacionadas ao modo de vida dos homens. De acordo com a historiadora:

O Juquery significou a criação tanto de um “asilamento científico” quanto de um campo de especialidade no interior do saber médico, ao mesmo tempo capaz de ampliar a escala do internamento e a noção de loucura, incluindo nela categorias invisíveis aos olhos dos leigos, mas respaldadas em noções de normalidade condizentes com os papéis sociais adequados aos padrões de disciplina que se pretendia impor e difundir à população urbana. (CUNHA, 1989, p. 124)

A concepção da “loucura” e da “normalidade” é distinta para cada um dos sexos, a primeira sendo ligada ao não cumprimento dos papéis sexuais e dos diferentes atributos de gênero. Desta forma, a loucura e normalidade feminina eram diferentes da masculina.

O culto da domesticidade definiu o lar, quanto espaço feminino, e o espaço público, quanto masculino, a casa é o ninho para onde os homens regressam todos os dias, é um refúgio no qual voltam e descansam, depois de um longo dia no mundo exterior.

Segundo Nancy Cott (1991), na década de 1920, nos Estados Unidos, as representações de mulheres se tornam diferente do modelo oitocentista, vinculado ao

matrimônio e maternidade. Emerge a nova representação de mulher moderna, marcada pela liberdade e individualidade, a linguagem de “feminilidade emancipada” tornou-se familiar, as mulheres conseguiram ter mais acesso à educação e engessarem no mercado de trabalho. Nancy Cott (1991) aponta que, no século XIX, as mulheres não tiveram muito acesso à educação, mas, em 1920, elas eram praticamente a metade dos alunos.

Em uma sociedade cada vez mais urbana, as mulheres começaram a agir de forma “moderna”, passaram a fumar, aboliram o uso do espartilho, diminuíram o comprimento das saias, começaram a frequentar universidades, conquistaram espaço no mercado de trabalho, etc. Claro que enfrentaram dificuldades, pois o discurso conservador sexista ainda era presente, entretanto foi, nessa década, que a dona de casa, a rainha do lar, começou a passar por transformações que a transformariam na “mulher moderna”.

O mundo capitalista começava a se modificar e, com ele, os papéis sociais, desempenhados pelos gêneros. Eric Hobsbawm afirma que “a Era de Ouro foi um fenômeno mundial (1995, p. 255), tal período foi marcado pelo desenvolvimento e modernização, que se deu após décadas de conflitos e guerras. Após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o mundo conheceu inúmeras novas tecnologias. Como afirma o historiador Eric Hobsbawm em seu livro *Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991*:

Durante as décadas douradas não houve fome endêmica, a não ser como produto de guerras e loucura política como na China. Na verdade, na medida em que a população se multiplicava, a expectativa de vida aumentava em média sete anos - e até dezessete anos, se compararmos o fim da década de 1930 com o fim da década de 1960. (HOBBSAWM, 1995, p. 255)

Nas décadas de 1950 e 1960, aconteceram mudanças econômicas e sociais. Em 1947, começou a fase de ouro do capitalismo, emergindo uma economia mundial integrada que ultrapassava as fronteiras dos Estados. Os conflitos armados diminuíram, houve grandes avanços na medicina e na produção de alimentos o que acarretou em uma maior expectativa de vida para os indivíduos.

O mundo capitalista se transformou em uma unidade só, sem fronteiras. Todas essas novidades capitalistas se tornaram sinônimo de modernização, incentivado o consumo para se tornar moderno. As duas guerras que arruinaram a Europa

contribuíram para consolidar os Estados Unidos, enquanto potência industrial e comercial (BODY-GENDROT, 1992, p. 534).

Os Estados Unidos passaram a influenciar culturalmente os outros países, a partir do *American Way of Life*, divulgado, principalmente, pelo cinema e pela imprensa. No Brasil, “as revistas de circulação nacional tiveram grande importância na veiculação de um modo de vida moderno, seduzindo e interagindo com o leitor através de textos e imagens, produzidos especificamente para este fim” (FORNAZARI, 2001, p. 36).

Eric Hobsbawm enfatiza que, na década de 1960, na Europa Ocidental, o desemprego estacionou, em 1,5%, e as análises apontam para o constante crescimento econômico. Esses anos foram o maior ciclo de crescimento observado em países de capitalismo desenvolvido.

Três coisas nesse terremoto tecnológico impressionam o observador. Primeiro, ele transformou absolutamente a vida cotidiana no mundo rico e mesmo em menor medida, no mundo pobre, no qual o rádio podia agora, graças ao transistor e a miniaturizada bateria de longa duração, chegar as mais remotas aldeias, a “revolução verde” transformou o cultivo do arroz e do trigo, e as sandálias de plástico substituíram os pés descalços. (...) A maior parte do conteúdo de geladeira ou freezer (nenhum dos quase a maioria das casas teria tido em 1945) é novo: comida desidratada congelada, hortigranjeiros industrializados, carne recheada de enzimas e vários produtos químicos para modificar o seu gosto, ou mesmo feita por “simulação de carne de primeira sem osso” (...) para não falar de produtos frescos importados por avião de países muito distantes, o que teria sido impossível então. (...) A crença de que “novo” equivalia não só a melhor, mas a absolutamente revolucionário. (HOBSBAWM, 1995, p. 260)

Com toda essa revolução tecnológica, ocorreu uma maior interação comercial internacional, houve uma revolução social e cultural que as gerações anteriores jamais imaginariam. A denominação Anos Dourados pode ser justificada por causa do grande crescimento econômico industrial que aconteceu, de repente, naquela época. De acordo com João Manuel Cardoso de Mello e Fernando Novais (1998), no texto *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*:

Os mais velhos lembram-se muito bem, os mais novos podem acreditar: entre 1950 e 1979, a sensação dos brasileiros, ou de grande parte dos brasileiros, era a de que faltava dar uns poucos passos para finalmente nos tornarmos uma nação moderna. (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 560)

As pessoas acreditavam que, logo, o Brasil faria parte do “Primeiro Mundo”, fruto de conquistas materiais capitalistas e dos traços de caráter do “povo brasileiro”: “a cordialidade, a criatividade, a tolerância” (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 560). Esse período de otimismo e crença em uma sociedade moderna, segundo a historiadora Carla Bassanezi Pinsky (2014), é o que se entende por Anos Dourados, que se iniciam em 1945, e terminam com o golpe militar de 1964, um período marcado pela modernização do país. O cenário político, econômico e cultural brasileiro teve muitas transformações durante as décadas de 1950 e 1960.

O governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o presidente bossa-nova, “boa pinta”, “moderno” revelou-se dinâmico, empreendedor, competente e astuto, e seu otimismo contagiou a nação (BUENO, 2003, p. 352). Com seu lema: “cinquenta anos em cinco”, JK estimulou indústrias, a produção em massa e o consumo de produtos, a revista *Querida* é composta por propagandas de eletrodomésticos, automóveis e produtos de moda, beleza e decoração, ostentações dos Anos Dourados, demonstrando um estilo de vida mais moderno. Todos esses novos produtos ganharam espaço nas casas da classe média brasileira (MELLO; NOVAIS, 2012).

Segundo Carla Bassanezi Pinsky (2014), a televisão se popularizou no Brasil, apenas, após 1965, desta forma, as revistas eram mídias importantíssimas para a propaganda. Esse desenvolvimento também levou as editoras a buscarem novos leitores, neste caso, as mulheres.

Com a popularização de eletrodomésticos as mulheres passaram a ser público alvo, pois elas, muitas vezes, administravam o orçamento doméstico, além de muitas estarem se estabelecendo no mercado de trabalho. Assim *Querida* unia propagandas de produtos que iam de eletrodomésticos, higiene, moda e alimentação com o discurso de “mulher moderna”.

O leque de ocupações no mercado de trabalho aumenta consideravelmente, promovendo a expansão da classe média, além do proletariado industrial. Cresce de forma significativa a oferta de emprego nos serviços urbanos (bancos, comércio, publicidade e propaganda, transportes e comunicação), nos serviços burocráticos em geral (empresas privadas e funcionalismo) e nas profissões liberais. Essas transformações têm reflexos importantes no *status* socioeconômico das mulheres. (PINSKY, 2014, p. 17)

O papel da mulher, no mundo moderno, mudou bastante. Surgem para as mulheres novas oportunidades de emprego e elas começam a integrar o mercado de trabalho e, muitas, a ocupar espaço nas universidades, apesar de que o matrimônio e a maternidade ainda eram o objetivo da maioria.

Como os homens, agora, muitas mulheres conquistaram o direito de trabalhar fora de casa, porém, sem deixar de lado o cuidado com a casa, marido e filhos. Essas mulheres “desdobráveis” deveriam dar conta de tudo, carreira e família (MARTINS, 1992).

Mas preconceitos de gênero e o senso comum sobre a inferioridade física e intelectual feminina, ainda, existiam, cabiam as mulheres os trabalhos considerados femininos. Há quem defendia a ideia de que o serviço do homem era a construção de uma carreira, já o da mulher era o abandono do lar. Assim, profissões como professora, enfermeira ou secretária, por exemplo, eram classificadas como profissões femininas porque eram consideradas uma extensão do lar, do cuidado com a família, além de que poderiam ser desempenhados, em meio período, o que permitia conciliar com os cuidados da casa.

Fúlvia Rosemberg (2012), ao analisar a educação de mulheres no Brasil, constata que o acesso das mulheres à educação, no país, é um fato recente e intenso. Nos Anos Dourados “aumenta significativamente o nível de escolaridade tanto da população em geral quanto da feminina (com destaque para o ensino médio)” (PINSKY, 2014, p. 17).

A educação feminina não tinha como objetivo primário emancipar a mulher de suas funções doméstico-maternal, pelo contrário, justificavam que, investindo na educação feminina, as moças seriam melhores mães (ROSEMBERG, 2012, p. 338). Fúlvia Rosemberg traça o seguinte panorama educacional brasileiro:

Defendeu-se a educação diferenciada, porque mulheres eram tidas como menos inteligentes e mais frágeis que os homens. Incluiu-se Economia Doméstica em seu currículo, porque “a mulher é rainha do lar”. Criticou-se a escola mista, por ser “promíscua”. Estimulou-se a formação de professoras, porque elas, “verdadeiras mães”, têm “vocação para o sacerdócio” que é o magistério. Combateu-se a educação diferenciada, com o argumento de que servia para relegar a mão de obra das mulheres ao “exército de reserva”, fazendo com que ocupassem postos com menor remuneração que os ocupados pelos homens no mercado de trabalho. Defendeu-se a ampliação da educação de meninas e moças, porque “mulheres educadas adiam a primeira gravidez, espaçam os partos, cuidam melhor dos filhos,

impedem a reprodução do círculo vicioso da pobreza”, e porque “seus filhos são mais educados” (ROSEMBERG, 2012, p. 338-339).

Desse modo, a educação para mulheres era diferente da dos homens, além de distinguir e formar ideias do que seria próprio do feminino e do masculino, em conteúdos e práticas pedagógicas. Como mencionado anteriormente, a formação feminina era baseada em preparar as moças para a vida doméstica e, se porventura, seguisse uma profissão que esta fosse uma extensão do lar, cuidando e/ou educando.

Assim, a escolaridade se tornou uma realidade para muitas mulheres de classe média do interior do país, em muitas cidades pequenas, as moças terminavam o ensino médio e algumas ingressavam em universidades. Mas, muitas mulheres “queriam ser “doutoras” um dia, nem que fosse só no papel, pois nem todas concordariam em trabalhar, ou melhor, exercer sua profissão depois de casadas e com filhos” (MARTINS, 1992, p. 129).

Segundo a historiadora Ana Paula Vosne Martins (1992), o ideal de “mulher moderna”, era de que, além de esposa e mãe, as mulheres deveriam ser “cultas”. Por isso, muitos pais investiam na educação de suas filhas para que elas fizessem um “bom casamento”. Desta forma, “o trabalho, se necessário, é encarado como algo temporário, transitório. Casamento e profissão não são temas que combinem muito bem” (MARTINS, 1992, p. 130). Muitas moças carregavam o diploma em uma mão e a aliança em outra, no entanto, eram mais comprometidas com o matrimônio do que com a profissão.

Nos anos de 1950, era raro encontrar mulheres casadas de classe média trabalhando fora; é preferível que elas se dediquem inteiramente ao lar e “se preservem da rua” (PINSKY, 2014, p. 178). Ao decorrer da década de 1960, algumas mulheres dessa classe social conseguiram entrar e se estabelecer no mercado de trabalho, apesar de todas as dificuldades com a dupla jornada, a remuneração mais baixa, etc.

Para muitos homens, ter uma esposa que trabalhasse fora do lar, era um constrangimento social, era encarado como se ele sozinho não conseguisse manter o sustento da casa, uma vez que, na divisão dos papéis de gênero, o homem é quem deveria ser o provedor da família. “Pais e maridos de classe média chegam a se envergonhar por terem filhas ou esposas trabalhando fora do lar” (PINSKY, 2014, p. 177-178).

O trabalho feminino era desvalorizado socialmente, prevalecia o imaginário do sexo frágil, instável e da inferioridade intelectual feminina. Algumas mulheres se mantinham no mercado de trabalho até se casar, ou até o nascimento do primeiro filho, pois encontravam muitas barreiras ao tentar prosseguir com uma carreira. “Muitas vezes, o trabalho produtivo da mulher é visto como secundário em relação às funções de mãe e de dona de casa e como subsidiário ao trabalho do homem” (PINSKY, 2014, p. 175-176). Invariavelmente, o trabalho profissional, realizado por mulheres, era considerado bem menos relevante do que o do homem, considerado o chefe da família. Ao longo dos Anos Dourados, era comum ouvir que carreira e matrimônio são inconciliáveis.

A classe média acabará aceitando e valorizando o trabalho feminino fora de casa, afinal o capitalismo, os novos padrões de consumo e a “modernidade”, além da emancipação (convicta ou não) de muitas mulheres, exigem que assim seja. Mas num percurso acidentado e cheio de obstáculos. (PINSKY, 2014, p. 179)

Portanto, a “mulher que trabalha” ganha mais espaço no mercado de trabalho, tal emancipação aconteceu em períodos distintos, dependendo da região do país e da classe social a que pertencem. Sair da esfera doméstica foi um percurso conturbado para muitas.

Munidas de um diploma e, talvez, de uma aliança, prontas para colocar “em prova” um modelo de “mulher moderna” que deveria transitar entre o privado e o público. (MARTINS, 1992, p. 123). Encontramos a representação de tal “mulher moderna” nas revistas femininas, que mantinham relações íntimas com suas leitoras, dando conselhos de como ser/estar na esfera pública e privada.

1.3 *Querida*: entre práticas de leitura e representações

De acordo com Roger Chartier (1999), em muitos períodos da história ocorreu censura na leitura feminina, muitas mulheres nunca aprenderam a ler. Os censores das leituras femininas eram o pai, irmãos, marido, a Igreja; a leitura indicada era a que ensinava e reforçava a moral e os bons costumes.

Querida já chegou a ser censurada para moças jovens sobre a acusação de que trazia assuntos picantes, porém as leitoras utilizavam as suas táticas para a leitura, ato que se dava a partir do improvisado, da oportunidade. Mesmo em sua capa trazendo a

advertência ou a estratégia da editora “para adultos”, quando havia “ausência do poder” as jovens folheavam a revista.

Existe poder na escrita e na leitura, até o ato da leitura é uma tática. Segundo Chartier (1999):

A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados. Segundo a bela imagem de Michel de Certeau, o leitor é um caçador que percorre terras alheias. Apreendido pela leitura, o texto não tem de modo algum – ou ao menos totalmente – o sentido que lhe atribui seu autor, seu editor ou seus comentadores. Toda história da leitura supõe, em seu princípio, esta liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende impor. Mas esta liberdade leitora não é jamais absoluta. Ela é cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas de leitura. Os gestos mudam segundo os tempos e lugares, os objetos lidos e as razões de ler. Novas atitudes são inventadas, outras se extinguem. Do rolo antigo ao códex medieval, do livro impresso ao texto eletrônico, várias rupturas maiores dividem a longa história das maneiras de ler. (CHARTIER, 1999, p. 77).

Roger Chartier (1999), inspirado por Michel de Certeau (2007), reflete sobre as táticas e estratégias e afirma que ler é uma operação de caça. A leitura como apropriação ou invenção e o leitor como um caçador que utiliza a criatividade para ampliar seus horizontes. Para Roger Chartier, o leitor tem liberdade, a tática; mas, ela nunca é absoluta, pois existe o poder, a estratégia.

De acordo com Michel de Certeau, se:

Faz pouco tempo, Alvin Toffler anunciava o nascimento de uma “nova espécie” humana, gerada pelo consumo artístico de massa. Essa espécie em formação, transumante e voraz, movimentando-se entre as pastagens da mídia, teria como traço distintivo a sua “automobilidade”. Voltaria ao nomadismo, para caçar agora, porém em pradarias e florestas artificiais. (CERTEAU, 2007, p. 259).

Se, em épocas e em sociedades anteriores, os leitores e a leitura eram limitados, nasceu uma “nova espécie” que recebe de forma exagerada, e com facilidade, os textos midiáticos. Rebatendo a representação de leitores submissos, Michel de Certeau (2007) afirma que as massas teriam a liberdade para utilizarem de suas táticas.

As leitoras de *Querida* tinham características em comum, faziam parte de uma comunidade leitora, ou uma região, um espaço praticado. Como afirma Roger Chartier (1999):

Cada leitor, para cada uma de suas leituras, em cada circunstância, é singular. Mas esta singularidade é ela própria atravessada por aquilo que faz que este leitor seja semelhante a todos aqueles que pertencem à mesma comunidade (CHARTIER, 1999, p. 91-92).

Querida tinha um grande público de leitoras fiéis, as *Queridas do Brasil*, mulheres que dividiam os mesmos ideais e que compartilhavam ambições, uma rede de leitoras.

E, segundo Tania Regina de Luca (2012, p. 447), “não foi preciso esperar muito para uma imprensa adjetivada *feminina* fizesse sua aparição entre nós”. O segmento não parou de aumentar e, hoje, existe uma enorme variedade de revistas femininas.

“Essa imprensa particulariza-se por dirigir-se *para* o público feminino, ainda que nem sempre tenha sido produzida *por* mulheres” (LUCA, 2012, p. 448). Muitas editoras eram compostas, majoritariamente, por homens que escreviam para mulheres, muitas vezes, utilizando pseudônimos femininos, não com a finalidade de realizar uma produção jornalística com o objetivo de registrar um fato atual, entretanto traziam assuntos perenes e, às vezes, disciplinares, temas relacionados às mulheres.

Tratavam, em seus artigos, temas que estariam ligados a competências femininas como a moda, a culinária, o lar, o marido e os filhos. Com o intuito de educar e divertir suas leitoras, sem ofender a moral e nem contrariar os bons costumes sociais da época, visto que as revista eram feitas para vender.

Maria Celeste Mira (2001) comenta que, na França, a imprensa feminina foi marcada por dois setores, um voltado para o mundo da moda e outro para a escrita relacionada às lutas feministas. No Brasil, na metade do século XX, existiam diversas revistas femininas, cada uma com a sua singularidade. Assim, coexistiram revistas progressistas e/ou feministas e revistas femininas comerciais, estas, preservavam modelos, ideias e valores conservadores.

Deste modo, no Brasil, nos anos de 1950, circularam, no mesmo período, revistas vinculadas a uma imprensa feminista como é o caso da revista *A Violeta*, e outros periódicos, destinados ao público feminino, que propagavam estereótipos de feminilidade como as revistas *Cláudia*, *Capricho*, *Jornal das Moças*, e outras que traziam seções para as mulheres como *O Cruzeiro*, todas revistas comerciais e com circulação nacional.

Querida foi publicada pela primeira vez, em 1953, pela Rio Gráfica Editora, pertencente ao grupo Globo. Possuindo vários artigos importados dos Estados Unidos, além de trazer matérias “sobre família, comportamento, juventude, moda, beleza, decoração, culinária, artistas de rádio e cinema, enfim, os chamados “assuntos femininos”.” (PINSKY, 2014, p. 37). A revista *Querida* fez sucesso nas bancas brasileiras. Eram lançadas duas edições por mês, quinzenalmente, totalizando 24 edições anuais, até o ano de 1966. Cada periódico tinha, em média, 98 páginas, divididas em coloridas e outras em preto e branco, trazendo muitos artigos e propagandas, promovendo entretenimento e lazer a suas leitoras. Essa revista teve circulação nacional e era uma das preferidas pelas moças, no final da década de 1950. Ela sempre tratava a leitora como se fosse uma confidente, referia-se à leitora de forma íntima, tratando-a como “você”, “amiga”, “querida”, etc.

As revistas são uma importante fonte de informação e referência para as mulheres, principalmente leitoras de classe média. As revistas femininas penetram no espaço doméstico e procuram atuar como guias de ação, conselheiras persuasivas, companheiras de lazer ou alienação. (BASSANEZI, 1993, p. 112).

Carla Bassanezi (1993) ressalta que as revistas eram persuasivas, detinham o poder de influenciar as leitoras em certas decisões e opiniões. Na década de 1960, as revistas femininas eram muito lidas pelas mulheres que buscavam entretenimento. Eram uma importante fonte de informação, além de conselheiras de como a mulher deveria se portar, dentro e fora do espaço doméstico.

Na maioria das vezes, as matérias dos periódicos eram escritos por homens, discursos masculinos para o público feminino. Em suas linhas, trazia regras que as mulheres deveriam seguir em discursos persuasivos que se escondiam por meio do ideal de “mulher moderna”. *Querida* ensinava as leitoras à forma de serem essa mulher.

Querida difundia ideias dominantes a respeito da representação de feminilidade e masculinidade, apresentadas como naturais e incontestáveis. A historiadora Carla Bassanezi Pinsky afirma:

As revistas comerciais são feitas, entre outras coisas, para serem vendidas, atrair anunciantes e proporcionar lucro a quem as produz. Para fidelizar um bom número de leitoras, as publicações femininas buscam na medida do possível, refletir um aparente consenso social (...). Atuando ao lado de instituições estatais, educacionais, religiosas,

jurídicas, familiares, o discurso das revistas convive e se relaciona com vários outros, influenciando e sendo influenciado por eles. (PINSKY, 2014, p. 46).

Querida tinha como principal objetivo ser adquirida por essas mulheres, logo, trazia a representação de tal mulher, além do modelo de uma família religiosa, conjugal, hierárquica com papéis femininos e masculinos bem definidos. Os discursos eram respaldados pela Igreja e pela família.

Na época, a revista *Querida* era considerada ousada, pois tratava de assuntos picantes em seus contos, era destinada a mulheres casadas. Por isso, tinha o aviso na capa: “para adultos”. Talvez isso aguçasse ainda mais a curiosidade de moças solteiras, pois muitas jovens liam a revista sem a aprovação dos pais, às escondidas (PINSKY, 2014, p. 39).

Apesar de trazer contos com certo grau de ousadia, no final, a moral da história, era que a mulher “fogosa”, “leviana”, “namoradeira”, enfim, a “garota fácil” sempre tinha um destino cruel. Mesmo com o comunicado na capa da revista ser destinada a adultos, em seus artigos trazia matérias para as moças jovens solteiras. Nesses espaços, existem diversos conselhos de comportamento durante a solteirice, o namoro, o noivado e o casamento. Exaltando a importância da virgindade e apresentando exemplos do que não ser: “leviana”.

A “moça leviana” era a imprudente, inconsequente, impulsiva, sem seriedade, com quem os rapazes “se divertiam”, era “a outra”, a amante e não a esposa, não servia para tal compromisso. Para as “moças de família”, era recomendado nem ter amizade com tais mulheres, pois eram maus exemplos. Em *História do amor no Brasil*, Mary Del Priore (2006) afirmou:

Algumas escaparam à pecha de levianas e malfaladas, de serem chamadas de “vassourinha” ou “maçaneta” mantendo as aparências de moça respeitável. Outras sofreram e foram abandonadas em consequência de comportamentos “indevidos ou ilícitos”. Tais comportamentos podiam até mesmo inspirar muitos admiradores, mas essas jovens não casariam, pois “[...] o casamento é para ávida toda e, nenhum homem deseja que a mãe de seus filhos seja apontada como doidivanas”. Já as que se comportavam como “moças de família”, não usando roupas sensuais, evitando ficar à sós no escuro, saindo só na companhia de um “segurador de vela”, essas tinham mais chance de fazer bom casamento. (DEL PRIORE, 2006, p. 307)

As jovens eram classificadas como “para casar” e “para se divertir”, assim, era recomendado que as moças não fugissem dos padrões, a imprensa era uma grande conselheira nessas situações, uma espécie de “bússola” que informaria à leitora como agir (COSTA, 2009, p. 118). Já as “moças de família” eram as moças puras, ingênuas, que:

Devem conter sua sexualidade em limites bem estreitos e serão respeitadas pelos rapazes principalmente se souberem “fazer-se respeitar”, não permitindo maiores intimidades e não dando motivos a fofocas, críticas ou más interpretações. Só assim poderão ser consideradas candidatas adequadas ao papel de esposa. As “moças de família” por tanto não podem ser confundidas com as “levianas” (com quem os rapazes namoram, mas não casam) nem em termos de reputação e menos ainda em termos de atitudes. (PINSKY, 2014, p. 56).

“Dar-se ao respeito” era regra para as “moças direitas”, estas deveriam conter a impulsividade e a sensualidade, zelar pela boa reputação. As “boas moças” deveriam evitar:

Sair com muitos rapazes diferentes ou ser vista em lugares escuros ou em situações que sugerisse intimidades com um homem. Os mais conservadores ainda preferiam que elas só andassem com rapazes na companhia de outras pessoas – amigas, irmãos ou parentes, os chamados *seguradores de vela*. (BASSANEZI, 2006, p. 612)

A “boa moça” tinha que ser cuidadosa e recatada, lembrando que o namoro era uma das etapas do casamento, a escolha do cônjuge. Não podiam sair com muitos rapazes “pular de galho em galho”, moças com essa atitude, logo eram chamadas de “vassourinha” ou “corrimão” (que passa de mão em mão). Muitas histórias das revistas, na década de 1960, exibiam contos sobre moças que cederam à insistência de seus namorados, e, após beijos demorados e abraços quentes, carinhos excessivos, foram deixadas pelos mesmos, por serem “fáceis”, por permitirem tais intimidades e, talvez, tivessem consentido tais carinhos a outros. Desta forma, as “boas moças” deveriam manter a reputação impecável.

Segundo Mary Del Priore (2006), as “moças direitas” deveriam se comportar da mesma forma que “mulheres anjo”, ingênuas e frágeis. Há várias denominações para distinguir esta dualidade de mulheres: “boa” e “má”, “anjo” e “demônio”, “díficeis” e “fáceis”, “moça de família” e “leviana”, “Maria” e “Eva”, estas representações estavam

presentes em vários segmentos sociais e culturais do cotidiano, que vão desde a religião até o entretenimento.

E assim, o cinema e seus subprodutos na forma de revistas, (...), ajudavam a reforçar uma ideia de que existiam dois tipos de mulher: a boa e a má. A primeira, identificadas com o casamento e com a felicidade. A outra era para “usar e jogar fora” (DEL PRIORE, 2006, p. 294).

A televisão, o cinema, a música, e as revistas femininas traziam essas representações de mulheres, apesar do discurso de modernidade, o papel social feminino continuava o tradicional:

Vida doméstica, passividade? Sim. Pois essa revolução tinha sua face oculta: o discurso normativo, a pressão do grupo, a culpa, a diferença entre mulheres certas — as que “não davam” — e erradas — “as que davam”. A distinção entre namorada e amada, por exemplo, fica claramente expressa na canção musicada por Carlos Lyra, em que Vinicius de Moraes dirige-se de maneira delicada à primeira: “Se você quer ser minha namorada... somente minha... exatamente esta coisinha, essa coisa toda minha”. Mas o que entenece é o “jeitinho de falar devagarinho... Me fazer muito carinho, chorar bem de mansinho”, tudo envolvido em sensibilidade, retraimento, timidez. Já a “amada”, que se entrega “pra valer”, fazendo com os braços o ninho, “no silêncio de depois”, é outra figura feminina fadada às dificuldades reais, como “o caminho triste”! (DEL PRIORE, 2006, p. 321)

“Minha namorada” não seria a moça “fácil”. Desta forma, mesmo com as mulheres adquirindo novos horizontes e possibilidade em uma sociedade que se dizia moderna, e estava passando por uma revolução sexual, a que Mary Del Priore (2006) se refere, as mulheres brasileiras continuavam amarradas a códigos sociais tradicionais.

Pais, irmão, amigas, enfim, as moças deveriam estar acompanhadas por alguma pessoa de confiança para garantir a reputação, os “seguradores de vela”, como Carla Bassanezi (2006) afirma. Nas cidades maiores, essas condenações e hábitos estavam começando a ficar fora de moda, mas, no interior do país, ainda era comum.

O código da moralidade era de domínio geral e praticamente todos se sentiam aptos a julgar os comportamentos de uma jovem: os pais, os vizinhos, os amigos e amigas, os educadores, os jornalistas... A moralidade defendia a *boa família*, ou melhor, o modelo dominante de família (...). A moça de família manteve-se como um modelo das garotas do anos 50 e seus limites fundamentais eram bem conhecidos, ainda que algumas das atitudes condenáveis pudessem variar um pouco entre cidades grandes e menores, cariocas e paulistas, diferentes grupos e camadas sociais. A moral sexual dominante nos anos 50 exigia das mulheres solteiras *a virtude*, muitas vezes

confundida com ignorância sexual e, sempre, relacionada à contenção sexual e à virgindade. (BASSANEZI, 2006, p. 613)

As moças tinham que seguir tal código de moralidade, para não caírem na opinião da vizinhança, pois estavam cercadas aos “olhos gerais” que vigiavam e julgavam. Cuidando, sempre, para não “manchar a honra da família”. Segundo Carla Bassanezi (2006), eram raros os homens que se casavam com uma moça deflorada por outro.

No próprio Código Civil estava prevista a possibilidade de anulação do casamento caso o recém- casado percebesse que a noiva não era virgem e, se tivesse sido enganado, poderia contar com o Código Penal que garantia punições legais para o “induzimento a erro essencial”. (...) A virgindade era vista como um selo de garantia de honra e pureza feminina. (BASSANEZI, 2006, p. 614)

A justiça também fortalecia tais discursos de moralidade por meio de suas leis e julgamentos. Evidenciado por Carla Bassanezi (2006), o matrimônio poderia ser desfeito, se a moça não fosse mais virgem, além do noivo poder acusá-la de “crime de sedução”. Tais julgamentos acabavam com a reputação da moça e da sua família, manchavam a honra. Os discursos religiosos, jurídicos e familiares ditavam os códigos de moralidade para as moças, as revistas femininas reforçavam tais discursos. A virgindade feminina, antes do casamento, era regra.

A virgindade, condição exigida por 83% dos brasileiros. Afinal a “minha senhora” tinha que ser uma “moça de respeito”, o que significava não deixar “avançar o sinal” durante o namoro e o noivado. Se ela cedesse aos apelos e súplicas dos homens, a mulher estaria desqualificada para um “compromisso mais sério”, pois quem garantiria a ele que ela não iria dar “provas de amor” a outros, também (CUNHA, 2006, p. 207).

Assim sendo, a “boa moça” deveria resistir à tentação, pois, às vezes, eram testes feitos por seus namorados para se certificarem de sua decência. Além de muitos as enganarem com falsas promessas de casamento, todavia, após a relação sexual, deixavam-nas, muitas acabavam engravidando.

Muitos pais, cujas filhas solteiras engravidavam, recorriam à justiça para reaver a honra da família. Denunciando o defloramento, o pai esperava arranjar um casamento para a filha ou a punição do culpado, defendendo a honra da filha e da família. Porém, nesses processos, a honestidade da moça era posta à prova, as que fossem consideradas

“culpadas” perdiam a sua honra e da família para sempre. “A perda da virgindade era um momento crítico na vida de uma mulher solteira, provocando fofocas na vizinhança (às vezes até matérias nos jornais) e abrindo a possibilidade de uma atitude tão enérgica quanto à de um processo contra o deflorador” (CAULFIELD, 2000, p. 226). Contudo, muitas vezes:

Os acusados nos processos de defloramento faziam grande uso do discurso que associava à liberalização ou liberdade das mulheres a ausência de honra ou virgindade. Muitos admitiam ter mantido relações sexuais com sua acusadora e pareciam concordar com que o homem que tirasse a virgindade de uma moça honesta tinha a obrigação de “reparar o mal” com o casamento. No entanto, recusavam-se a casar sob a alegação de que as moças haviam perdido a virgindade anteriormente, ou haviam-se comportado tão mal que eles se acharam isentos de responsabilidades pelo que ocorrera (CAULFIELD, 2000, p. 208).

Por isso era importantíssimo que as moças preservassem os “bons costumes”, se “dessem” o respeito, assim:

O rapaz deveria buscar a moça em casa e depois levá-la de volta; só poderia entrar na casa da moça se houvesse mais alguém presente. A conta dos passeios do casal era de responsabilidade do homem. As ditas “moças de família” não deveriam beber, participar de conversas ou piadas picantes nem tampouco aceitar abraços e beijos envolventes do namorado, não importando os desejos ou a vontade de agir espontaneamente. Se agissem de forma contrária poderiam ser consideradas levianas e corriam o risco de ficarem sozinhas. (SALERNO, 2009, p. 80)

Os códigos sociais, destinados às mulheres, eram diferentes dos masculinos, estes gozavam de liberdade, tanto na solteirice quanto depois do casamento. Os rapazes tinham a sexualidade estimulada desde cedo, eram vistas com bons olhos as possíveis experiências sexuais, e, mesmo depois de casados, as esposas deveriam entender que certas atitudes faziam parte da “natureza masculina”.

Os homens têm direito a liberdade. Para manter a “felicidade conjugal” e preservar a “harmonia do lar”, a esposa não deve incomodar o marido com suspeitas sobre sua conduta. Não pode querer controlar seus “programinhas” (que vão da pescaria ou algum outro passatempo até eventuais relacionamentos com outras mulheres, passando pelos encontros com amigos para jogar ou farrear). A mulher não deve nunca demonstrar suas “aventuras” extraconjugais – melhor ainda que nem procure descobri-los. (PINSKY, 2014, p. 252)

A “boa esposa” deveria se sacrificar para manter a felicidade conjugal. Entender que certas atitudes faziam parte do instinto masculino, que era assim mesmo, não havia questionamentos a serem levantados, pois fazia parte da natureza do homem.

A realidade masculina era antagônica da feminina e, isso, era encarado de forma natural, é até curioso que enquanto os homens prezavam pela virgindade feminina as moças “tinham-se horror ao homem virgem: inexperiente” (DEL PRIORE, 2006, p. 308).

Os rapazes procuravam aventuras com as “galinhas ou biscates” com as quais desenvolviam todas as familiaridades proibidas com as “moças de família”. Sua virilidade era medida pelo número e desempenho nessas experiências. (DEL PRIORE, 2006, p. 308)

Dessa maneira, os homens se divertiam com as dodivanas, com quem não queriam firmar compromisso. Aos homens a sexualidade era permitida e estimulada “a virilidade dos homens era medida em grande parte por essas experiências, sendo comum serem estimulados a começar cedo sua vida sexual. [...] Ir à zona era preservar a menina da sociedade” (BASSANEZI, 2004, p. 513).

As diferenças e a hierarquia entre gêneros são muito visíveis na sociedade e representadas na revista *Querida*. A historiadora Joan Scott (1994) discute o termo gênero e nos inspira a refletir acerca de tais construções sociais. A autora entende gênero como papéis sociais, criados a partir de diferenças fisiológicas entre os sexos. Gênero é um saber referente às diferenças sexuais que estão ligadas em relações de poder entre homens e mulheres, de maneira hierárquica, na qual o gênero feminino se encontra em desvantagem.

As páginas das revistas femininas servem de vitrines de tais construções sociais, nelas podemos notar mudanças e permanências no que a sociedade entende por “ser homem” ou “ser mulher”. Segundo Carla Bassanezi Pinsky (2014):

As ideias sobre “masculinidade” e “feminilidade”, as oposições do tipo “santa”/“puta”, “moças de família”/“leviana”, e os papéis e identidades tais como “esposa ideal”, “boa mãe”, “pai de família”, “homossexual”, são encarados como concepções produzidas, reproduzidas, mas também transformadas ao longo do tempo, que podem variar em cada contexto social. (PINSKY, 2014, p. 11)

Ao folhearmos um exemplar da revista *Querida*, do período estudado, encontramos modelos de relacionamentos e condutas que existiam, no Brasil, naquele momento histórico, e entre indivíduos de tal classe social. A revista estava ligada ao mundo real, não são meras informações. O homem era representado de forma superior. Na maioria das vezes, como o “chefe da casa”, o provedor da família, arrumado para sair ao trabalho ou descansando, após o expediente tendo a esposa a sua disposição. Liberdade para os homens, este era o conselho para possuir a felicidade conjugal.

Ser “leviano” é praticamente um direito natural masculino. Permitir que seja exercido é algo justificável não apenas em nome da estabilidade do casamento, mas também de algo mais sublime, o amor. Além disso, uma mulher só pode realizar-se emocional e financeiramente ao lado de um marido. Assim a dissolução do matrimônio deve ser evitada por ela a todo custo. (PINSKY, 2014, p. 254)

Os homens tinham maior liberdade, em todas as fases (solteirice, noivado, casamento...) eles tinham liberdade sexual que era até estimulada, ao contrário da realidade feminina. Muitos, após o casamento, continuavam com as “saídas” com os amigos. As revistas recomendavam às leitoras a não fazerem interrogatórios e acreditarem, sem questionar, nas “desculpas” de seus esposos. O lema era “homem feliz, casamento feliz”, assim, o desquite deveria ser evitado a qualquer custo.

Nos Anos Dourados, o debate quanto ao divórcio ganha força, porém só virou lei, em 1977. Até aquele momento, a única possibilidade de ruptura de matrimônio era o desquite, mas impedia um segundo casamento, de acordo com as leis brasileiras.

A oposição à legalização do divórcio vem da Igreja Católica, de grupos conservadores organizados, mas também de grande parte da opinião pública. Assim, apesar das tentativas dos divorcistas, nessa época prevalece o conservadorismo que alega defender a sociedade contra “a desorganização da família”, “o amor livre” e “a introdução do comunismo”. Até 1977, portanto, o casamento civil no Brasil é monogâmico e indissolúvel. O desquite, a forma legal de separação dos casais, não dissolve os laços conjugais; mesmo com a separação não pode haver um casamento posterior. (PINSKY, 2014, p. 347)

O divórcio era considerado um veneno à família, portanto, essa opção deveria ser rejeitada. Muitas revistas femininas, da época, em seus contos, retratavam histórias em que a mulher divorciada não conseguia lidar com a opinião e o julgamento dos outros, com os falatórios e com a exclusão social, levando-a, muitas vezes, ao

alcoolismo. Em contrapartida, outras, que optavam por conservar o matrimônio, são surpreendidas com a regeneração de seus maridos e voltam a viver felizes. Como podemos notar, no exemplo utilizado por Carla Bassanezi Pinsky (2014), ao analisar dois periódicos de *Querida*, do ano de 1959:

Mesmo em *Querida*, a revista “para adultos” com contos mais ousados, o divórcio não é bem visto ou adotado como solução para as desavenças dos casais (...). Além disso, invariavelmente, as personagens divorciadas comportam-se mal (...). A divorciada Helen tem vários namorados e não cuida bem da filha. Já sua amiga opta por não se divorciar do marido violento, porque o ama e tem filhos com ele. No fim da história, o marido da amiga se regenera e o casamento volta a ser feliz. A esposa do senador que se divorcia do marido (...) é condenada por todos por abandoná-lo e se torna alcoólatra. (PINSKY, 2014, p. 351)

A mulher desquitada era apontada como alguém que cometeu um erro e, muitas vezes, dita “leviana” da qual as “mulheres honestas” deveriam se afastar.

A mulher desquitada e a mulher que vive com um homem desquitado são socialmente malvistas. A desquitada fica praticamente proibida de ter outras ligações amorosas sob a pena de perder o direito á guarda dos filhos e à pensão alimentícia. Porém, o homem desquitado pode, sem ferir sua reputação, até manter uma concubina. (PINSKY, 2014, p. 348)

Assim, não apenas a mulher desquitada, mas a mulher que vivia com um homem desquitado, ambas eram malvistas, mas, garante Carla Bassanezi Pinsky (2014) que o homem não era difamado. Mais uma vez é possível perceber a diferença entre os gêneros, e como os discursos para o feminino e para o masculino eram distintos.

Querida está repleta de discursos que trazem a representação da “mulher moderna” que deveriam dar conta de tudo, profissão, lar, filhos, marido, além de apresentarem boa conduta. No próximo capítulo, serão analisados os discursos e as imagens, presentes na revista *Querida*, durante a década de 1960.

CAPÍTULO II

QUERIDA: ENTRE O MODERNO E O TRADICIONAL

“Lugar de mulher é o lar (...) a tentativa da mulher moderna de viver como um homem durante o dia, e como uma mulher durante a noite, é a causa de muitos lares infelizes e destruídos.”

(*QUERIDA*, nov. 1954)

Neste capítulo, são apresentados e analisados anúncios publicitários, conselhos, horóscopo e uma coluna especializada chamada “*Certo e errado nas pequenas coisas*”. Para, deste modo, realizar reflexões quanto aos discursos, voltados ao feminino, e como a imprensa acompanhou os discursos presentes na sociedade, mantendo suas leitoras atualizadas e influenciando sobre elas.

A teoria da domesticidade estava sendo refutada pelos movimentos feministas, logo, as mulheres estavam conquistando novos espaços, novas representações emergiam sobre o feminino, e *Querida* transitava por essas transformações. A revista é um produto cultural, ela vende produtos e comportamentos que, na década de 1960, estavam passando por grandes mudanças. A mulher deixa de ser apenas a rainha do lar, agora, ela é a mulher moderna, que estuda e trabalha, mas a maior parte das páginas de *Querida* ainda tratam de temas voltados ao domínio do privado, da intimidade do lar, da família, e das áreas de comportamento feminino. Seguindo o que seria o destino “natural” de suas leitoras, após o matrimônio. O discurso e as representações estão entrelaçados entre o moderno e o tradicional.

Querida apresentava assuntos que iam das agulhas a pudins, com poucas matérias em relação a estudos ou carreiras. Mantinha as mulheres ligadas ao espaço privado, representando-as como “servas” de seus maridos e outras obrigações da “vida feminina”. *Querida* procurava refletir o “Novo Brasil”, os costumes, as tendências, porém a mudança não significou uma ruptura com os velhos padrões sociais.

2.1 Conselhos e representações de mulheres nas páginas de *Querida*

Conselhos eram comuns em textos da revista *Querida*, agindo como imprensa conselheira mostrava ensinamentos às leitoras, ajudando as mulheres a se adaptarem no mundo em que viviam, aconselhando-as a exercer “corretamente” sua “feminilidade” (PINSKY, 2014, p. 47). Muitos dos artigos da revista *Querida* abordavam assuntos que seriam de interesse de mulheres casadas, exibindo a representação de “rainha do lar”, mãe e esposa. Não só em artigos, colunas ou contos encontramos essas representações, em anúncios publicitários, é constante a presença de imagens concretizando a imagem atribuída ao feminino.

São muitas as páginas destinadas à publicidade na revista *Querida*, os anúncios, além de fornecerem o lucro à editora, produzem significados culturais que serão analisados nesta dissertação. Nas propagandas, podemos analisar tanto o texto escrito como a iconografia, geralmente, um complementando o outro.

Muitas empresas utilizavam jornais e revistas para difundir propagandas de seus produtos. Em *Querida* predominavam anúncios de itens que estavam relacionados aos cuidados da casa, à higiene, à moda, à beleza, objetos que, supostamente, integram o universo feminino. Esses discursos publicitários contribuíam para construir e moldar os corpos femininos, de acordo com os padrões esperados pela sociedade. “E ao mesmo tempo, ensinar a esta mulher as normas adequadas socialmente, ou seja, como ela deveria ser, parecer e qual era seu papel nesse grupo” (SOARES; BARROS, 2014, p. 108).

Segundo Silvia Sasaki (2010):

A mídia impressa sempre teve grande influência na construção das representações que permeiam o imaginário social. As possíveis manipulações de interesse veiculadas através da informação são reapropriadas e ressignificadas quando chegam ao leitor, abrindo-se também lacunas para as possíveis subjetividades. De um lado, a produção editorial, que discursa conceitos de civilidade, gostos, legitimando e instituindo padrões. De outro lado, a recepção dos leitores que, embora estruturados em conceitos pré-concebidos, também se encontram abertos aos novos ideais, transitando entre estratégias e práticas cotidianas. (SASAKI, 2010, p. 01)

Os conteúdos da revista *Querida* reforçavam e reproduziam padrões sociais vigentes, durante os anos de 1960. Em suas páginas reproduziam normas e as

legitimavam. Mas, como afirma Silvia Sasaki (2010), a recepção desses discursos pelos leitores pode ser distinta e subjetiva. Várias relações podem contribuir para moldar a subjetividade dos indivíduos e de seus modos de vida. Desta forma, os discursos podem se definir como “modos de sujeição, atravessado por valores morais, códigos, regras e estatutos” (RAMOS, 2005, p. 19).

Nas contribuições de Michel Foucault (1988), as constituições dos sujeitos estão ligadas entre o poder e o saber. Tais dispositivos criam modos de subjetivação e práticas disciplinares, percebemos que os discursos das revistas femininas se constituem num modo contemporâneo de subjetivação, utilizando-se de práticas disciplinares, pressupondo um suposto saber científico no qual estabelece uma relação de poder sobre suas leitoras (SILVIA; STAFUZZA, 2013, p. 726).

Portanto, *Querida* exercia poder, manifestava discursos que eram interiorizados pelas leitoras e contribuíam para a moldação de suas subjetividades. Porém, ao mesmo tempo em que a revista praticava o poder, também se submetia a ele, em razão de que ela era um produto que tinha como finalidade ser consumido. Utiliza, como estratégia, o poder que possuía de seleção do que exibir em suas colunas.

Querida se definia como moderna, no entanto, apresentava modelos de mulheres e famílias tradicionais em suas edições. No decorrer da década de 1960, foi apresentando novas possibilidades para suas leitoras, embora continuasse com seus discursos conservadores. Compreende-se que essa ambiguidade é própria de períodos de transição, em que convivem o novo e o velho, como aquele de que trata esta dissertação, uma vez que estava em gestação uma contracultura, que vai marcar os anos seguintes.

São muitas as propagandas em que é possível perceber a mistura entre tradicional e moderno. A seguir, temos o exemplo de um anúncio da marca “Ninho”.

Ilustração 1 – *Querida*, nº 135, janeiro de 1960.

Arrastada para o erro
(Continuação do pag. anterior)

Acho que foi Ary que usou esse nome. Eu lembro, porque, muito tempo depois, quando ele me fez foto, ele me chamou de Ary. Mas não lembro de ter usado esse nome. E ele me chamou de Ary. Mas não lembro de ter usado esse nome. E ele me chamou de Ary. Mas não lembro de ter usado esse nome.

— Fala lá o teu filho, mas não se esqueça de dizer para ele que ele não pode comer mais nada. — Ary não se esqueça de dizer para ele que ele não pode comer mais nada. — Ary não se esqueça de dizer para ele que ele não pode comer mais nada.

— Fala lá o teu filho, mas não se esqueça de dizer para ele que ele não pode comer mais nada. — Ary não se esqueça de dizer para ele que ele não pode comer mais nada. — Ary não se esqueça de dizer para ele que ele não pode comer mais nada.

REMOVEDOR CRISTAL ZAS-TRÁS

Para os meus... LEITE NINHO
- o melhor do mundo!

NINHO é leite de vaca, puro, integral, de alta qualidade, produzido com o melhor leite fresco por um processo especial de fabricação Nestlé. E, por isso, quando V. dá Leite Ninho aos seus, pode ter a certeza de que

Fonte: Acervo CEDOC, UNICENTRO – IRATI.

Na ilustração, o leite em pó era apresentado como um produto moderno, integrando os bens de consumo que facilitavam a vida moderna. A comercialização de produtos industrializados tinha muito destaque, no governo de Juscelino Kubistchek, durante os anos de seu mandato, ele “vai promover a abertura do mercado a empresas estrangeiras, oferecendo vantagens econômicas para aquelas que desejassem se estabelecer no Brasil” (QUADROS JUNIOR, 2001, p. 04). Essas mudanças, na economia, permaneceram com notoriedade nos anos que seguiram, e a sociedade ansiava em ser moderna.

Apesar de o produto moderno, o papel destinado à mulher, dentro de casa, continuava o mesmo, o tradicional. O discurso publicitário apelava para o amor e dedicação da mulher pela família, com o intuito de oferecer o melhor para eles. Aliás, ter uma família era projetado como o futuro de toda “boa moça”, era o maior sonho e realização. De acordo com a historiadora Maria Paula Costa (2009):

O casamento oferecia acesso da mulher ao lar e à maternidade, as concepções de mulher moderna não rompiam com esse estigma. O homem aparecia como o “sexo forte” e a mulher como “frágil”, aquela que sofria por amor e deveria se esforçar para cuidar bem do seu marido, sendo, (...) a sacerdotisa do templo culinário, responsável pela boa organização da casa, pela fidelidade do seu companheiro, estando

atenta para as suas necessidades materiais, como roupas e acessórios, já que essas funções indicariam seus dotes de esposa e dona de casa. (COSTA, 2009, p. 66)

Assim a “mulher moderna” não estava liberta das suas funções dentro do lar, continuava desempenhando o papel tradicional, agora ela se tornava uma mulher desdobrável. Na propaganda de “Ninho”, é perceptível, tanto na descrição quanto na ilustração, o papel reservado à mulher, enquanto o casal de filhos e o marido estão sentados, ao redor da mesa, bebendo o leite, a mulher aparece feliz em servir a família, todos bem arrumados, o marido usando terno e gravata, remetendo a ideia de trabalho, casa organizada, e biscoitos, certamente, preparados pela esposa, acompanhados pelo leite que ela serviu.

Outra observação a ser feita é a representação da composição familiar, quase sempre a família moderna é formada por um homem (marido/pai), uma mulher (esposa/mãe) e, no máximo, três filhos. Geralmente, as ilustrações trazem dois: um menino e uma menina. Esse é um dos aspectos da modernidade, a redução do número de filhos, as famílias planejadas se tornavam cada vez mais comum. Os casais utilizavam vários meios para controlar a natalidade, tais como: a tabelinha, camisinha, coito interrompido e, mais tarde, a pílula (PEDRO, 2003, p. 250).

Mas o que caracteriza a “mulher moderna”? *Querida* tinha como alvo leitor a mulher moderna, mas quem era ela?

Definir o que seria uma mulher moderna para a época mostrava-se um caminho árido, pois essa modernidade apresentava várias facetas: moderna consistiria em aderir e aceitar os novos comportamentos femininos no que se referia à liberação sexual antes do casamento? Ou mulher moderna seria aquela que não aceitava e questionava os papéis fixos de homens e mulheres na família e no trabalho? Ou simplesmente poderia ser considerada moderna a mulher que se identificasse e se incluísse a sociedade de consumo, usufruindo das novidades da indústria equipando seu lar e sua família com objetos que facilitassem sua vida, apoiando-se muito mais no ter do que numa modificação do ser? (COSTA, 2009, p. 71)

A seguir, um teste publicado, no ano de 1960, com o questionamento *Você é moderna ou antiquada?*

Ilustração 2 – *Querida*, nº 152, setembro de 1960.



Fonte: Acervo CEDOC, UNICENTRO – IRATI.

Seguindo a linha de raciocínio do teste, a mulher moderna deveria ter respondido “sim” em usar batom e esmaltes todos os dias, escovar os dentes, no mínimo, duas vezes ao dia, e usar absorventes descartáveis ao invés de toalhas laváveis. Continua dizendo que, se respondeu pelo menos duas questões de forma negativa, então, não está aproveitando as facilidades da vida moderna, e o que ela tem para oferecer em questão de elegância e bem estar. “Deixar de ser antiquada para torna-se atraente e moderna, é simples questão de um pouquinho de fôrça de vontade” (*QUERIDA*, set., nº 152, 1960, p. 74).

A revista procurava educar os corpos para o consumo, disciplinar as leitoras, tornando-as corpos dóceis. De acordo com Michel Foucault (2010), durante a época clássica, houve uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder, assim, com a utilização da disciplina tentavam manipular os corpos, modelá-los, treiná-los para, em troca, conseguir obter obediência. A “tecnologia política do corpo”, segundo Michel Foucault (2010), é um mecanismo de poder, exercido sobre os corpos, que se impõe através da disciplina, da correção e da ordem.

A partir do adestramento, buscava-se corrigir os corpos tornando-os dóceis. A docilidade se dava pela normalização do corpo manipulável, “é dócil um corpo que

pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2010, p. 163). Desta forma, o discurso da revista *Querida* estabelecia normas de condutas e de comportamentos para as leitoras, distinguia qual era o papel feminino e masculino na sociedade, divulgando representações estereotipadas do feminino e do masculino.

Portanto, a “mulher moderna”, nos parâmetros de *Querida*, não é a mulher independente, não modifica o seu ser e pensar, mas é a mulher que adquire produtos modernos, desta forma, a modernidade não está atrelada ao “ser” e sim ao “ter”. Na revista, os corpos femininos eram representados sempre belos, a mulher recatada inserida no lar, ligada à figura de esposa e mãe. A seguir, outra propaganda, desta vez, um liquidificador da marca “Arno”, o “Mais Moderno”! (...)

Ilustração 3 – *Querida*, nº137, fevereiro de 1960.



Fonte: Acervo CEDOC, UNICENTRO - IRATI.

Nessa publicidade, tanto o utensílio doméstico como a mulher apresentavam uma aparência “moderna”, notamos que, além do produto, a imagem da mulher também é revelada como algo a ser consumido. Maria Paula Costa (2009), afirma que houve uma segmentação do corpo feminino, e a beleza se transformou em consumo, que poderia ser alcançada pelas leitoras, a partir da:

[...] Maquiagem, do cabelo, estar atenta aos modernos tratamentos de beleza, manter a pele como um pêssego, vigiar o peso e fazer exercícios. O corpo feminino foi segmentado e esmiuçado em seus detalhes: o cabelo, o rosto, os olhos, a boca, os seios, a barriga, as pernas, a pele. Para cada parte um cuidado especial, um creme específico, um tratamento possível de ser realizado; ao diversificar os métodos de remodelagem, propiciava o espetáculo do consumo. (COSTA, 2009, p. 120)

Nessas considerações observamos que nas mãos, a cor do esmalte, os traços do rosto e o cabelo da mulher fazem parte do consumo, apresentados com um aspecto de bem cuidado. O moderno está nas cores, na mistura de cores fortes, como o azul e o alaranjado, na maquiagem e na roupa, as “cores elétricas” foram as cores da moda, durante a década de 1960. Entre elas, igualmente, destacaram-se o azul-turquesa e o rosa-choque, que aparecem em outros anúncios.

Os detalhes da maquiagem, como os olhos, com delineado estilo “gatinho” e o cabelo bem arrumado, sem um fio fora do lugar, representam a modernidade, pois “nos anos 60 a maquiagem era sinônimo de sofisticação e luxo” (COSTA, 2009, p. 121).

A imagem da mulher era associada ao ideal de beleza e vida doméstica, assim, propagandas de certos produtos faziam o uso da imagem feminina.

A propaganda traz a mulher ao lado de utensílios domésticos como liquidificador, ferro elétrico de passar roupa, enceradeira, entre outros. A mulher apresenta-se sorridente, radiante e elegante, denotando contentamento diante das facilidades trazidas pelos “fabulosos produtos” (PÁTARO; MEZZOMO, 2014, p. 36).

Esses anúncios apresentavam a imagem feminina associada a eles, para, denotar a função da mulher, no espaço privado, representando-a como a responsável pelos afazeres domésticos, e o conforto e praticidade que os produtos a ofereceriam, no dia a dia da vida moderna. Conforme ressalta Carla Bassanezi Pinsky:

O acesso às modernidades também cobrou delas maior eficiência e racionalidade: aproveitar “cientificamente” o tempo, utilizar com inteligência os eletrodomésticos, ter uma atitude “profissional”, planejar as atividades informa-se em livros e revistas [...]. Economia doméstica é matéria de escola. (PINSKY, 2012, p. 500)

Com todos esses novos bens de consumo a “rainha do lar” tinha a vida facilitada, havia mais tempo para outras atividades, na maioria das vezes voltadas ao lar, costura

etc. Carla Bassanezi Pinsky (2012) cita que, até mesmo nas instituições de ensino, as moças eram ensinadas sobre a economia doméstica e as revistas femininas, tal qual *Querida*, exibiam com frequência matérias relacionadas ao assunto.

Ilustração 4 – *Querida*, nº 183, janeiro de 1962.



Fonte: Acervo CEDOC, UNICENTRO – IRATI.

Na propaganda da marca OMO, podemos notar que a publicidade fazia uso da ideia sobre a “rainha do lar”. A dona-de-casa “brilhante” e dedicada que utilizava o produto para lavar as roupas do marido, reforçando papéis femininos de que somente as mulheres deveriam ser as responsáveis pelas tarefas domésticas. Para Carla Bassanezi Pinsky (2014):

A dona de casa não tem sequer poderes significativos nos bastidores domésticos. Como afirma Anne-Marie Dardigna, em seu estudo sobre a imprensa feminina, “o matriarcado da sombra não é mais do que a política do macho; o matriarcado onipresente”; a mulher dominada é persuadida de que é dominante, apesar de viver em um mundo em que

as obrigações domésticas são dissimuladas e transformadas em manifestações de afeto. Assim, as mulheres deixam de reivindicar mais poder na sociedade. As esposas que cuidam da administração do lar exercem, na verdade, um papel de coadjuvantes do marido. A vida da dona de casa de classe média é uma vida “na sombra”, “vivida por procuração”, medíocre, sem criatividade, incapaz de grandes realizações. A ideia de que a mulher é a “rainha do lar” contribuiu para manter o mundo feminino separado do masculino pela mesma distância que separa o acessório do essencial. A verdadeira autoridade da família especialmente no que diz respeito às questões financeiras, é o homem, o provedor do lar. E a cada vez que a dona de casa quer ter acesso a um dinheiro, que só lhe pertence indiretamente, para fazer frente às despesas da casa ou pessoas, precisa dar satisfação e submeter-se ao humor e a condescendência do esposo. Assim, se mantém e reproduz o sentido de dominação/subordinação nas relações homem-mulher. (PINSKY, 2014, p. 280)

Desta forma, a ilusão de “rainha do lar” mascarava mulheres submissas e dependentes de seus esposos, mesmo que, muitas vezes, de forma velada. Mas, em outras situações, as esposas viviam uma fantasia na qual ela é “persuadida que é dominante” por conta de administrar a economia doméstica, com o dinheiro do marido. Apesar de existirem “rainhas do lar” tristes, coexistiam as que se sentiam especiais em servir a família.

Porém, ao contrário do que Carla Bassanezi Pinsky (2014) afirmou quanto as donas de casa levarem uma vida medíocre e sem criatividade, Natalie Zemon Davis (1997) formou uma ideia diferente. Para ela, apesar de haver um discurso normatizador para o comportamento feminino, também existiam as possibilidades de criação nas margens da norma, o que de acordo com Michel de Certeau (2007) seriam as táticas.

De acordo com Natalie Zemon Davis (1997), embora as mulheres estivessem longe dos centros formais de aprendizagem e de instituições, voltadas para a definição cultural, mesmo ocupando as margens das sociedades, elas extrapolavam os limites do lar, tinham criatividade e criavam novas experiências nos espaços. Assim, apesar de as estratégias da sociedade, as mulheres conseguiam criar táticas, sem seus cotidianos.

O anúncio, a seguir, é da marca de máquinas de costura Singer:

Ilustração 5 – *Querida*, nº 157, dezembro de 1960.



Fonte: Acervo CEDOC, UNICENTRO – IRATI.

Nessa edição de natal de 1960, o esposo é caracterizado como se fosse o Papai Noel que trouxe um presente para a esposa. O anúncio dizia: “Tão apreciada como uma jóia”, “uma lembrança para sempre”, “Toda mulher caprichosa fica encantada com a perfeição do trabalho de um “Fashion-Aid” zig-zag Singer!” (*QUERIDA*, dez., nº 157, 1960, p. 89). A mulher aparenta estar contente com o presente, pois, além do sorriso, o marido está “coberto” de beijos. O discurso cita “mulheres caprichosas”, de fato as “moças de família” aprendiam a costurar desde muito cedo, muitas vezes, até mesmo em instituições de ensino, “saber costurar desde muito cedo era um valioso atributo de moça de família prendada e caprichosa” (SALERNO, 2009, p. 102).

Em todos os meses que tinha uma data comemorativa, os anúncios sempre traziam sugestões de presentes para as mulheres, sendo, estes, ligados à vida doméstica. Também, é possível estabelecer uma análise quanto à dependência financeira feminina, porque, nesta, e em outras propagandas, o homem que é considerado o consumidor, não a mulher.

As propagandas da revista *Querida* reforçavam papéis femininos de submissão, representando a mulher com a missão biológica de cuidar da casa, dos filhos e do

marido. Por meio da publicidade, muitos estereótipos são criados, legitimados ou cimentados, assim, reforçando papéis sociais, regras e padrões.

Outras representações eram relacionadas às mulheres, por exemplo, a “encalhada”, é recorrente ao folhear as páginas das revistas e se deparar com essa expressão, muitas leitoras tinham medo de “ficar para tia” (solteiras). E a publicidade também utilizava o argumento de ajudar a “achar marido” em seus anúncios, os produtos Colgate, durante os anos de 1960, publicaram muitas propagandas com essa conotação. Observemos, a seguir, duas propagandas do creme dental Colgate, publicadas em 1959 e 1960:

Ilustração 6 – *Querida*, propagandas Colgate (1959-1960).



Fonte: Acervo CEDOC, UNICENTRO – IRATI.

O título do primeiro anúncio é: “Só um milagre de Santo Antônio”, frase proferida pela sobrinha de uma mulher que demonstra estar preocupada por permanecer

solteira. A mulher responde: “Eh!... Mas até você!... Quem lhe disse isso?”. A menina responde: “Foi minha mãe!... Ela disse que você deveria consultar o dentista sobre mau hálito titia”. A mulher procurou um dentista e ele lhe aconselha usar o creme dental Colgate. No quarto quadrinho, ela demonstra estar contente com o efeito do produto. No último quadrinho, ela aparece sorridente ao lado de um homem, pensando “Colgate não é boato – Faz casamento de fato!...” (*QUERIDA*, jun., nº 122, 1959, p. 34).

No segundo anúncio, que tem o mesmo formato do anterior, conta a história de um garoto que se envolve em uma briga. A irmã questiona: “Brigando outra vez?”, o menino responde: “Tenho que brigar! Dizem na minha cara que você levou o fora do Nelson por causa do mau hálito! Por que você não vai ao dentista?” Nos dois quadrinhos que segue, ela vai ao dentista e ele lhe recomenda Colgate, semelhante ao primeiro anúncio. No último quadrinho, aparece a moça com um rapaz, ambos sorridentes, e o irmão dela, ao fundo, observando o casal alegre, e dizendo: “Colgate entrou em ação melhorou logo a situação!” (*QUERIDA*, fev., nº 138, 1960, p. 78).

No início do século XX, no Brasil, houve um forte discurso modernizante de educação higiênica. No Paraná, as primeiras intervenções médicas e sanitárias ocorreram, entre 1916 a 1930 (KUMMER, 2007, p. 07). Desta forma, é possível compreender que a revista, além de estar divulgando anúncios de produtos, também procura informar as leitoras sobre higiene, tanto que para ser uma “mulher moderna” era preciso escovar os dentes pelo menos duas vezes ao dia (*QUERIDA*, fev., nº 138, 1960, p. 78).

Durante as décadas de 1950 e 1960, a profissão odontológica estava passando por institucionalização e regulamentação. Em cidades menores e distantes dos grandes centros urbanos, era rara a presença de dentistas formados, as pessoas tinham acesso ao serviço de dentistas práticos, sem formação. Neste contexto, havia disputa nas relações entre poder e saber, ciência e senso comum (WARMLING, 2002, p. 01).

As idas ao dentista não eram habituais para a maioria dos brasileiros, por isso muitas pessoas decidiam remover todos os dentes e usar dentaduras ou outras próteses dentárias. Com a modernização do país era, importante cuidar da higienização dos indivíduos, assim, desenvolveram-se novos discursos médicos e de saúde bucal, o dentista formado ganhou autoridade de discurso.

Nos dois anúncios de Colgate, encontramos a figura do dentista formado, instruindo as pessoas sobre a importância da saúde bucal, e quanto à utilização do produto que, além de melhorar o hálito, solucionava os problemas amorosos, e, durante

os anos 50/60, esse era o marketing da marca. Na maioria das propagandas, havia representações de mulheres casadas com marido e filhos ou as “solteironas”. Segundo Carla Bassanezi Pinsky:

A mulher solteira com mais de 25 anos recebe o rótulo de “solteirona”. Esse estigma reflete uma situação socialmente indesejável – uma mulher “incompleta”, nem esposa nem mãe – e afeta mesmo quem fez o celibato uma opção. [...] Mesmo sujeita a zombarias e, muitas vezes, a sentimentos de culpa, a “solteirona” não escapa ao controle social sobre sua reputação (PINSKY, 2014, p. 112).

Desta forma, o casamento deveria ser o destino de todas as mulheres, ter marido e filhos era um status social. Nos anúncios de Colgate, percebemos que uma marca utilizava as representações da época para vender mais, nesse caso, a propaganda utilizava um tom de zombaria com as solteiras, problema este que pode ser resolvido com o uso de um creme dental. Assim, notamos tamanha importância que era dada ao casamento.

Outras marcas usavam a mesma estratégia, fazendo alusão ao matrimônio, podemos destacar os discursos que mostravam as mulheres sofrendo por não terem um relacionamento, sendo um problema feminino. As propagandas “não faziam alusão ao casamento apenas, elas se valiam do ideal romântico que girava em torno do feminino. A ideia de paixão, de beleza, do encanto e do grande amor era bastante evocada nas propagandas” (SALERNO, 2009, p. 77). As mulheres “para casar” deveriam cuidar da beleza, serem delicadas e românticas, estes atributos seriam da “natureza feminina”.

A marca *Johnson & Johnson* é outra que anunciava os seus produtos reforçando estereótipos femininos, como vemos na ilustração a seguir:

Ilustração 7 – *Querida*, nº 267, Julho de 1965.

...E a grande loja perdeu sua melhor **BALCONISTA**

Maria Rosa é balconista de uma loja do centro da cidade. É apenas uma, entre as muitas moças que ali trabalham, mas há nela um certo quê fascinante!

1. Nenhuma balconista vende mais do que ela. Suas colegas dizem que ela não tem fregueses, mas sim fãs. É que Maria Rosa sabe cativá-los, com sua atenção, jovialidade e simpatia. Algumas não escondem uma pontinha de inveja e não entendem o seu constante sorriso.

2. Está sempre segura de si. Mesmo quando “naqueles dias”, conserva-se calma, amável bem disposta. Seu segredo? Ela usa Modess “Pétala Macia” (nunca falta em seu armário). Aliás, Maria Rosa não esconde isso. Muito ao contrário, ela procura “modernizar” as amigas.

3. Maria Rosa dá muita importância ao seu conforto pessoal, daí sua preferência por Modess “Pétala Macia” – macio, espesso, absorvente de verdade. E usa-se uma vez e joga-se fora! A maioria das colegas já aderiram, e estão satisfeitíssimas. São gratas à amiga.

4. Hoje, Maria Rosa veio trabalhar com uma aliança na mão direita. O noivo é aquele rapaz que aparecera ali para fazer compras. Ficou encantado com o desembaraço e a jovialidade da moça. O casamento será para breve, e a loja vai perder a sua melhor balconista.

O ABSORVENTE MODESS* TEM UM EFICAZ DESODORANTE E FAZ PARTE DOS HÁBITOS DE TODA MULHER MODERNA. E PARA TER TODAS AS VANTAGENS QUE O ABSORVENTE MODESS LHE OFERECE, USE-O COM OS CINTOS APROPRIADOS.

Cinto Modess em “W”: prático, ajusta-se bem à cintura. Cinto Modess Regular: usa-se com alfinetes ou presilhas. Calça Higiénica Semana: indispensável, é promoção vital. A única que tem presilhas e cintos ajustáveis.

Johnson & Johnson
—CANTO DE QUALIDADE—

Fonte: Acervo CEDOC, UNICENTRO – IRATI.

A propaganda conta a seguinte história:

E a grande loja perdeu sua melhor BALCONISTA. Maria Rosa é balconista de uma loja do centro da cidade. É apenas uma, entre as muitas moças que ali trabalham, mas há nela um certo quê fascinante!

1. Nenhuma balconista vende mais do que ela. Suas colegas dizem que ela não tem fregueses, mas sim fãs. É que Maria Rosa sabe cativá-los, com sua atenção, jovialidade e simpatia. Algumas não escondem uma pontinha de inveja e não entendem o seu constante sorriso.
2. Está sempre segura de si. Mesmo quando “naqueles dias”, conserva-se calma, amável bem disposta. Seu segredo? Ela usa Modess “Pétala Macia” (nunca falta em seu armário). Aliás, Maria Rosa não esconde isso. Muito ao contrário, ela procura “modernizar” as amigas.
3. Maria Rosa dá muita importância ao seu conforto pessoal, daí sua preferência por Modess “Pétala Macia” – macio, espesso, absorvente de verdade. E usa-se uma vez e joga-se fora! A maioria das colegas já aderiram, e estão satisfeitíssimas. São gratas à amiga.
4. Hoje, Maria Rosa veio trabalhar com uma aliança na mão direita. O noivo é aquele rapaz que aparecera ali para fazer compras. Ficou encantado com o desembaraço e a jovialidade da moça. O casamento será para breve, e a loja vai perder a sua melhor balconista.

O ABSORVENTE MODESS [...] FAZ PARTE DOA HÁBITOS DE TÔDA MULHER MODERNA. (*QUERIDA*, jul., nº 267, 1965, p. 61).

Maria Rosa era um exemplo de feminilidade, era simpática, sem ser “leviana”, era sempre companhia agradável, mesmo no período menstrual, não era, em situação nenhuma, uma mulher histérica. Até essa parte do discurso, já nos deparamos com vários estereótipos, atribuídos ao feminino, no entanto, outro que chama atenção é a inveja das amigas, em anúncios, colunas, conselhos. Sempre as outras mulheres são taxadas de “invejosas”.

A utilização do absorvente caracterizava a “mulher moderna”, pois substituiria os antiquados “paninhos” por *Modess*, que não precisava lavar, usava-se uma vez e jogava fora, desta forma, trazendo uma referência à mulher higiênica e também moderna. E, por ela ser uma “boa moça” e usar tal produto moderno, acaba encontrando um pretendente, que, logo, vira noivo. Mas, o que chama atenção é que mesmo ela sendo a melhor vendedora e a mais cativante, após o noivado, abandona a profissão para se dedicar ao lar. E a publicidade expõe esta troca como um evento importantíssimo na vida da mulher.

Carla Bassanezi Pinsky, em seu livro *Mulheres dos Anos Dourados* (2014), apresenta reflexões de que, apesar do período pós-guerra as mulheres terem conseguido o direito de estudar, trabalhar e poder ser emancipadas, ainda:

A incapacidade de absorção da totalidade de força de trabalho por parte da economia e o imaginário que atrela à mulher a domesticidade são grandes obstáculos ao envolvimento das mulheres no mercado de trabalho [...] E muito comum que as moças de classe média que trabalham ou estudam interrompam estas atividades com o casamento (PINSKY, 2014, p. 177).

Nesse trecho, a autora se referia à década de 1950, porém o anúncio anterior é do ano de 1965, e a realidade feminina não havia mudado muito. Claro que nem todas as mulheres sonhavam em ter um casamento, muitas queriam estudar e construir uma carreira, mas, como mencionado, também sofriam com a pressão social, consideradas mulheres “incompletas”, eram poucas as que seguiam uma carreira (PINSKY, 2014, p. 177). Lembrando que tal realidade era a de mulheres de classe médio-alta, *Querida* era destinada a esse público, porque muitas mulheres de classes mais baixas sempre trabalharam.

A personagem Maria Rosa, quando noivou, deixou o emprego para se dedicar ao lar, pois “o casamento estava em primeiro plano e nem estudos nem profissão fazem

com que ele seja adiado ou rejeitado. Ao longo dos Anos Dourados, é comum ouvir que carreira e matrimônio são inconciliáveis” (PINSKY, 2014, p. 177).

Mesmo as mulheres que prosseguiram em suas profissões, após o casamento, encontravam barreiras, porque, invariavelmente, o trabalho feminino era considerado desprezível com menos importância, pois era o “chefe da família” que deveria ser o provedor.

A historiadora Carmem Silva da Fonseca Kummer Liblik (2017), em sua tese de doutorado intitulada *Uma história toda sua: Trajetórias de historiadoras brasileiras (1934-1990)*, trata da articulação entre gênero e carreira acadêmica em História.

A pesquisadora trabalha, a partir de duas gerações de historiadoras, e, no decorrer da tese, é possível perceber que todas encontraram dificuldades, durante as suas trajetórias acadêmicas e profissionais, justamente, por serem mulheres. Na pesquisa, Carmem Liblik investiga as “dificuldades que tiveram para impor suas competências profissionais num mundo acadêmico notoriamente masculino” (LIBLIK, 2017, p. 76-77).

Assim, as historiadoras encontraram obstáculos para se estabelecerem e conquistarem posições no campo de trabalho, pois vigorava, na sociedade, que o papel da mulher era no âmbito doméstico, em razão de que uma mulher ativa, construtiva e dona de uma carreira negligenciavam as “obrigações” do lar (LIBLIK, 2017, p. 152).

Outro ponto relevante é que os homens, historiadores, em seus relatos, não encontravam tantas dificuldades na jornada acadêmica e profissional, eles eram os “gênios”, já as historiadoras venciam muitas lutas culturais e familiares, para conseguirem prosseguir no campo da História, em alguns casos sofriam até agressões físicas, provocadas pelo ciúme do marido.

Desta forma, durante a década de 1960, só o fato de ser mulher já era um obstáculo para quem desejava uma vida além das paredes de uma casa. Segundo Carmem Silva da Fonseca Kummer Liblik (2017), os cursos de licenciatura eram vistos como “arruma marido”, frequentando as universidades, as moças poderiam conhecer rapazes engenheiros, contadores, etc. Na universidade, além de um diploma, conseguiriam uma aliança, dando mais importância para a última.

Ser professora até era aceitável, porém, quando exercida na educação básica em meio período. Tanto a profissão de professora como enfermeira eram consideradas femininas, pelo fato de que uma professora seria boa mãe ou “mãe pedagoga”, e a

enfermeira cuidaria da higienização e dos idosos da família. De acordo com Fúlvia Rosenberg:

Estimulou-se a formação de professoras, porque elas, “verdadeiras mães”, têm “vocação para o sacerdócio” que é o magistério. [...] Defendeu-se a ampliação da educação de meninas e moças, porque “mulheres educadas adiam a primeira gravidez, espaçam os partos, cuidam melhor dos filhos, impedem a reprodução do círculo vicioso da pobreza”, e porque seus filhos são mais educados”. (ROSEMBERG, 2012, p. 338-339)

Assim, a indicação da profissão era sempre ligada à maternidade ou à “natureza feminina”, mas muitas famílias discordavam da ideia da mulher que trabalha, pois acreditava que a função da mulher era o cuidado dos filhos e do marido. E “se o marido puder sozinho sustentar a casa, o exercício de uma profissão remunerada por parte da mulher é visto como “fuga” dos deveres domésticos” (PINSKY, 2014, p. 179).

Em uma sociedade que ansiava em se tornar moderna, crianças mais educadas era uma ambição. Como Fúlvia Rosenberg (2012), na citação anterior diz, foram produzidos discursos de como a mulher-professora contribuiria para a modernização.

Em outro artigo, presente na revista, intitulado: *A ciência do Amor*, escrita por T. F. James, divulgava os resultados da seguinte pesquisa: “psicologia moderna empenha-se em fazer bons casamentos – especialistas acreditam no seu objetivo: Reduzir a zero os casos de divórcio” (*QUERIDA*, jan., nº 184, 1962, p. 78). Psicólogos dos EUA reúnem pessoas interessadas em matrimônio, assim, criando uma relação entre pessoas com as mesmas opiniões, para tentar diminuir o número de divórcios. Eles produzem duas tabelas: O que eles exigem e o que elas exigem.

Analisando as tabelas, o *ranking* do que “eles exigem” ficou assim: 1º Caráter e personalidade (51%), 2º tipo físico (46 %), 3º Idade (45%), 4º Amor e companheirismo (43%) 5º vida doméstica: domesticidade (35%), 6º Atração física (25%), 7º Cultura (23%), 8º Religião (21%), 9º sexualidade (10%) e em 10º a estabilidade econômica (3%).

Nas exigências femininas, caráter e personalidade (67%) ficaram em primeiro lugar, a estabilidade econômica aparece em segundo lugar (59%), 3º tipo físico (45%), 4º amor e companheirismo (34%), 5º idade (32), 6º cultura (28%), 7º vida doméstica: domesticidade (25%), 8º religião (23%), 9º atração física (20%) e sexualidade (4%) em último lugar. O artigo continua:

Cuidado! Miss Morgan descobriu ainda que um dos obstáculos para o casamento é o quadro superideal que um candidato faz do outro. Há ainda o elemento “competição” que pode ter efeito negativo. Assim, se uma irmã, ou melhor, amiga da cliente desposou um médico, ela acha que tem de desposar pelo menos um dentista, por exemplo. [...] Já muitos homens desejam casar com enfermeiras ou professoras, por julgarem que darão boas mães e donas de casa. (*QUERIDA*, jan., nº 184, 1962, p. 81)

Essa reportagem traz os padrões que eram esperados das mulheres e dos homens. O que seria a mulher ideal e o homem ideal, qual profissão ter, etc. Voltamos aos papéis sociais femininos e masculinos. Cabia à mulher ser a “rainha do lar”, mãe e esposa dedicada, se tivesse a ambição de trabalhar fora deveria ser professora ou enfermeira. Assim sendo, uma mãe pedagoga que ensinaria melhor seus filhos ou uma enfermeira, cujo ofício lhe aprimoraria o cuidado com a higiene e saúde da família.

Em março de 1960, a revista publica o artigo a seguir:

Ilustração 8 – *Querida*, nº 139, março de 1960.



Fonte: Acervo CEDOC, UNICENTRO – IRATI

Querida apresenta a sua leitora e embaixatriz, Adelaide Araújo Lima Barcelos. Define-a como sendo uma conceituada dentista, porém destaca que ela também é uma “zelosa dona-de-casa”. No decorrer da reportagem, não são aprofundados assuntos referentes à profissão dela, mas sim de sua vida doméstica, contando que o moderno consultório fica em uma sala de sua casa e, assim, a carreira não atrapalha suas funções

domésticas. Trazendo anexadas imagens de Adelaide, no espaço doméstico, em meio às panelas ou cuidando do filho, com a seguinte frase na legenda: “Os afazeres domésticos não impedem que D. Adelaide seja eficiente dona-de-casa”. O marido de Adelaide também é dentista e, quando a reportagem se refere a ele, utiliza “Doutor Absalão”, já Adelaide referenciada como “dona”.

Segundo Carla Bassanezi Pinsky (2012), durante os Anos Dourados, casamento, maternidade e dedicação ao lar integravam a “natureza feminina”, não havendo muitas margens para abertura de espaços de resistência e contestação. Até mesmo as mulheres que escolhiam o celibato e não queriam ser mães sofriam com a pressão social, eram ditas mulheres “incompletas”.

A vocação voltada para a maternidade e a vida doméstica seriam marcas de feminilidade, enquanto a iniciativa, a participação no mercado de trabalho, a força e o espírito de aventura definiriam a masculinidade. A religião tinha um papel muito importante na vida das mulheres, reforçando e conferindo a elas seus lugares sociais permeados por um controle moral e sexual. A mulher que não seguisse esses caminhos estaria contra a natureza, não poderia ser realmente feliz ou fazer com que outras pessoas – como maridos e filhos – fossem felizes. Isso não quer dizer que todas as mulheres pensassem e agissem de acordo com o esperado, mas que as expectativas sociais faziam parte de sua realidade, influenciando suas atitudes e moderando suas escolhas. (LIBLIK, 2017, p. 164)

Em março de 1960, *Querida* apresentou um artigo, importado dos Estados Unidos, contando a história de Elfrida com o título *A mulher inteligente e seus problemas*.

Ilustração 9 – *Querida*, nº 140, março de 1960.

A MULHER INTELIGENTE

O dilema da mulher inteligente: alguns homens não a apreciam, como uma ameaça à sua masculinidade, outros a admiram por motivos neuróticos — desejam depender delas... Uma campeã de famoso programa de perguntas e respostas da TV americana fala sobre o interessante assunto



Geralmente o homem se resente com a mulher que é grande alfinete. Elfrida, no entanto, apesar ririnhas ao ler as perguntas de Charles Van Doren e de Joseph L. Harrison (os centrais), professor de psicologia na Universidade de Nova York, antes respondidas por ela no TV americano. "O tipo de homem que mais ama a mulher inteligente", escreve Elfrida, "é o 'soft male man', aquele que preserva no mundo um traço da educação básica".

Pode a mulher ser francamente brilhante e contudo fugir ao preconceito universal contra a mulher inteligente?

CONFESSO que a pergunta não é fácil... Para responder, é preciso estabelecer, inicialmente, a que é uma mulher inteligente. Creio que o termo não se aplica apenas às mulheres que obtiveram alto CI (Coeficiente Intelectual), mas aquelas que aplicam a seu CI num determinado campo.

Esta forma, a mulher de que falamos não é apenas aquela que resolve de forma rápida problemas difíceis, demonstrando capacidade intelectual acima do normal, como mesmo aquelas a que trabalho com. Há a que é profundamente admirada por alguma qualidade pessoal independente, como ocorre com certas crianças do "bobo-bobinho".

Estamos falando da mulher que vence em sua carreira, ou seja, consegue atingir posição elevada, ou de chefia, e da intelectual — que pode

E SEUS PROBLEMAS

Por ELFRIDA VON HARDROFF

mulher inteligente é todo, e que apenas um tipo fará isso, mas não podemos dizer que as mulheres inteligentes escolhem sempre homens tolos para se casar...

Quanto a mim, concordo que é um tolo o homem que despreza uma mulher que não corresponde às suas expectativas, e que o fracasso da mulher inteligente, como notas, depende da que o homem espera dela, imbuído dos padrões de uma cultura mais patriarcal do que a nossa. Anatóle France acreditava que uma mulher inteligente não podia ser desafiada. Mas penso que o homem moderno pensa no problema em a respeito independência feminina. Procura, ao criar uma companhia compreensiva, e não uma escrava submissa.

Embora as estatísticas provejam que mulher que vence em sua profissão é feliz muito menos uma que não trabalha, o sucesso profissional da mulher é ainda bem pouco. Sempre se supõe que uma mulher que se consagra à carreira de lado, em favor do casamento ou das filhas.

Por outro lado, diminui o número de mulheres intelectuais. Não é necessário discutir com os homens. Há a mulher de inteligência que se consagra à especialização, que é uma das características de nossa época.

Naturalmente, as mulheres inteligentes, que participam a categoria, não que venham em sua profissão, mas que sejam tão intelectuais, não quer sejam tão inteligentes, não são aceitas que suas correspondentes male rates que suas correspondentes reconhecidas pelo mundo intelectual e profissional, as mulheres não se preocupam tanto com o fracasso quanto os homens. Não, como antes, o sucesso do marido é como antes, o de lado e família...

(Continua na página seguinte)



O interesse pela vida social de Elfrida, comentada à medida que apresenta uma palestra na TV. Centenas de pessoas compareceram a ouvir as respostas para perguntas que ela recebeu no programa. Elfrida responde solista e paga um milhão de dólares por hora, no NY Times.

Fonte: Acervo CEDOC, UNICENTRO – IRATI.

Elfrida venceu de dois homens um concurso de perguntas e respostas, exibido em um programa estadunidense. A reportagem não esclarece de quais assuntos eram tais perguntas ou outra informação deste teor, mas trata sobre a questão de Elfrida ser inteligente e solteira. À medida que Elfrida ia vencendo o programa, que era gravado em vários episódios, a imprensa se preocupava, cada vez mais, com o seu estado civil, “centenas de pessoas a aconselharam que casasse logo; solteirões propuseram-lhe casamento por correspondência” (*QUERIDA*, mar., nº 140, 1960, p. 23).

O artigo começa com o seguinte trecho:

O dilema da mulher inteligente: alguns homens não a apreciam, como uma ameaça a sua masculinidade, outros a admiram por motivos neuróticos — desejam depender delas... Uma campeã de famoso programa de perguntas e respostas da TV americana fala sobre o interessante assunto. (*QUERIDA*, mar., nº 140, 1960, p. 23)

Respondendo as questões, ela fala que o homem se resente com a mulher que lhe pretende ofuscar, e que existe um preconceito universal contra a mulher inteligente, e que essas sempre se casam com homens tolos, como se mulheres inteligentes fossem aberrações. Questionada sobre como ela define mulher inteligente, Elfrida responde:

Estamos falando da mulher que vence na carreira, onde consegue atingir posição elevada, ou de chefia, e da intelectual — que pode até não trabalhar para viver — mas que despense grande parte de seu tempo e de suas energias pensando, lendo ou falando de artes, ciências

e letras. Porque essas é que atraem, muitas vezes o desagrado dos homens... (*QUERIDA*, mar., nº 140, 1960, p. 24)

As preocupações femininas deveriam ser voltadas a assuntos domésticos e leituras destinadas à religião ou revistas femininas, por exemplo, que não roubariam muito tempo da mulher e, quando interrompidas, seriam facilmente retomadas, tratando de assuntos perenes, assim as mulheres inteligentes, que supostamente usariam o tempo livre para outros fins, seriam um fracasso de esposa. Como Elfrida disse, mulheres que saíam do padrão estabelecido desagradavam os homens.

O fracasso da mulher inteligente, como espôsa, depende do que o homem espera dela. Imbuído dos padrões de uma cultura mais patriarcal do que a nossa, Anatole France acreditava que uma mulher inteligente não podia ser dominada. Mas penso que o homem moderno pouco se preocupa com a crescente independência feminina. Procura, ao casar, uma companheira compreensiva, e não uma escrava submissa. (...) Embora estatísticas provem que mulher que vence em sua profissão é hoje muito menos rara que no passado, o sucesso profissional da mulher é ainda bem precário. Ninguém se surpreende quando uma brilhante carreira é deixada de lado, em favor do casamento ou filhos. (...) As mulheres não se preocupam tanto com o fracasso como os homens. Hoje, como antes, o sucesso do marido é que determina o de toda família. Entre os intelectuais que conheci, no meio acadêmico que cercava a minha família, a inteligência feminina nunca foi considerada obstáculo para o sucesso social. Mas, como todos os homens, os intelectuais procuram primeiro, na mulher, sedução, “sex-appeal” ou virtudes domésticas. Se ela fôr, *também*, inteligente, tanto melhor... (*QUERIDA*, mar., nº 140, 1960, p. 24)

Neste trecho, a vencedora defende que só homens inteligentes casam com mulheres inteligentes, no entanto, são atraídos, em primeiro lugar, pela beleza, sexualidade e virtudes domésticas. Ela também diz que o homem moderno seria diferente, mas, ainda assim, era comum à evasão feminina do mercado de trabalho para cuidar da casa e dos filhos, de acordo com Del Priore “o lar ainda era o lugar da mulher e a vida pública, a rua, do homem” (DEL PRIORE, 2005, p. 308).

Segundo Pierre Bourdieu (2012), apesar de as mulheres serem diminuídas e submetidas ao silêncio, “os homens também estão prisioneiros e, sem se aperceberem, vítimas, da representação dominante” (BOURDIEU, 2012, p. 63).

O privilégio masculino é também uma cilada e encontra sua contrapartida na tensão e contensão permanentes levadas por vezes ao absurdo, que impõe a todo homem o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância, sua virilidade (...). A *virilidade*, entendida

como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão ao combate e ao exercício da violência (sobretudo em caso de vingança), é acima de tudo uma *carga*. Em oposição à mulher, cuja honra, essencialmente negativa, só pode ser defendida ou perdida, sua virtude sendo sucessivamente a virgindade e a fidelidade, o homem “verdadeiramente homem” é aquele que se sente obrigado a estar à altura da possibilidade que lhe é oferecida de fazer crescer sua honra buscando a glória e a distinção na esfera pública (BOURDIEU, 2012, p. 64).

A masculinidade, de acordo com Pierre Bourdieu (2012), tem um preço, o homem não pode falhar. Assim, quando o artigo da revista disse que “as mulheres não se preocupam tanto com o fracasso como os homens” (*QUERIDA*, mar., nº 140, 1960, p. 24), afirma as reflexões, levantadas por Pierre Bourdieu, em que, apesar da dominação ser masculina, os homens também estão presos a um sistema de representações. Os homens deveriam ocupar a esfera pública, serem fortes, viris, trabalhadores, inteligentes, provedores entre outros adjetivos, opostos aos destinados às mulheres.

As relações de dominação entre homens e mulheres ocorrem em todos os espaços e subespaços sociais, seja, na família, nas instituições de ensino, no mundo do trabalho, na mídia, enfim, em tudo que se possa imaginar.

Apesar de Elfrida frisar que não tem problemas em ser mulher e inteligente, a revista destaca que isso é um problema, pois afasta os homens. Como afirma Mary Del Priore (2012), cabia à mulher esperar em casa pelo bem-amado, as revistas femininas investiam na figura da mãe, dona de casa. A mulher deveria procurar agradar, servir e satisfazer o marido. As esposas precisariam cuidar da aparência, do peso, da maneira de se vestir, fazer esforços para tomar conta da melhor forma do “seu” homem, as revistas bombardeavam métodos para “agarrar e manter” o cônjuge. Profissão não era coisa para se preocupar, a busca deveria ser em arranjar um “casamento feliz”.

Quando as mulheres vão contra as relações estruturais, por exemplo, atingindo os mais altos cargos (chefe, diretora etc.) “têm que “pagar”, de certo modo, por este sucesso profissional com um menor “sucesso” na ordem doméstica (divórcio, casamento tardio, celibato, dificuldades ou fracassos com os filhos etc.)” (BOURDIEU, 2012, p. 126). Portanto, Elfrida acaba ocupando um espaço destinado aos homens e assim teria que sofrer as consequências na esfera doméstica, não se casando ou casando com um “tolo”.

Michelle Perrot (2017), ao tratar da história das mulheres, fala da dificuldade em encontrar fontes, documentos e vestígios para a pesquisa, em documentos, era quase

impossível reconstituir linhagens femininas, já que, depois do casamento as mulheres perdiam seu sobrenome. Mas, em contrapartida, ela encontra uma avalanche de imagens, representando o feminino, e as revistas, como a *Querida*, propagam essas imagens. Segundo Perrot (2017):

Podemos nos perguntar sobre a maneira pela qual as mulheres viam e viviam suas imagens, se as aceitavam ou as recusavam, se se aproveitaram e viviam suas imagens, se as aceitavam ou as subvertiam ou se eram submissas. Para elas, a imagem é, antes de mais nada, uma tirania, porque as opõe em confronto com um ideal físico ou de indumentária ao qual devem se conformar (PERROT, 2017, p. 25).

Será então que as leitoras imitavam as mulheres de papel? Tanto na aparência como no comportamento, muitas sim. As revistas se empenhavam em influenciar as mulheres, ditavam moda e padrões de comportamento. Durante os anos 60, *Querida* representava a mulher ideal, sendo esposa, mãe e do lar, em algumas páginas, trouxe artigos sobre carreira e vida pública. Porém, quando tratava de profissão citava o lar; vida pública era relacionada à moda, à beleza e ao comportamento.

O casamento era muito idealizado e romantizado nas músicas, no cinema, na televisão, em *Querida* e nas propagandas. A seguir um anúncio da máquina de costura Singer:

Ilustração 10– *Querida* nº 215, maio de 1963.



Fonte: Acervo CEDOC, UNICENTRO – IRATI.

Esta propaganda foi publicada, em 1963, no mês de maio, fazendo alusão ao dia das mães, a marca Singer elaborou esse anúncio, trazendo o homem, no centro, caracterizado como filho e futuro marido. Com a noiva do lado direito e a mãe do lado esquerdo.

Para a noiva e para a mamãe... Presente de maio é SINGER. Êle - que vai casar – precisa da ajuda e da economia de uma Singer. E para a mamãe, que gosta de vestir bem os filhos, fazer as roupas dos netinhos e andar sempre elegante sem afetar o orçamento, o presente mais esperado é Singer! (*QUERIDA*, maio, nº 215, 1963, p. 51)

O homem é representado com uma aparência elegante, a roupa remetendo ao trabalho. Agora, como o pai, ele se tornara um “chefe de família”, o provedor, e a moça, seguindo o destino, era a substituta da sogra, aos cuidados com o futuro marido, os mesmos que a mãe dela deve ter tido com o esposo.

Ainda, no anúncio, a marca utilizou, como atrativo para aquisição de uma máquina de costura, a questão da economia, além das prendas femininas, como a costura. “Fazer roupas para os netinhos” já impõe que, depois de casados, o destino era que o casal teria filhos. Reproduzindo os padrões de família, a tal “vida Maria”: casar e ter filhos, desse modo, reproduzindo o ciclo.

Além dos eletrodomésticos, *Querida* apresentou às leitoras muitas propagandas de produtos de beleza e conselhos, como nessa coluna de verão, a seguir. Na qual a leitora é questionada se pode ou não usar um “bikini”.

Ilustração 11 – *Querida*, nº 155, novembro de 1960.



Fonte: Acervo CEDOC, UNICENTRO – IRATI.

Segundo a matéria, o inverno é a estação do ano mais elegante para as mulheres, não precisam mostrar o corpo, cobrem as imperfeições e as mais “cheinhas” podem usar cintas modeladoras para esconder a gordura extra e afinar a cintura, projetando um corpo amпуlheta. E, no verão, com que trajes as mulheres deveriam frequentar as praias? *Querida* aconselha:

Se você pretende gastar algumas centenas de cruzeiros num “bikini, faça primeiro um exame metuculoso e honesto diante do espelho e responda sinceramente a pergunta: PODEREI USAR UM “BIKINI”? É esbelta? Tem as proporções do corpo o mais próximo da perfeição (isto é, a cintura com cerca de 25 centímetros menos que a medida do busto?) Tem a pele lisa? E, o mais importante de tudo. – PODERA USA-LO COM A MAIS COMPLETA DESPREOCUPAÇÃO? (*QUERIDA*, nov. nº155, 1960, p. 15)

A revista propagava o culto à beleza, cada parte do corpo feminino deveria ser “perfeito”, as unhas, o cabelo, a maquiagem, as roupas, a pele igual um pêssego, vigiar

o peso e as medidas, utilizar dos produtos modernos a seu favor. De acordo com Paula Maria Costa:

A imprensa feminina sempre se preocupou em construir discursos sobre a beleza. Para uma aparência agradável aos olhos da sociedade, ensinavam à leitora as artimanhas do cuidado com o corpo, dos infinitos recursos e táticas disponíveis e adequadas ao seu tempo. O consumo de produtos para cada parte do corpo marcou os diferentes períodos, em que a valorização dos detalhes produzia um efeito sempre inovador. As ginásticas, as dietas e mais recentemente a cirurgia plástica compõem o arsenal de possibilidades para eliminar a feiura. (COSTA, 2009, p. 117)

O desenho propagado, junto ao discurso do artigo, mostra um homem admirando a mulher que estava vestida com o maiô, deixando de lado a moça do biquíni e, na legenda, a observação: “Tenha bom senso e não arisque suas férias”. Ou seja, a mulher deveria sempre procurar agradar aos homens.

Em 1967, a revista exibiu um artigo, assinado por Dr. Carlos Alberto de Sousa, autor do livro: *Por que você perdeu seu homem?* O artigo publicado, na revista, era sobre uma parte do livro destinada aos homens, com o seguinte título: *HOMEM não faça isto*. Que começava assim: “Sei que muitos homens às escondidas, lêem esta revista e, sobretudo as minhas crônicas” (*QUERIDA*, jan., nº 307, 1967, p. 20). Sousa escreveu sobre atitudes masculinas que deveriam ser evitadas no casamento, como base utilizou dois casos de suas pacientes, ele relatou que os casos de desquites estavam aumentando por causa do modo grosseiro em que os homens tratavam suas esposas. Sousa questionou o leitor:

Se você é tão sutil, quando quer conquistar uma mulher e tão teimoso em conseguir-lhe os favores, porque logo após a posse, fica tão diferente? O noivado é a época mais hipócrita da vida. Noivado, ou o que seja. Ambos se fazem de bonzinhos, de puro, de apaixonados. E por trás de cada palavra está, não raro, um muro de mentiras e de segundas intenções, às vezes trágicas. Isto é tanto verdade do lado do homem, como da mulher, pois ambos usam da mesma estratégia para os mesmos fins. (...) Vejamos no que você homem não tem razão. Se ela era vesga, continuará na mesma; se ela era muito gorda, não poderá virar manequim; se tinha uma perna de pau, não acredite que lhe crescerá uma de carne, só porque agora ela é sua mulher. (*QUERIDA*, jan., nº 307, 1967, p. 20)

Sousa expos histórias de mulheres que sofriam maus-tratos dos maridos por causa de suas aparências, ele apresentou a primeira paciente que lhe procurou em Belo

Horizonte. Uma mulher, muito bonita, casada, de 33 anos, a qual o marido lhe estava fazendo restrições ao “busto farto e as cadeiras largas”. Segundo o médico “os seios são firmes, bem moldados, as cadeiras formando triângulo com a cabeça (...). Aconselhei-lhe ginástica, massagens, sauna, dieta e paladar, bicicleta para reforçar os músculos das pernas e cadeiras. E uma cinta-bermuda” (*QUERIDA*, jan., nº 307, 1967, p. 20-21).

Depois, ele continuou criticando o marido por não gostar da beldade descrita já que ela seria um regalo para qualquer outro homem, mas, mesmo reconhecendo que o problema estava no homem, aconselhou a mulher a emagrecer. Então o doutor apresentou o segundo caso:

Uma moça de vinte e sete anos, que o marido deixou, porque a achava um lixo... Parece ter dezoito anos, com uma boa pele, belíssimos dentes, altura de manequim, corpo idem. Veste-se bem e sobriamente; é bem educada e deu-lhe dois filhos lindos. A ofensa levou ao desquite. (*QUERIDA*, jan., nº 307, 1967, p. 21)

As duas mulheres, segundo o médico, eram beldades, mas não agradavam ao marido. A primeira, ao procurá-lo, recebeu dicas para diminuir o número do manequim para agradar o esposo. A segunda moça, após ofensas recebidas do cônjuge, desquitou-se, já que era, financeiramente, independente. Sousa afirma que muitos homens, que agem assim, têm sorte da esposa ser dependente e tem medo de enfrentar a vida e seus consequentes problemas financeiros, e vai aguentando. Ele aconselha aos homens dizendo que, se a mulher não serve, que desista, antes do casamento.

Com a amante o homem é expansivo, alegre, divertido e tudo faz para dar-lhe e aumenta-lhe o prazer. Com a mulher êle assina o ponto, vira para o lado e ronca. Ela, que ficou a ver navios, fica pensando na vida infeliz que tem. Daí para um canto e sereia, há só um passo. E se ela o der, e êle souber, há tiros, mortes, sangue e a primeira página de certos jornais. (*QUERIDA*, jan., nº 307, 1967, p. 21)

A infidelidade masculina, neste artigo e em outros, é tratada de forma natural, os homens eram próximos da leviandade, se isso acontecesse a esposa deveria passar uma esponja sobre o desvio. “Caso contrário, se ele a abandonar, acha que seu ataque de nervos, a sua crise de orgulho secará as suas lágrimas?” (DEL PRIORE, 2005, p. 294).

Segundo Michelle Perrot (2017), durante o século XVIII, acreditava-se que a mulher precisava da segurança da família, da sombra de uma casa e da paz do lar, o sexo marcava o lugar do feminino na família e na sociedade.

Misteriosa, a sexualidade feminina atemoriza. Desconhecida, ignorada, sua representação oscila entre dois polos contrários: a avidez e a frigidez. No limite a histeria.

Avidez: o sexo das mulheres é um poço sem fundo, onde o homem se esgota, perde suas forças e sua vida beira a impotência. É por isso que para o soldado, o atleta, que precisa de todas as suas forças para vencer, há a necessidade de se afastarem das mulheres (...).

Frigidez: a ideia segundo qual as mulheres não sentem prazer, não deseja o ato sexual, uma canseira para elas, é bastante difundida. Balzac, em *La Physiologie du mariage*, texto alusivo e precioso ao mesmo tempo, mostra mulheres que alegam estar com enxaqueca para furta-se ao dever conjugal, o qual no entanto, é prescrito por seus confessos.

Dai surge para os homens, a necessidade, a justificativa de procurar o prazer em outro lugar: amantes, prostitutas, mulheres sedutoras das casas de má fama, em plena expansão do século XIX, são encarregadas de remediar essa “miséria sexual” (PERROT, 2017, p. 65).

Apesar de Michelle Perrot (2017) estar se referindo ao final do século XVIII e durante o século XIX, no Brasil do século XX, encontramos, em *Querida*, tais representações de sexualidade feminina. A justificativa dos homens em “procurar na rua o que não tem em casa” era aceita socialmente, eles gozavam de tal liberdade. “Já as esposas infiéis não deveriam esperar nenhuma compreensão, nenhum gesto de ajuda, nenhuma indulgência. Elas eram fortemente criticadas, quando não punidas” (DEL PRIORE, 2005, p. 295). Como o médico Sousa escreveu: se a mulher traísse, e o marido descobrisse, haveria tiros, mortes e sangue estampados na primeira página do jornal, mais um crime passionnal (*QUERIDA*, jan., nº 307, 1967, p. 21).

De acordo com Carla Bassanezi Pinsky (2014), no caso de adultério da parte da esposa, o marido era o próprio juiz. Ainda:

A adúltera pode ser castigada pelo marido (inclusive com a morte) e seu procedimento chega a ser tomado como argumento jurídico para justificar um crime passionnal e libertar seu autor das punições legais. Um homem incapaz de tratar com violência a mulher infiel ou e separa-se dela perde o respeito de seus iguais e passa a ser visto como um “corno manso”, um insulto considerado gravíssimo (PINSKY, 2014, p. 308).

A honra masculina era definida, entre outras coisas, de acordo com a conduta da esposa, esta deveria lhe proporcionar exclusividade sexual, e zelar pela boa reputação.

Outro artigo, assinado por “tia Martha”, trata sobre *o que há com o casamento?* “Em tempos que não vão assim tão longe, o ideal de toda adolescente resumia-se em

casar. Hoje, certo grupo de jovens decreta o matrimônio algo ultrapassado, falido, coisa para gente quadrada” (*QUERIDA*, jul., nº 294, 1966, p. 36). A escritora afirma que existem algumas revistas que publicam artigos louvando a bem aventurança das “mulheres sós” esquecendo-se de louvar a mulher dona de casa, a glória de se criar filhos, e como zelar pelo bom andamento do lar.

“E os desquites crescem nas estatísticas. Aos saltos” (*QUERIDA*, jul., nº 294, 1966, p. 36). Segundo Martha, além do número de desquites estarem crescendo, os jovens não sonhavam mais com o casamento, por exemplo, uma moça de 16 anos, ao ser questionada se desejava se casar, respondeu: “prefiro viver numa floresta, entre feras!”. A partir dessa resposta, “tia Martha” escreve:

Se é ambiciosa, prêsa à profissão, ama a liberdade de agir, sem dar satisfação de seus atos a ninguém, então não se case. O motivo? Simplesmente por que não poderá fazer um homem feliz. Não lhe parece suficiente? Para a maior parte das mulheres comuns, casamento ainda é a melhor solução. Não esqueça que êle e você levarão consigo todos os temores, falhas, heranças, além dos hábitos anti-sociais. E devem fazer-se concessões mútuas (...).

Sem dúvida é possível obter amor sem casamento. Quando se considera estrelas luzindo nos olhos ou vibrar de asas de borboletas no coração, a síntese do amor. Mas um bom casamento representa muito mais. É remédio contra a solidão, sustentáculo para a mulher, marido e filhos.

Falemos das crianças, motivos mais que razoáveis para levar a mulher ao casamento. Ou você prefere almoços solitários, longas horas no escritório, noites de medo e pânico – noites em que desejará que o telefone soe, a chamá-la? Não haverá ninguém a seu lado, mesmo quando o nariz se resente vermelho, de um resfriado intenso. Ninguém para gabar-lhe os pratinhos gostosos, ninguém nem mesmo para finalidades fúteis, superficiais, como coçar-lhe as costas ou subir um fecho-éclair renitente.

Ela - conservamos o nome em segredo – atingiu o tópo do sucesso, é bela e brilhante. Confessa-nos, coração aberto:

- Admito que às vezes – particularmente à época de Natal – quando contatos profissionais, viagens e compromissos sofrem um hiato, em que nem mesmo o casaco de vison no armário ou o Karman Ghia à porta suprem a doçura, o aconchego de um lar. Não nego sentir nem uma pontinha de inveja de uma família realizada, o que não consegui alcançar. Emociono-me ao ver pai, mãe e filhos unidos, felizes (...).

É na adolescência que as mulheres geralmente escolhem os futuros maridos e se comprometem em noivados mais ou menos longos, chegando ao matrimônio - muitas vezes – com o homem escolhido com o critério dos 14 anos. Essa idade – vamos admitir – não nos parece suficiente para a escolha de algo tão importante quanto um marido. Elas – as adolescentes – vão para o casamento munidas de tôda a confiança do mundo. Casam, tem filhos e depois se desquitam. Compreende-se que tais matrimônios tendem ao fracasso. Experiência: nula. Senso prático: nenhum. Ilusões: aos montes. Tal

coquetel só pode redundar em desastre. (*QUERIDA*, jul., nº 294, 1966, p. 36-53)

Esse artigo aparenta ter duas finalidades: estimular o casamento, e desencorajar as leitoras que estão cogitando a ideia do desquite. Em nenhum momento, a autora fala dos problemas ligados ao matrimônio. Mas trata de como a vida de uma mulher inteligente, independente e solteira é solitária, fria, amarga, incompleta... Ruim com eles, pior sem eles! Era o conselho. Por fim, a colunista acredita que o número de divórcios aumentou devido às moças noivarem e casarem muito jovens, cheias de ilusões, não pelo fato de que, na maioria das relações, a mulher era inferiorizada em relação ao marido e presa ao espaço privado.

O matrimônio era apresentado como importante para as mulheres, pois, com ele, elas alcançariam uma legitimidade social, tornar-se-iam “alguém”, seriam senhoras, adquiriam um sobrenome. O casamento era uma servidão da mulher para o homem, acostumavam a viver para os outros, dedicando-se muito à família e ao lar, abdicando de outros sonhos e recebendo muito menos do que mereciam.

Segundo Michelle Perrot (1991), o modelo familiar do século XIX criou a normatividade em torno da família, promovendo vastas zonas de exclusão como, por exemplo, a de solteiros, a sociedade passou a “valorizar a ordem da casa e o aconchego do lar” (PERROT, 1991, p. 303). Indo de encontro a estas concepções, a historiadora Catherine Hall (1991) afirma que a dignidade masculina estava ligada à sua profissão, já que sua masculinidade se baseava na capacidade em atender às necessidades dos seus. Em contrapartida a feminilidade da esposa e das filhas se fundava na dependência (HALL, 1991, p. 70).

De acordo com Shirley Sesarino (2001), o menino para torna-se homem precisava “ganhar o mundo”, entretanto, esse processo não está descentrado da família. Do mesmo modo que com as mulheres as normas, que orientam as condutas masculinas, estão ligadas aos valores veiculados pela família, pois ela é o polo do processo de masculinização. O homem demonstraria a sua virilidade com a prole e a sua masculinidade com a potência em sustentar uma família, quem não seguisse esse padrão era considerado um degenerado ou incompleto. A pesquisadora defende que é a partir dessa herança simbólica do século XIX que os homens das camadas médias, na metade do século XX, estariam vivendo:

Para serem homens precisam mostrar-se fortes e destemidos. E para que as mulheres fiquem em casa precisam sustentar-se no lugar do provedor. Assim, é ele quem trabalha! (...) Essa representação do papel feminino (a maternidade e o lar) estava tão arraigada que mesmo desempenhando algum trabalho remunerado, para elas, elas continuavam sendo “do lar”. (SEARINO, 2001, p. 118)

Eles não poderiam fracassar no papel de provedor porque seria o mesmo que fracassar enquanto homem, eles deveriam ser provedores não apenas no sustento econômico da casa, mas também dos valores a serem preservados. No lar os filhos esperavam o diálogo e o carinho por parte da mãe, o pai era o modelo de “homem durão” (SEARINO, 2001, p. 121).

A imagem de homem provedor responsável pela política e pela economia, e a mulher encarregada dos cuidados da casa e da família são “frutos de estereótipos veiculados pela mídia, cinema e artes em geral (romances, letras de música, revistas, escultura etc.), e reforçados pelo processo de socialização na família e na escola” (OLIVEIRA, 1998 p. 13).

As representações tradicionais de mulheres e homens, no decorrer da década de 1960, foram veiculadas pela revista *Querida* que relacionava o masculino à autonomia, aventura, liderança, poder de decisão, assertividade etc. Enquanto as mulheres eram associadas aos sentimentos, emoções, docilidade, romantismo, dependência e submissão.

Em fevereiro de 1962, foi publicado o texto, a seguir, e assinado por Shirley Jackson.

Ilustração 12 – *Querida*, nº185, fevereiro de 1962

Fonte: Acervo CEDOC, UNICENTRO – IRATI

Nele, a mulher está representada como uma empregada do lar, com os cabelos bagunçados, escondendo-se do marido, dos três filhos e do cachorro, para ler, com tranquilidade, este teste. Shirley trouxe um desabafo sobre o papel das donas de casas e mães e como elas são, muitas vezes, menosprezadas:

A maior parte das pessoas – isto é, os maridos, as tias solteironas e os amigos sem filhos – tem uma certa inclinação para subestimar a inteligência e a habilidade das mães. Aham que nossa rotina diária é um agradável passatempo para pausas para o cafezinho, para tagarelices com a vizinhança, curtas sextas e incursões pelas lojas, para fazer compras. Nesse meio tempo o lavador de pratos automático lava os pratos, a máquina de lavar lava as roupas, o misturador prepara o almoço, e as crianças ficam inteiramente absorvidas pelo aparelho de televisão e pelos sádios e instrutivos brinquedos que ganharam – Você não sabe o que é ficar oito horas trabalhando – os maridos e as amigas que tem emprego gostam de dizer-nos. (QUERIDA, fev., nº 185, 1962, p. 86).

Os maravilhosos aparelhos eletrônicos da vida moderna facilitavam a vida das “rainhas do lar”, contribuindo para elas terem mais tempo livre, era o que muitos acreditavam. Mas o que Shirley está dizendo é que o serviço da mulher não diminuiu,

ao invés, estava recebendo críticas da sociedade, ela mesma é definida por pessoas como “ela é só mãe, não faz nada”. Então, ela criou um teste sobre as preocupações da vida doméstica feminina, chegando à conclusão de que as mulheres se preocupam com todos, menos com elas, doavam-se muito e recebiam pouco. Reafirmando que a vida doméstica feminina tem sua importância.

Portanto, *Querida* propagava a representação da mulher através de papéis femininos tradicionais (mãe, dona de casa, esposa) e características que compunham a essência feminina (beleza, moda, culinária, doçura, recato etc.), criando padrões de beleza e feminilidade.

Com seus inúmeros conselhos às esposas sobre como cumprirem a sua “função” relativa à “harmonia doméstica e conjugal”, as revistas se dizem favoráveis à mulher. No entanto, uma análise mais profunda das revistas da época pode revelar formas de manutenção da dominação masculina sem enfrentamentos diretos, conflitos ou questionamentos nas relações homem-mulher. Estas se traduzem, por exemplo, no controle da sexualidade feminina, na divisão rígida de atribuições e tarefas no casamento (relegando às mulheres espaços menos valorizados socialmente), na “dupla moral sexual”, na submissão, na falta de diálogo entre iguais e nas responsabilidades distintas atribuídas ao feminino e ao masculino com relação à “felicidade conjugal”. (BASSANEZI, 2005, p. 144)

Nas páginas analisadas, foram encontrados aspectos de uma cultura machista e conservadora, além de criar e reproduzir padrões presentes nos “anos dourados”, tudo era sempre para agradar ao sexo masculino, e muitas páginas foram escritas por eles, mas outras, por mulheres que pensavam igual aos homens.

2.2 **“Certo e errado nas pequenas coisas”: normas de comportamento feminino**

Encontramos conselhos sobre comportamento para a leitora em várias páginas de *Querida*, entretanto, em 1962, foi criada uma coluna específica em ditar normas de civilidade para as leitoras, intitulada: “*Certo e errado nas pequenas coisas*”. Quem escrevia era Maria Thereza Senise, “que a partir de 1965 passa a assinar como Maria Thereza Weiss” (SALERNO, 2009, p. 62).

Maria Thereza já escrevia para *Querida*, na coluna de culinária: *Paraíso da cozinheira*, ela também é autora de vários livros de receitas. Em uma reportagem

relacionada a vida de Maria Thereza, *Querida* diz que “na arte da culinária, Maria Thereza Senise é sucesso atualmente. Colunista exclusiva de *O Globo*, *Querida*, *Cinderela e Garôtas*” (*QUERIDA*, mar., nº 188, 1962, p. 33).

Na coluna, estavam normas de como se comportar no cotidiano, no espaço privado e no público. “Eram enfocados assuntos como namoro e noivado, visitas, solicitações de favores, postura de esposa, mulher desquitada, festas, moda, modo de porta-se à mesa, entre outros” (SALERNO, 2009, p. 62-63). A coluna tinha o intuito de educar, socialmente, as mulheres, ditando regras e padrões desejados. Produzia-se um discurso que pretendia normatizar práticas.

Segundo Maria Teresa Santos Cunha (2006), no início do século XX, os manuais de civilidade e etiqueta passaram a ocupar um importante espaço entre as leituras dos indivíduos, para normatizar a vida cotidiana. Desde então, foram escritos vários manuais que construíam e reproduziam normas, regras, preceitos, com o intuito de regular comportamento e na construção de hábitos e práticas sociais, que evidenciariam uma pessoa “bem educada”.

“*Certo e errado nas pequenas coisas*” era um guia de bom tom, apresentava regras de boa maneira, etiqueta e modos de postura para as leitoras. Segundo Roger Chartier (2004), regras sociais são representações ligadas a uma herança cultural, apropriadas a partir da dinâmica social da imitação.

O estatuto particular dos textos que pretendem instituir os comportamentos considerados legítimos: não apenas eles devem explicitar as normas às quais referir-se, mas também ordenar os dispositivos que permitirão sua inserção. Estes por outro lado, estão fora dos textos e dependem de seus usos sociais, de seus lugares de utilização (a família ou a escola), de seu modo de apropriação (por uma leitura particular ou pela meditação de uma fala pedagógica) (CHARTIER, 2004, p. 49).

Desta forma, todo indivíduo é persuadido pelos discursos de civilidade, ele se encontra em vários lugares culturais e sociais, assim, facilmente inserido no cotidiano das pessoas. Portanto, a civilidade é como os costumes e hábitos característicos de uma comunidade (CHARTIER, 2004, p. 51).

Os códigos sociais são difundidos em “meios cada vez mais amplos, inculcando, ao mesmo tempo, um saber-viver e um saber-ser em sociedade” (CHARTIER, 2004, p. 68). Pelo temor de ser visto como um “homem grosseiro”, os indivíduos se apropriam dos discursos de etiqueta para serem mais “civilizados”. No Brasil, em que, nos anos

dourados, almejava-se tornar uma nação moderna e civilizada, não faltavam manuais de boas maneiras, *Querida*, na coluna criada em 1962, trouxe tais preceitos para suas leitoras, as quais sonhavam em se tornar modernas e “finas”.

A colunista, Maria Thereza, defendia a representação de uma mulher séria, educada, elegante, dona de casa, mãe, esposa, feminina, enfim, características que a própria revista já utilizava para padronizar as mulheres. Em seus conselhos, a colunista tratava da mulher na esfera pública e privada e defendia os papéis sociais atribuídos ao feminino e ao masculino.

Em abril de 1963, a colunista deu o seguinte conselho: “Para preservar seu bom nome e merecer sempre a consideração de todos, cuide atentamente de seus menores gestos e atitude” (*QUERIDA*, abr., nº 213, 1963, p. 87). Ela ensinava as leitoras como se portar, falar, sentar, caminhar, qual roupa usar e em qual situação, utilização de joias, e, até, como dirigir e qual carro escolher:

As chauffeuses mais idosas, isto é, de mais de trinta anos, devem preferir carros de cores mais escuras e discretas.

Uma mulher vestida com cores que combinem com a pintura de seu carro fica emoldurada elegantemente, de modo a ressaltar sua tez, o colorido do cabelo e até a cor dos olhos. (*QUERIDA*, out., nº 202, 1962, p. 24)

Na revista, havia uma seção chamada *A mulher e o automóvel*, mas, apesar do nome, era mais acerca da mulher do que sobre o carro, apresentava muita pouca coisa ou quase nada a respeito de mecânica, por exemplo, como a mulher deveria ser e se comportar dentro de um.

Não é nossa intenção em transforma-la em mecânica, mas tentaremos fazer com que diminuam as suas visitas às oficinas. Vamos fala-lhe de maneira mais simples possível, sôbre chassis, carburador, platinado e carroçaria. Mas não vamos esquecer que você é mulher e vaidosa. Por isso, ao mesmo tempo em que lhe falamos de automóvel, lembraremos alguns segredos para a sua elegância enquanto dirige, contando-lhe alguns truques úteis para a automobilista moderna. (*QUERIDA*, fev., nº 186, 1962, p. 87)

Nessa coluna, também havia conselhos para as leitoras semelhantes aos de Maria Thereza. Uma das preocupações, que mais aparecem a respeito da mulher e do automóvel, é sobre qual cor e modelo de carro ficariam melhor para cada mulher, critérios que levavam em consideração cor de cabelo, cor de olhos e idade. Maria

Thereza se referiu a uma mulher com mais de trinta anos, como idosa, e que deveria usar um carro de cor escura, para, ser elegante. A coluna sobre mulher e automóvel dá a seguinte aula de “mecânica”:

É claro que você conhece o VW. Os jovens que fazem parte de seu fã clube chamam-no de fusca. É um carrinho pequeno mais prático e muito econômico. Ninguém pode afirmar que êle é bonito, mas todos dizem que êle é uma simpatia. (...) É apresentado em diversas cores, todas de bom gosto, e as mulheres que desejam escolher um VW lavando em conta o seu tipo físico não devem esquecer que o azul, o verde, o gêlo e tôdas as outras côres claras favorecem as morenas. Para as louras foram criados os fuscas vermelho, azul-forte, verde mesa-de-jôgo e o prêto. (*QUERIDA*, fev., nº 186, 1962, p. 87)

As leitoras deveriam sair charmosas dentro de um simpático carrinho, segundo a colunista. Maria Thereza também aconselhou que se combinasse a cor da roupa com o automóvel, ficaria mais sofisticado e moderno. Ainda: “Ao visitar uma família humilde, deve-se usar roupa discreta, para não humilhar e evitar constrangimentos às pessoas visitadas” (*QUERIDA*, ago., nº 221, 1963), outro conselho da colunista para as leitoras. As mulheres deveriam saber quais roupas utilizar para cada situação. Em 1963, Maria aconselha:

Solteira, viúva ou separada do marido, a mulher que se preza deve abster-se de comparecer sozinha a lugares públicos em horas inadequadas (*QUERIDA*, maio, nº 216, 1963, p. 33).

Não é de bom tom e nem prudente que uma jovem frequente sozinha reuniões e festas como se não tivesse família. É conveniente, para resguardar a sua reputação, que compareça acompanhada de sua mãe ou outros parentes. (*QUERIDA*, ago., nº 221, 1963).

A moça/mulher não tinha liberdade para sair sozinha nem na solteirice sequer na viuvez, se o fizesse corria o risco de cair na boca do povo, ficando mal falada. E, de acordo com a conselheira, os terceiros tinham direito de falar, desta forma, as mulheres em qualquer idade deveriam ter prudência para manter uma reputação impecável, além de que “a mulher casada, mais ainda que a jovem descompromissada, está sob a mira do julgamento social” (PINSKY, 2014, p. 230).

As demonstrações de carinho em público devem ser evitadas, principalmente, pelos namorados, entre os quais não há nenhum compromisso sério. Certas atitudes são sempre mal vistas por

terceiros, que estarão com o direito de fazer mau juízo e até mesmo imaginarem uma intimidade inexistente (*QUERIDA*, abr., nº 213, 1963, p. 87).

Portanto, toda mulher deveria dar-se o respeito e evitar intimidades, em público, com o marido, e, muito menos com o namorado, para evitar comentários maldosos. A partir do que Maria Thereza escrevia, as más línguas só falariam das mulheres, os homens continuavam com a reputação inabalada, a eles nada acontecia.

As mulheres deveriam evitar que os “olhos gerais” e que as más línguas espalhassem fofocas a seu respeito, tinham a obrigação de preservar a boa imagem de mulheres honestas. Já ao homem era comum ser leviano, fazia parte da “natureza masculina”, segundo Carla Bassanezi Pinsky (2014):

Do homem que se casa, espera-se que também abra mão de alguns de seus hábitos da juventude e passe a ser um responsável pai de família. Mas os mesmos padrões sociais que lhe cobram o sustento da casa são bem mais flexíveis com relação às suas saídas, aventuras amorosas, farras com os amigos e proximidade com outras mulheres (PINSKY, 2014, p. 232).

As atitudes masculinas não sofriam tanta censura com as das mulheres, Carla Bassanezi Pinsky (2014) ainda afirma que a sociedade permitia ao homem quase tudo que negava à mulher “respeitável”, esta deveria ser contida, virtuosa e fiel.

Outra regra de civilidade, publicada em *Certo e errado nas pequenas coisas, foi*: “É errado e de mal gosto partir de uma senhora acompanhada a iniciativa de chamar um táxi ou mesmo determinar ao garçom a providência do cardápio, ou solicitar a conta. Ao homem cabe tais incumbências” (*QUERIDA*, jun., nº 193, 1962, p. 77). Mais uma regra de etiqueta para as mulheres, a fim de aprimorarem o convívio em sociedade e a postura moral. Novamente, trazendo a mulher como um ser passivo, ao homem cabia tomar tais decisões.

Desta forma, *Querida* ensinava, aconselhava, propunha e indicava condutas, tais como “o que fazer ou vestir, como agir ou se portar, do que gostar, o que é de bom ou mal tom em situações específicas” (LUCA, 2012, p. 463). Esses discursos tinham poder de influir na formação da leitora, refletindo na sua maneira de viver “oferecendo assim modelos de conduta, formas de viver a feminilidade e a masculinidade, tidas como “normais”” (LUCA, 2012, p. 464).

A revista conselheira, *Querida*, concedia instruções de como ser feminina e moderna em toda oportunidade que tinha, fosse em colunas sobre moda, culinária, automóveis ou horóscopo.

2.3 Horóscopo: Os homens e as mulheres de cada signo

A astrologia teve sua origem na Suméria, Babilônia em torno de 4.000 a.C. Esse saber era utilizado para definir, por exemplo, as práticas agrícolas, aplicadas conforme as fases da Lua, orientar a vida de reis, de imperadores e até países. O labor astrológico percorreu a sociedade ao longo do tempo. Contudo, sempre sofreu a interdição da igreja, por apresentar cunho preditivo e, também, pela própria sociedade. Esse conhecimento foi, por muito tempo, restrito a uma casta poderosa e privilegiada de astrólogos, atendendo aos interesses de um grupo seletivo; conseqüentemente, ao longo do tempo, os astrólogos serviam apenas aos poucos que podiam usufruir desse conhecimento (STAUDT, 2017).

Segundo Ana Júlia Tavares Staudt (2017), no fim do século XIX, houve um renascimento das ciências ocultas, tais quais a astrologia e a quiromancia. Assim “a astronomia e a astrologia, está considerada não científica, continuam ocupando o seu espaço. Em síntese, a astrologia manteve-se ao longo do tempo” (STAUDT, 2017, p. 14).

As previsões zodiacais, no Brasil, ganharam fama na década de 1960 e 1970, eram divulgadas pela rádio e pelas revistas, as quais despertavam curiosidades sobre os futuros dos signos. Para a astrologia, cada indivíduo pertence a um signo, de acordo com o dia e mês de nascimento, os signos do Zodíaco são: áries, touro, gêmeos, câncer, leão, virgem, libra (balança), escorpião, sagitário, capricórnio, aquário e peixes.

Em todos os periódicos, a revista *Querida* destinava uma página ao horóscopo, que eram previsões para as leitoras sobre seu futuro e como agir. Após anunciar alguma mudança na vida financeira, amorosa, estudos, por exemplo, trazia um conselho, dos quais encontramos: “evite extravagâncias”, “mostre-se gentil a todos”, “não se descuide da aparência pessoal”, “cuide da pessoa amada”, “seja cordial e sincera”, “empregue bom senso no que fizer”, “seja compreensiva, cautelosa, discreta, tolerante, cordial e leal”. O horóscopo se mostra mais um mecanismo, utilizado pela revista, para coibir e formar a feminilidade das leitoras, interferir na maneira de pensar e tentar modificar a

maneira de ser das mesmas. A seguir, algumas previsões publicadas nos periódicos de janeiro e fevereiro de 1960:

TOURO – Muitos benefícios você poderá tirar de suas relações de amizades durante esta primeira quinzena. Não se deixe abater diante de qualquer obstáculo a planos e ambições. A época é propícia para dar final feliz a qualquer caso romântico que a preocupa. (*QUERIDA*, jan., nº 135, 1960, p. 91)

ESCORPIÃO – Os assuntos sentimentais e os interesses pessoais poderão ganhar novo vulto e progresso satisfatório se você tiver o cuidado de não ser extravagante demais aos gastos e nas atitudes em público. Apresente-se sempre bem e se expresse agradavelmente. (*QUERIDA*, jan., nº 135, 1960, p. 91)

LEÃO – Os assuntos de ordem doméstica ocuparão grande parte de seus pensamentos nesta segunda fase do mês, exigindo de sua parte cuidado e atenção especiais. Procure realizar o que estiver a seu alcance, não exigindo muito dos que a cercam no lar. (*QUERIDA*, jan., nº 136, 1960, p. 79)

TOURO – Após o dia 20, evite tôdas as formas possíveis que o desejo de conforto e recreação interfira em suas obrigações e deveres. Seria aconselhável afastar-se um pouco de assuntos de ordem pessoal e romântica que não contem com apoio de parentes e superiores. (*QUERIDA*, jan., nº 136, 1960, p. 79)

Nesses exemplos, assim como nos outros, presentes na revista, são recorrentes as preocupações ligadas ao amor (para as solteiras) e ao lar (para as casadas). Na primeira previsão, feita para a leitora taurina, era aconselhado a não se preocupar, pois o caso romântico teria um final feliz, que seria o matrimônio. “O casamento é apresentado como formula de felicidade, bastava que a mulher tivesse paciência. Pois um dia, quase como por mágica, surgiria o homem que reconheceria nela sua companheira” (MARTINS, 1992, p. 44).

A mulher escorpiana era aconselhada a não ser extravagante, controlar-se em público, como uma moça “respeitável”. Já a leonina deveria se ocupar com assuntos ligados ao lar, mas não incomodando o marido. E, novamente, touro, um conselho bastante dado na época, apesar de os casamentos arranjados estarem fora de moda e em desuso, eram feitas recomendações às moças que não se casassem com a desaprovação dos pais, pois o casamento não teria futuro. Os pais escolhiam para suas filhas rapazes considerados “bons partidos”.

As características desses tipos masculinos envolvem desde condições econômicas até aspectos de “caráter e personalidade”. As condições econômicas estão ligadas as possibilidades de manter mulher e filhos. De preferência, não se deve contar com o trabalho da esposa para completar o orçamento doméstico. O ideal é que os recursos do marido sejam suficientes para que a mulher possa se dedicar inteiramente ao lar. (PINSKY, 2014, p. 100)

Logo, os “brotinhos”, as moças, deveriam obedecer e respeitar a opinião dos mais velhos. Por mais que, nos anos dourados, o discurso de modernidade fosse forte, os papéis tradicionais e o futuro das moças continuava o mesmo, embora a revista *Querida* tratasse de assuntos referentes à educação e carreira, o casamento ainda tinha destaque.

LEÃO - (...) Se solteira, talvez encontre agora aquêle que acompanhará daqui por diante. Mostre-se cordial e amiga (*QUERIDA*, 1960, mar., nº 139, p. 77).

ESCORPIÃO – (...) O lar e a pessoa amada ocuparão agora lugar de destaque! (*QUERIDA*, mar., nº 140, 1960, p.79).

SAGITÁRIO – (...) Não negligencie seus deveres e obrigações no lar! (*QUERIDA*, mar., nº 140, 1960, p. 79).

Todos os signos zodiacais femininos estavam rendidos ao matrimônio, esperando o “felizes para sempre”. Se a moça era solteira, ela era persuadida a esperar o amado e, se fosse casada deveria se manter honesta e fiel. O lar agora seria o destaque, o centro das preocupações e não deveria ser negligenciado por nada, nem por profissão.

As tarefas de cozinhar, limpar, lavar, passar, cabem a mulher. (...) Os homens, dentro de casa, são responsáveis apenas por pequenos consertos ou tarefas esporádicas que exigem muita força física. (...) *Ajudar* a esposa em casa não é visto como uma obrigação do marido ou questão de justiça; colaborar com a mulher nas tarefas do lar é considerado apenas favor, gentileza ou forma de distração. Do mesmo modo, a *contribuição* monetária da mulher para o orçamento familiar não é encarada como fundamental ou obrigatória e, muitas vezes, sequer é cogitada (PINSKY, 2014, p. 213-214).

Sociedade moderna, porém, os padrões mantidos continuavam os tradicionais, com a divisão de papéis de gêneros bem definido. Podemos analisar a questão do moderno, nesta previsão astral, destinada às cancerianas “(...) Mostre empenho em se apresentar bem, adquirindo roupas e acessórios modernos e vistosos” (*QUERIDA*, fev.,

nº 138, 1960, p. 69). O moderno sempre está atrelado ao ter e não na modificação do ser, de acordo com Ana Paula Vosne Martins (1992):

O moderno é um valor fundado no desenvolvimento tecnológico e na moda. Da mesma forma, a “mulher moderna” não é definida pelo que é, mas pelo que tem: sua condição de moderna passa pela infinidade de marcas e modismos que pode consumir. O modelo de mulher ainda é o mesmo, tradicional e conservador. (MARTINS, 1992, p. 43)

Quais previsões os zodíacos fariam aos homens? *Querida*, em agosto de 1965, trouxe duas páginas destinada ao *mistério dos signos*. Fazendo analogia a um mapa, utilizado para uma viagem, os signos seriam os guias para o casamento, a procura da “alma gêmea”. Em três páginas da revista são descritas as características de cada signo, uma descrição exclusivamente feminina e outra exclusivamente masculina.

TOURO:

EXCLUSIVAMENTE FEMININO - A nativa de touro possui como característica marcante o encanto da mulher do lar. Esse fator concorrerá para atrair o sexo oposto. Fundamentalmente todo homem aspira por segurança e conforto doméstico. (...) Restrinja, pois, ao mínimo, a propensão ao comando, ao instinto exagerado da posse, que poderá torna-se causa de fracasso matrimonial.

EXCLUSIVAMENTE MASCULINO – Você será verdadeira benção do céu para a mulher que conseguir dominá-lo pelo amor. Dará então o melhor de si próprio ao lar e a família. Atraente ao sexo oposto, encontra inúmeras aventuras amorosas que passarão a simples possibilidades remota, uma vez deparada aquela que sintetizara o amor em sua vida.

LEÃO:

EXCLUSIVAMENTE FEMININO: Casamento é assunto de extrema relevância para a nativa do signo, marcada por inteira lealdade ao marido e a família. Escolha, pois, cuidadosamente, dando sinceridade a quem a merecer. Você se sentirá ambientada onde houver alegria e cenas vibrantes de vida. Explica-se, desta forma, a sua atração pelas personalidades dinâmicas, de existência febril e intensa.

EXCLUSIVAMENTE MASCULINO: Terá de afugentar as admiradoras a vida inteira. Nunca lhe faltarão candidatas. A dificuldade é outra a seu respeito: precisa liberta-se de influências para fazer a livre escolha. Será feliz ao eleger espôsa capaz de adicionar nota de alegria e romance a rotina da vida conjugal. Alguém que lhe deixe livre o primeiro plano no palco da vida.

BALANÇA:

EXCLUSIVAMENTE FEMININO: A aura romântica que lhe envolve o coração revela-se em seu olhar, na maneira feminina de

agir. Você necessita, para ser feliz, de um homem que lhe seja amparo, esteio, de modo que a natureza sua – espontânea e jovial – possa exhibir-se plenamente. Nunca hesite em pedir conselhos, opiniões ou ajuda. Os homens preferem as mulheres frágeis.

EXCLUSIVAMENTE MASCULINO: Os predicados sociais que lhe marcam a personalidade emprestam-lhe certo encanto ao lidar com o sexo oposto. Inúmeras mulheres levarão para terreno romântico o que não passa de mera gentileza de sua parte. Use de diplomacia a fim de não amargar corações ingênuos. Quanto a projetos matrimoniais, limite-os a mulher que o atrair genuinamente.

ESCORPIÃO:

EXCLUSIVAMENTE FEMININO: A necessidade de amar e devotar-se a alguém de forma absoluta é profunda em você. (...) Está sempre a espera de um companheiro com as mesmas características. Uma vez feita a escolha devesse dominar-se, mantendo fidelidade ao homem amado. Lembre-se de que ciúme é faca de dois gumes.

ÁRIES:

EXCLUSIVAMENTE MASCULINO: (...) Necessita de mulher que se conserve em segundo plano, contentando-se apenas em receber amor. (*QUERIDA*, ago., nº 269, 1965, p. 62-65). (grifo nosso).

Assim sendo, até o zodíaco era utilizado para diferenciar homens e mulheres, fazendo parecer que características e modos de ser, construídos social e culturalmente, eram biológicos, fazendo parte da natureza dos sexos, inquestionáveis. No horóscopo, são evidentes as relações de gênero existentes nos anos dourados, mostrando como era a divisão sexual no trabalho, nos espaços e formas de sociabilidade.

Nesse capítulo, foi analisado de que maneira a revista feminina *Querida* constituía as diferenças entre mulheres e homens, reforçando e instituindo as desigualdades entre os gêneros, prescrevendo comportamentos femininos e masculinos. Mas, de que forma as leitoras se apropriavam dessas representações normativas? É o que será analisado no terceiro capítulo.

CAPÍTULO III

ALÉM DAS PÁGINAS DE *QUERIDA*: AS “MULHERES MODERNAS” DE IRATI NA METADE DO SÉCULO XX

“No espaço público, as mulheres têm quase sempre um dever de beleza [...]. A burguesia reproduz esse modelo segundo uma divisão dos papéis sexuais que delega às mulheres a ostentação do luxo e do lazer.”

(Michelle Perrot, 1998, p. 22)

Conforme notamos, a imprensa feminina, na década de 1960, especialmente *Querida*, apesar de se apresentar uma revista moderna, ainda exibia representações tradicionais de mulheres e homens. Mas, segundo Dulcília Buitoni afirma “os veículos femininos quase sempre não têm pretensão de modificar o mundo; eles trabalham em cima do repertório do seu público, e são ajudados pelo estereótipo e pela publicidade” (BUITONI, 1986, p. 78).

Sendo assim, neste capítulo, discutiremos sobre a memória e a relação entre as leitoras e a revista. Além dos periódicos da revista *Querida*, serão utilizadas, como fonte histórica, entrevistas elaboradas com o auxílio do método da história oral. Foram entrevistadas três mulheres que, durante a década de 1960, eram leitoras de revistas femininas, entre elas as da revista *Querida*, e um homem.

Entrevistar as leitoras da revista foi importante para buscar compreender se essas mulheres agiam de acordo com as representações e normas de conduta feitas pela revista, deste modo, indo, além das páginas da revista, ao encontro de suas leitoras. Em seus relatos, todas trouxeram suas histórias de vida, os espaços de sociabilidade iratienses que elas frequentavam, durante os anos 60. Entre eles, o Clube do Comércio, um dos mais sofisticados da época, nesse espaço ocorriam bailes, festas e o mais aguardado baile de debutantes, no mesmo dia do “Baile da Primavera”, no qual era escolhida a rainha da festa, e, conseqüentemente do município, dado grau de importância cedido a esse momento.

Este capítulo está dividido em três partes; sendo que, na primeira (3.1), haverá reflexões quanto ao conceito de memória e de metodologia da história oral como fonte histórica.

Em seguida, (3.2), a partir dos relatos dos entrevistados, serão apresentados os espaços de sociabilidade que frequentavam, durante a década de 1960, em Irati –PR. Os locais recorrentes, nas falas, são: Escola Nossa Senhora das Graças, (para meninas), Escola São Vicente de Paulo (para meninos), os cursos de magistério, o “Cine Theatro Central”, o Clube Polonês e o Clube do Comércio, espaços em que eram realizados o “Baile de Primavera”. Também serão desenvolvidas reflexões sobre os papéis de gênero, nesses espaços de sociabilidade, e o que era esperado das moças e dos rapazes.

Na última parte (3.3), refletiremos acerca das mulheres leitoras da revista *Querida* de Irati. Neste ponto, serão analisados os relatos das entrevistadas onde elas falam de seus estudos, carreiras, maridos, filhos, vida pública e privada.

3.1 Construindo uma fonte: a memória e a história oral

Nas últimas décadas, a historiografia passou por muitas transformações, as quais levaram a ampliação de fontes históricas, como, por exemplo, a utilização de revistas e entrevistas. Para Daphne Patai (2010), até pode parecer irônico que um dos métodos mais antigos do mundo, em que duas pessoas juntas, uma falando e a outra ouvindo, tenha se tornado um dos métodos preferidos entre historiadoras e historiadores. A história oral contemporânea, como fonte histórica, desenvolveu-se na América do Norte e começou a ser utilizada em meados do século XX, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com a invenção do gravador à fita.

Porém, o método de ouvir os indivíduos sobre determinados acontecimentos do passado, não é novidade na História, “Heródoto, Tucídides e Políbio, historiadores da Antiguidade, já utilizavam esse procedimento para escrever acontecimentos de sua época” (ALBERTI, 2011, p. 156). A historiografia, na Antiguidade Clássica, era realizada por meio de relatos dos indivíduos, no entanto, esse tipo de fonte foi “desqualificada na segunda metade do século XIX, mas foi restaurado no século XX por historiadores que defendiam a validade do estudo do *tempo presente*.” (FERREIRA, 2002, p. 314).

No Brasil, e em grande parte da América Latina, a história oral demorou a ser utilizada devido a processos ditatoriais. História oral é uma expressão altamente

democrática na qual o direito de falar é inerente na produção do conhecimento, segundo Alistair Thompson “em alguns países, as histórias orais ajudaram a desafiar o controle do Estado sobre o passado e contribuíram para a democratização da memória e da história” (THOMPSON, 2000, p. 60).

Devido à ditadura civil militar brasileira, tivemos certo retardo no desenvolvimento dessa metodologia, mas, quando chegou foi bem acolhida. “Pode-se dizer que a moderna história oral brasileira definiu-se entre nós a partir de 1979, florescendo principalmente depois de 1983 no processo de redemocratização política do país” (MEIHY, 2000, p. 89). De acordo com Mariany T. Nakamura e Giulia Crippa (2010), história oral foi introduzida, no Brasil, durante a década de 1970, a partir da criação do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e História Contemporânea do Brasil (CPDOC), mas, no meio acadêmico só se expandiu no início da década de 1990.

O ofício das historiadoras e historiadores da história oral requer a seleção de entrevistadas e/ou entrevistados, suas fontes, de acordo com seu objetivo, ouvem os relatos de seus escolhidos e assim tecem uma história. O pesquisador sai da biblioteca e vai para o campo, no caso, a cidade, transformada em laboratório.

Para realizar este trabalho, foram entrevistadas três mulheres e um homem. O objetivo inicial era entrevistar mulheres iratienses que, durante a década de 1960, foram leitoras da revista *Querida*, porém, durante uma entrevista que estava sendo realizada, apareceu um homem que, também, quis contar suas lembranças, ele foi ouvido e suas memórias estão presentes nesta dissertação.

As entrevistas tinham por objetivo a evocação de lembranças das mulheres, e as indagações partiam de temas relevantes, ou seja, a relação das entrevistadas e a sociedade iratiense, os espaços de sociabilidade, o espaço público e o privado. E, nesse processo de rememorar, elas trouxeram suas relações com a mídia impressa, todas falaram com muito carinho do tempo em que passavam lendo revistas femininas.

Segundo Alessandro Portelli (2001), o encontro entre pesquisadores e entrevistados resulta em um trabalho conjunto, onde aquele que ouve e aquele que relata têm o mesmo valor (PORTELLI, 2001, p. 09). Portanto, a história oral é um produto elaborado pela intencionalidade e interferências do historiador, que vão deste a seletividade das pessoas entrevistadas até as perguntas que serão feitas. Historiador e entrevistados produzem a fonte juntos.

A utilização da história oral, no caso desta dissertação, é importante, pois este método possibilitou o acesso a memórias e narrativas as quais corroboram para o estudo da história das mulheres e relações de gênero. Além de reflexões acerca de certos questionamentos, tais, como: Será que as revistas femininas contribuíram para a formação da subjetividade destas mulheres? Se sim, como? De que modo?

As várias lembranças narradas por essas mulheres abrem um leque de possibilidades quanto à constituição de suas subjetividades, mesmo que, em uma mesma época, cada mulher, aqui, entrevistada, trilhou um caminho diferente, entretanto, em alguns pontos se cruzam.

Para Maurice Halbwachs (1990), os indivíduos não possuem lembranças individuais, e sim coletivas. Ou seja, cada pessoa tem a sua oralidade, o seu ponto de vista, a sua subjetividade dos fatos, mas elas podem falar do mesmo acontecimento de formas diferentes já que são pontos de vistas distintos, assim formando uma memória coletiva. Desta forma, mesmo que cada indivíduo se lembre de uma maneira particular as suas lembranças são compartilhadas com o grupo:

Se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossas impressões, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias. (HALBWACHS, 1990, p. 25).

É como se cada memória individual fosse um ponto de vista da memória coletiva, para Maurice Halbwachs (1990), não existe uma memória individual, pois as lembranças de cada indivíduo formam uma espécie de teia. Desta forma, as quatro pessoas entrevistadas possuem uma memória coletiva, pois integraram o mesmo grupo social.

Com o intuito de preservar as suas identidades, os nomes das três mulheres e do homem entrevistados foram substituídos por pseudônimos. Uma vez que, no segundo capítulo, foi abordado o horóscopo, os nomes dos entrevistados foram substituídos por seus signos zodiacais. Desta forma, temos: Canceriana, Leonina, Sagitariana e Sagitariano. Essas quatro pessoas narraram sobre como foi a vida delas, na década de 1960, o que elas faziam e os lugares que frequentavam, enfim, detalhes da vida privada e dos espaços de sociabilidade.

3.2 Memórias e sociabilidades: os espaços das/dos jovens iratienses em 1960

Maurice Halbwachs (1990) ressalta que as lembranças individuais estão relacionadas a um grupo social, este grupo pode ser a família, a escola, a Igreja, a classe social, habitantes de uma mesma cidade, entre outros que formem uma comunidade de convívio. As pessoas que foram entrevistadas para esta dissertação, durante os anos de 1960, integravam o mesmo grupo social, em uma mesma época, na qual compartilharam muitos espaços de sociabilidade, por isso muitas de suas lembranças se entrecruzam ou se aproximam.

Durante as entrevistas, todos os entrevistados lembraram os espaços de sociabilidade em que frequentaram, entre os lugares sociais que mencionaram estão os clubes de Irati, em especial o Clube do Comércio, o Cine Theatro Central, e, também, os colégios, no qual as mulheres estudaram, Ginásio Nossa Senhora das Graças, e Ginásio São Vicente de Paulo, onde estudavam os homens.

O conceito de sociabilidade, como categoria de análise, vem se destacando na História e entre outras Ciências Sociais que a utilizam. A sociabilidade surgiu, historicamente, a partir de sua prática em vários, se não todos, tempos e lugares históricos. Após a prática, desenvolveu-se o conceito. O sociólogo alemão Georg Simmel (1985) desenvolveu o conceito de sociabilidade na Sociologia, para ele, a sociabilidade é compreendida da soma de indivíduos em interação, essa interação é motivada com base em certos impulsos.

Impulsos são “os instintos eróticos, os interesses objetivos, os impulsos religiosos, e propósitos de defesa e ataque, de ganho ou jogo, de auxílio ou instrução, e incontáveis outros.” (SIMMEL, 1985, p. 165). Esses instintos são responsáveis para que os indivíduos se juntem e formem uma unidade, uma sociedade.

A sociação é a forma (realizada de incontáveis maneiras diferentes) pela qual indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses. Esses interesses, quer sejam sensuais ou ideais, temporários ou duradouros, conscientes ou inconscientes, causais ou teleológicos, formam a base das sociedades humanas. (SIMMEL, 1985, p. 166).

Ou seja, a sociabilidade ocorre entre pessoas que possuem os mesmos interesses, é a interação de indivíduos que são associados ou mantêm um laço na “forma de impulso, interesse, propósito, inclinação, estado psíquico” (SIMMEL, 1985, p. 166). A

sociabilidade ocorre entre iguais, ela é constituída pela interação entre pessoas pelo prazer do momento. Mas, não exclui a possibilidade da sociabilidade artificial, movida por interesses.

Ao decorrer do século XX, “o conceito de sociabilidade passou a ter usos e significados cada vez mais abrangentes, referindo-se a esferas, como relações cotidianas ou familiares, costumes, festas e rituais, encontros, etc.” (FLÚGORI, 2007, p. 23). O historiador francês Maurice Agulhon abriu novos caminhos para a investigação historiográfica, inspirou o estudo das sociabilidades como campo de pesquisa histórica.

O conceito de "sociabilidade" emergiu na historiografia em finais da década de sessenta do século passado e ficou a dever-se a Maurice Agulhon transformando-se, desde então, numa ferramenta útil para o trabalho do historiador. A partir daí, a sociabilidade passou a ser um objeto da história tornando-se um dos campos de investigação mais fecundos e situando-se na encruzilhada da antropologia cultural, da etnologia da vida quotidiana, da sociologia do ócio e da história social, política e cultural, ao pressupor uma multiplicidade de formas e de espaços. (PEREIRA NETO, 2006, p. 419)

Com o estudo das sociabilidades, é possível observar realidades sociais, comportamentos, mentalidades etc. A partir desse novo recurso de análise, os historiadores ampliaram seus olhares. Desta forma, Georg Simmel, na sociologia, conceituou sociabilidade, e o historiador Maurice Agulhon difundiu o termo entre os historiadores. O estudo das sociabilidades se tornou importante para os historiadores da História Cultural e Social.

Logo, as redes de sociabilidade mencionadas pelos entrevistados, durante a pesquisa, demonstraram que eles compartilhavam os mesmos espaços e pertenciam a uma mesma classe social. As pessoas que foram ouvidas são filhas e filho de comerciantes, alguns ligados à política, pessoas que tinham capital econômico e simbólico, indivíduos que formavam a elite iratiense.

O Cine Theatro Central, um dos locais mais lembrados durante as entrevistas, “foi inaugurado em 28 de Agosto de 1920, na época o 2º cinema do Paraná” (ALMEIDA, 2018, p. 45). Esse espaço proporcionou diversas interações entre os iratienses, espaço que, além de divulgar filmes, tornou-se um ponto de encontro social da comunidade. Dona Leonina conta que:

Eu vivo aqui desde que nasci (em Irati) e moro na casa em que nasci na Rua 19 de Dezembro. Então a vida social se resumia, pelo menos a

minha e a das minhas amigas, primeiro tinha a missa, isso era obrigatório, a grande maioria todos iam à missa. Depois nós também jogávamos vôlei em campeonatos, não todos os domingos, na Liga Iratiense de Jogos e depois a gente ia obrigatoriamente ao cinema. Tinha duas sessões: a primeira e a segunda sessão, aos domingos. (...) Assim, foi uma geração de pessoas que gostam de cinema e que era um ritual toda semana ir ao cinema. (LEONINA, 2018)

As quatro pessoas entrevistadas contaram que, aos domingos, frequentavam o cinema, mesmo que já tivessem assistido ao filme, o ato de ir até o Cine Theatro Central que era importante. Lá a comunidade iratiense interagia, os jovens se encontravam, era uma forma moderna de entretenimento.

As crianças e adolescentes iam acompanhados de seus pais ou outro responsável, às moças era recomendado que sempre fossem acompanhadas, de preferência, por alguém da família. Os rapazes gozavam de liberdade, poderiam andar pelas ruas e pelos espaços desacompanhados sem que ninguém se importasse, desmontando diferenças entre gêneros. O senhor Sagitariano disse que não havia distinção entre homens e mulheres, mas, no decorrer da entrevista, entre uma história e outra, podemos notar diversas diferenças entre liberdade feminina e masculina.

As moças deveriam sempre estar acompanhadas por uma “vela”, alguém para vigiar o namoro e manter a reputação da moça impecável, além de evitar comentários maldosos. *Querida* sempre aconselhava suas leitoras a andarem acompanhadas, “afinal, moça de família não andava sozinha” (CANÇADO, 2008, p. 154).

Tanto Leonina quanto Sagitariana e Canceriana sempre eram acompanhadas por seus irmãos mais velhos, tios ou pais de amigas, quando os seus pais não podiam acompanhá-las. Já o senhor Sagitariano disse: “A gente já tinha as primeiras namoradas, as primeiras paqueras né (risos), já combinava com aquela certeza de que sempre ia ter ou a mãe, ou a irmã ou o irmão ou alguém da família (da moça) junto, uma vela” (SAGITARIANO, 2018). Ou seja, os homens não precisavam ser vigiados por sua família, diferente das mulheres. A figura de alguém supervisionando trazia respeito à moça, assim, também se acreditava que o rapaz não ousaria ultrapassar certas linhas de conduta, assegurando a honestidade e a honra da moça e da família.

Meninos crescentemente estimulados a serem livres e independentes, a contar vantagens e alardear seus méritos (...). Durante os anos 1968, os “mocinhos” mais velhos, passam a ter maior liberdade para sair com os amigos, ir a festas. Para as “mocinhas” da época, as restrições eram bem mais severas: ir a uma reunião dançante somente

acompanhada de mãe, dos irmãos mais velhos ou ainda da avó!
(MÜLLER, 2013, p. 303)

Os homens tinham mais liberdade sexual e eram até incentivados, eles deveriam ser viris, másculos. Como afirmam Mary Del Priore e Marcia Amantino (2013), a masculinidade está longe de ser natural, assim como a feminilidade, construída social e historicamente. De acordo com Angélica Müller:

Transar pela primeira vez, muitas vezes, era uma questão de oportunidade. Não raro podia acontecer a primeira experiência com uma empregada doméstica ou, o que também era comum, em casas de prostituição. Lugar de sociabilidade masculina por excelência, as boates (ou “zona”, assim chamada na época) eram o local para pôr a prova a virilidade do “macho” e “dar vazão ao acúmulo de estrogênio, de sêmen e de tesão que se encastelavam nos encontros e intermináveis carícias entre os namorados (MÜLLER, 2013, p. 316)

O comportamento do homem era o oposto do esperado da mulher, diferente das moças, geralmente eles perdiam a virgindade com uma desconhecida, uma prostituta, e isso era visto como natural. Segundo Carla Bassanezi Pinsky (2011), normalmente os rapazes procuravam para suas aventuras moças com quem não pensavam em firmar compromisso “ir à zona era preservar a menina da sociedade [...] o que o namorado não podia fazer com a namorada fazia lá” (PINSKY, 2011, p. 613).

Portanto, nas normas sociais, muitas vezes, o que era proibido às mulheres, era permitido aos homens, esta distinção também encontramos nos espaços de sociabilidade, alguns eram reservados apenas aos homens. Ao decorrer da conversa, o senhor Sagitariano recordou de vários espaços aos quais ele frequentava, na década de 1960, inclusive uma casa de jogos com um bar, em anexo, ao Clube do Comércio. Questionado sobre quem frequentava esses bares, ele respondeu:

Só homens (...). Principalmente os homens solteiros vinham e ficavam horas aqui, tinha um barzinho que servia comida e ficavam jogando até três dias, tinha duas mesas de sinuca também né. As mulheres eram mais pra, pra bordar, tricotar e às vezes jogavam dominó, tinham jogos que eram só para as mulheres. (SAGITARIANO, 2018)

Mais uma vez espaços de sociabilidade e jogos, diferenciados por gênero e corroborando para a construção de identidades femininas e masculinas. Os homens solteiros passavam noites se divertindo, os casados também frequentavam, porém,

talvez por estes já serem chefes de família, não ficaria bem passar horas e até dias nesses estabelecimentos, mesmo apesar de os bares integravam a identidade masculina.

De acordo com Viltany Oliveira Freitas (2013), que pesquisou sobre sociabilidades em bares e vida boemia, em sua dissertação de mestrado, durante a Era Vargas houve a regularização de leis do mercado de trabalho. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi criado, em 1939, por Getúlio Vargas, e promovia propaganda política do regime e da imagem de Getúlio e do “novo” cidadão brasileiro, vinculado a uma imagem positiva e valorização do trabalho. Nesse período, o trabalho “era o elemento avaliador da integridade moral dos indivíduos e princípios orientador das ações do estado” (FREITAS, 2013, p. 56).

Durante o Estado Novo, “o vadio era confundido com marginais e impostores, elementos adversos à ordem do regime varguista” (FREITAS, 2013, p. 56). Desta forma, em oposição ao ócio, existia o trabalho que era atrelado à representação de cidadão trabalhador e encontrava, na imagem de Getúlio Vargas, uma referência masculina. Segundo Fernando Bagiotto Botton (2017), a personalidade de Getúlio se destacava, a partir de algumas características que ele teria herdado de seu pai, como “equilíbrio masculino entre o heroico e o dominador e o laborioso pai de família” (BOTTON, 2017, p. 94).

Viltany Oliveira Freitas (2013) afirma que a valorização da imagem do trabalhador, construída durante o varguismo, perdurou até a metade do século XX. “A imagem do bom chefe de família estava associada ao trabalho, ao catolicismo e à proteção da casa, da mulher e dos filhos” (FREITAS, 2013, p. 56). Assim, passar horas em um bar poderia não passar a imagem correta de homem chefe de família, apesar de que o bar também é visto como um espaço de sociabilidade masculino e ligado à construção da masculinidade. Como aponta a antropóloga Denise Fagundes Jardim (1991), estar entre homens é um momento especial no qual ocorre uma elaboração simbólica da masculinidade, e:

A padronização de atitudes não constrói homens totalmente iguais, de uma mesma natureza. Busco verificar os parâmetros que são compartilhados, o que é diferente da afirmação de que os homens que frequentam os bares sejam somente aquilo que suas atitudes enunciam. Por outro lado, em diferentes momentos, as elaborações que os próprios homens fazem de sua masculinidade evoca uma natureza comum que deve igualá-los. Um homem “tem de ser” *forte, tem que se impor, dominar o vagabundo só no olho, se não o*

vagabundo te domina: uma espécie de delimitação da natureza do homem, do masculino (JARDIM, 1991, p. 103)

Denise F. Jardim (1991) afirma que, durante a pesquisa, percebeu que os botecos eram espaços de lazer para os homens, fazendo uma oposição ao local de trabalho. Portanto, a representação de homem honesto e trabalhador, construída durante a Era Vargas, foi perdendo espaço, e, no fim do século XX, já não era vista como antes. Mas, durante os anos 60, os bares eram ditos como espaços para homens, tanto que as “moças de família” não podiam frequentar esses locais, não ficaria bem. Ao ser questionada sobre se havia diferenças de comportamento e liberdade entre ela e seu irmão, Leonina disse:

Tinha, tinha com certeza porque para um rapaz ele pode chegar em um bar e tomar uma cerveja né, hoje ainda não é qualquer moça que entra num bar e vai tomar uma cerveja sozinha a noite. Hoje já se conquistou muita coisa, né, Se abriram muitas portas e conquistas. Agora para o rapaz a vigilância não era tanta, até mesmo das mães né, elas diziam “ah ele é moço, ele se vira”. Nós para irmos ao baile tínhamos uma vela, como a gente chamava (risos) que ficava lá te atendendo, olhando, e os rapazes não! Eles tinham mais liberdade com certeza, às meninas eram mais reprimidas, né. (LEONINA, 2018)

Para as mulheres, ter alguém para “atender” ou “cuidar” era essencial para manter uma boa reputação, e frequentar certos lugares, tais quais os bares, por exemplo, deveriam ser evitados. A liberdade feminina era vigiada, enquanto a masculina não, ou, talvez, não da mesma forma, conforme disse Leonina, as moças eram reprimidas em seus modos já os rapazes “se viravam”, muitas coisas, que traziam vergonha para elas, eram motivo de orgulho para eles, como a sexualidade, por exemplo. Sagitariano afirmou que os homens frequentavam os bares e gozavam de outras liberdades em lugares públicos, às mulheres era reservado o lar e tudo a ele relacionado, por exemplo, o tricô, a costura, a alimentação, ocupações que elas liam nas revistas femininas.

Os corpos femininos e masculinos foram moldados e disciplinados na sociedade, segundo uma função, de acordo com Maria Izilda S. de Matos (2007), destacando a questão da sexualidade e do casamento, os corpos femininos estão ligados à maternidade, enquanto os corpos masculinos, a atributos, como trabalhador, provedor e pai. Desta forma, o feminino e o masculino se constroem, um em função do outro, a partir de representações sociais, econômicas e culturais.

Segundo Joan Scott (1990), gênero é uma categoria que se constrói a partir das diferenças percebidas entre os sexos. Porém, as relações derivadas dessas percepções são mais complexas do que a distinção biológica, gênero é uma construção social e cultural que incorpora complexas relações de poder. Portanto, os papéis atribuídos ao feminino e ao masculino são construções sociais, mas que passam a ser naturalizadas pela sociedade, e podemos percebê-las nas falas das pessoas entrevistadas para dissertação.

No caso do Clube do Comércio, os papéis sociais estão bem evidenciados. O clube foi fundado, em 1923, e os cargos da diretoria eram ocupados por homens, entretanto, de acordo com Lucas Antoszczyszyn (2019), o Clube do Comércio só foi fundado, após uma organização feita por mulheres. O Grêmio Flores da Primavera foi fundado por mulheres iratienses, em 1919, “o grupo que objetivou promover a sociabilidade por meio de atividades culturais, foi constituído de cargos administrativos ocupados por mulheres desde a sua fundação” (ANTOSZCZYSZYN, 2019, p. 05).

O Clube do Comércio, administrado por homens, e o Grêmio das Flores, comandado por mulheres, estabeleceram uma relação de cooperação em realização de eventos, entre eles o Baile de Debutantes, também chamado de Baile da Primavera. Frequentava esse baile toda a elite iratiense e de cidades vizinhas, o Clube do Comércio era sinônimo de sofisticação na época, mas eram as moças que recebiam todo o brilhantismo da noite, as jovens que completavam 15 anos participavam do baile, dançando a valsa de debutante com seus pais e, depois, participando do concurso da Rainha da Primavera. As moças atraíam olhares e eram “apresentadas” à sociedade, uma transição “de menina a mulher”. Linda Garzuze Crissi, a dona do acervo dos periódicos de *Querida*, usados para esta pesquisa, foi presidente do Grêmio por décadas, em seu acervo também se encontram todos os convites das debutantes da década de 1960.

Das mulheres entrevistadas, Canceriana e Sagitariana, participaram do Baile de Debutes. Sagitariana em seu ano foi a Rainha. Dona Leonina foi em vários bailes, mas apenas como convidada, não debutou.

Na revista *Querida*, a mulher era representada na maioria das vezes associada ao lar, porém, artigos sobre moda e beleza ou concursos de beleza sempre ganhavam destaque. Em 1963, *Querida* trouxe uma reportagem cujo título era “Mulheres são notícia” com uma foto da miss universo Ieda Maria Vargas descrita, como “bonita, meiga, esportiva, prendada e culta” (*QUERIDA*, ago., nº 221, 1963, p. 19). Mesmo se

tornando o centro das atenções, na esfera pública, a sua descrição a relacionava ao lar, ao íntimo, pois o segundo prêmio a ser alcançado seria o casamento.

As moças que participavam do Baile da Primavera, organizado pelo Grêmio Flores da Primavera e sediado no Clube do Comércio, também tinham que responder questões pessoais, características, etc. As debutantes eram indicadas e escolhidas pelo Grêmio, logo, elas faziam parte da elite econômica e simbólica de Irati. Ser escolhida para participar era uma honra e quem ganhava o concurso adquiria um status na cidade, o baile acontecia na primavera e debutavam as moças de 15 anos, era um concurso de beleza.

Querida propagava o ideal de uma mulher bela, jovem, que atraía olhares, todavia, ao mesmo tempo recatada e doce, assim o concurso, que era o Baile de Primavera também, buscava esse ideal de mulher, as jovens deveriam seguir o padrão de feminilidade. “Esses concursos foram, no decorrer das décadas de 1960 e 1970, tratados pela imprensa internacional e nacional como eventos nos quais a atração principal eram as belas e “incultas” mulheres” (CANÇADO, 2008, p. 27).

Beldades e “incultas”, era o padrão esperado, as moças deveriam ter como preocupação cuidar e manter da beleza e procurarem ser prendadas para agradar aos futuros pretendentes. A revista *Querida* tinha uma seção dedicada a responder questões sobre problemas sentimentais. Em março de 1960, deu a seguinte resposta à leitora, cujo pseudônimo utilizado foi Lourinha:

Seus 20 anos não chegaram a amadurecer. O seu pedido é de uma criança. O casamento não se arranja. Compreendo e acho natural o seu desejo de casar, pois é o ideal de tôdas as jovens na sua idade. Por favor, nunca imagine que casamento se possa arranjar; isto é um movimento próprio de cada pessoa, que se inclina a outra por simpatia espontânea. Casamento não é mercadoria que se negocie. Entendeu bem? Um correspondente para seu caso de nada serviria. Não banalize assim o amor, que é coisa séria. Não se preocupe tanto; talvez o príncipe encantado esteja a sua procura. Você é jovem ainda, a mocidade não acaba assim tão depressa como a nuvem de fumaça. O meu conselho é que se prepare bem, conhecendo o atributo de uma boa esposa e dona de casa. Assim estará ocupando bem o seu tempo e êsses pensamentos todos fugirão da sua frente. – M.H. (*QUERIDA*, mar., nº 140, 1960, p. 26)

A pergunta que a leitora fez não foi divulgada, contudo podemos deduzir que foi algo relacionado ao casamento, ao fato de ela ainda não ser noiva com 20 anos de idade. Lourinha foi acalmada pela colunista que disse que ela ainda era nova e tinha tempo,

mas que é natural ela pensar em casamento, pois este era o ideal para as mulheres e ainda aconselhou a usar este tempo de solteirice para aprofundar os seu conhecimento sobre as funções de esposa. Não recomendou que ela ocupasse o tempo estudando se profissionalizando ou algo assim, mas tudo era em prol o casamento, e até porque mulher não precisava ser culta.

Ilustração 13: *Querida*, nº 136, janeiro de 1960, p. 73.



Fonte: CEDOC Unicentro, campus Irati.

Nessa reportagem, o ator alemão, Curd Jürgens, relata a respeito de seu novo amor, na imagem vemos a sua nova namorada o admirando e o ouvindo atentamente. Curd dá o seguinte conselho para as moças: “É preciso que as mulheres sejam santas diante dos maridos, e um pouco fúteis, também. É o que faz a perfeição do amor. As intelectuais são tão maçantes!” (*QUERIDA*, jan., nº 136, 1960, p. 73). Ele conta que seus antigos relacionamentos não deram certo, porque suas ex-esposas eram atrizes e se dedicavam muito ao trabalho o que prejudicava demais a felicidade conjugal. “Mas agora chegou a vez do encantador manequim francês” (*QUERIDA*, jan., nº136, 1960, p. 75), escreveu a revista sobre a nova namorada do ator.

As misses ou as debutantes de Irati, em suas apresentações, durante o baile, procuravam valorizar sua beleza, e outros aspectos fúteis, não procuravam parecer cultas, pois isso poderia transmitir a ideia de que elas eram mais inteligentes do que os rapazes, até porque, no baile, as moças, antes meninas, eram exibidas à sociedade,

podendo, logo, serem pedidas em casamento. Esse pensamento era produzido e reproduzido na sociedade e nos meios de comunicação da época. Portanto, inteligência não era algo atribuído ou esperado do feminino, talvez a “mulher culta” fosse aquela que possuísse certo grau de escolaridade, mas que não ofuscasse o marido, de acordo com Ana Paula Vosne Martins, nos “novos tempos”:

Começava-se aceitar e até incentivar a individualização feminina. Contudo, tal processo devia ocorrer dentro de uma ordem e orientado por uma concepção tradicional do feminino. Nesse sentido entende-se porque o magistério era o curso de nível médio mais procurado, pois formava “mulheres cultas” sem afastá-las dos “deveres específicos de seu sexo”; era mais uma vocação do que uma profissão (MARTINS, 1992, p. 28).

Assim, as “mulheres cultas” seriam aquelas que possuíam um diploma, mas deveriam zelar da aliança, utilizar os conhecimentos adquiridos durante os cursos, como por exemplo, do magistério, para cuidar melhor da família. Segundo Adriana de Mello Cançado (2008), durante os concursos de beleza, da mesma forma que no Baile da Rainha da Primavera, não se valorizava o que era dito pelas candidatas, pois o foco era a beleza “natural” das moças, e concursos de *Miss* Universo eram narrados a partir de curiosidades fúteis como erros e roupas.

Nas memórias das entrevistadas Sagitariana e Canceriana, fatos relacionados à moda, à beleza e ao comportamento aparecem com frequência, quando elas relembram a respeito do Baile de Primavera. Elas disseram que participavam do concurso somente às moças que o Grêmio das Flores indicava. Depois que aceitavam o convite, as jovens deveriam fazer um *book* de fotos e deixar algumas fotografias expostas nos comércios da cidade, para que as pessoas soubessem quem eram as candidatas do ano. Além de que todos recebiam um convite do baile, que era uma caderneta com a foto e filiação de todas as candidatas. No dia do baile, acontecia a votação e, então, era escolhida a Rainha do baile, Sagitariana foi a Rainha do baile de 1964, segundo ela:

Esse baile, menina, era maravilhoso! (...) E as mulheres! Meu Deus... Vinham todas emperiquitadas com as roupas mais lindas. Tinham duas senhoras que ficaram para a história porque Deus me livre um vestido igual o da outra. A gente era muito perua sabe, eu acho, imagina brigar por causa de vestido. Só que assim a dona Dora ela comprou um tecido para fazer o vestido com umas flores assim em alto relevo, tubinho, e ela comprou o tecido no Rio Grande do Sul. E ela dizia para todo mundo que ia ao baile com uma roupa linda e nós, as meninas, estávamos todas animadas e curiosas. E a dona aqui a, não

lembro o nome dela eles não moram mais aqui, ela comprou um tecido no Rio Grande do Norte tinha ido ver as dunas lá né... Então nós íamos para ver elas também a roupa delas para o baile, então chegamos lá né e as duas compraram um pano idêntico... Era cinza com brocado preto todo brilhante... Lindo! Mas as duas não tinham o que fazer, os vestidos eram idênticos à única diferença é que um era decote “v” e o outro redondo. Nossa no baile, mas elas estavam... Sabe quando a pessoa não quer nem se olhar?! Nós fizemos a maior farra né (risos). (SAGITARIANA, 2019)

Os moldes que as leitoras viam nas revistas eram utilizados para fazer os vestidos. O evento, como no caso do Baile da Primavera, era o mais aguardado do ano, em Irati. Momento de “se mostrar”, de “aparecer” e “serem vistas”, por isso as mulheres caprichavam em seus *looks*. Na fala de Sagitariana, ela conta que as duas mulheres compraram os tecidos em estados diferentes do país, porém o tecido era o mesmo. Talvez essas mulheres decidiram buscar o tecido em outro lugar para não correrem o risco de ir igual outra mulher da cidade. Em Irati, não havia lojas de roupas prontas tais como existem hoje, era comum a costureira ou modista fazer as vestimentas das mulheres, em especial, vestidos para festas. O pai de Sagitariana era sapateiro e a irmã mais velha costureira. Quanto a isso e sobre desentendimentos entre as mulheres, ela diz:

Eu agora penso porque tanta ostentação porque tanta briga por causa de vestido, que ridículo (...). Minha irmã fez o vestido do meu baile de debutante, ele era justinho e de renda soltinho assim embaixo. O vestido todo tinha caracóis feitos de renda e no meio deles tinha pérolas. Dai a mãe da outra debutante foi na casa da minha irmã perguntar como que era o meu vestido porque ela achava que o meu era igual o da filha dela, e dai não era igual, mas a mulher pediu para ver o meu vestido minha irmã respondeu: “mostre o da tua filha que eu mostro o da minha irmã”, olhe a situação. Dai ela não quis mostrar, mas chegamos no baile e o dela também era de renda mas completamente diferente do meu. Eu usava luvas também, por aqui (acima do cotovelo), a minha era cor de rosinha e sapato igual, da mesma cor, meu pai era sapateiro. As mulheres o procuravam para revestir os sapatos com cetim, geralmente da cor do vestido, ficavam lindos os sapatos! O meu de debutante ele cobriu de cetim cor de rosinha, o mesmo da luva. (SAGITARIANA, 2019)

Mais uma vez um conflito por causa de vestidos, mas é compreensível, pois o debate tinha um grande valor social para as moças e para suas famílias, no período. Nos bailes, elas usavam maquiagem com olhos delineados e sombras da cor do vestido, de

preferência, além de batom, sempre vestidos acompanhados de luvas e sapatos encapados com cetim, como disse Sagitariana.

Ilustração 14: Capa da revista *Querida*, Agosto de 1965.



Fonte: CEDOC Unicentro – Campus Irati.

A capa de *Querida* (1965) está estampada com uma mulher, trajando um conjunto composto de blazer e saia, com luvas e chapéu, um dos destaques do periódico. Refere-se a um “desfile em tarde elegante”. As leitoras não só de *Querida*, mas de todas as revistas femininas, da época, encontravam, nas revistas, modelos de como ser, agir e se vestir. Os periódicos vestiam os corpos e as mentes de suas leitoras, e suas páginas eram vitrines nas quais as mulheres buscavam se assemelhar.

Moda e beleza, muitas vezes, são ligadas ao fútil e ao frívolo, no entanto, o pesquisador e historiador Paulo Debom discorda da ideia. Segundo o autor, a Moda é

pouco valorizada no meio acadêmico, porém, a partir desse conceito é possível analisar aspectos culturais, sociais e econômicos das sociedades, além de que:

Nos discursos do universo das roupas, o indivíduo se coloca no mundo através de seu corpo vestido. Os trajes que os cobrem são escolhas ou imposições que se constituem em discursos que formam seu visual e, ao mesmo tempo, dialogam com os outros. Desta forma, a Moda forja o sujeito através da construção de uma marca identitária que o relaciona com todos àqueles que o cercam.

Em uma visão superficial, uma roupa não passaria apenas de um traje que cobre o corpo. Seria apenas uma peça ou combinações delas, que as pessoas usam para ficarem parecidas com as outras. Em um olhar semiológico, a indumentária é texto. Pelas tramas dos tecidos leem-se múltiplos discursos que explicitam os anseios pessoais, a expressão de subjetividades, a influência da sociedade sobre o indivíduo e a sua postura política. (DEBOM, 2013, p. 16)

Deste modo, as roupas não são somente adorno, beleza e proteção, mas a Moda é um objeto de estudo da História. Paulo Debom (2013) comenta que Fernand Braudel, em 1967, com a publicação do volume I do livro *Civilização material, economia e capitalismo – séculos XV a XVIII*: as estruturas do cotidiano, composto por um capítulo intitulado *Roupa e moda*, traz contribuições importantíssimas para o estudo do tema, além de ser um marco na relação de História e Moda, “pois pela primeira vez um historiador europeu lançou um olhar realmente reflexivo que rompeu com a superficialidade da simples narração da evolução das silhuetas” (DEBOM, 2013, p. 20).

A indumentária indica a inclusão ou exclusão, hierarquias, ostentação de poder, construção da imagem de um grupo ou subjetivas, entre outros elementos, conforme afirma Paulo Debom (2013), é um caminho privilegiado para se ler a sociedade. Para o autor o surgimento do fenômeno Moda se deu a partir do século XIV e XV, antes disso, as roupas estariam ligadas à tradição. “Não havia Moda, mas sim o costume de se vestir de acordo com o grupo social à que se pertencia e, principalmente, com a sua ancestralidade” (DEBOM, 2018, p. 11).

O autor Gabriel de Tarde, na obra *As leis da Imitação* (2000), dividiu a história da indumentária em “Eras do costume” e “Eras da moda”. Na primeira fase, as roupas eram ligadas à imitação, à ancestralidade com um forte enfoque cultural, já, na segunda, a “Eras da moda”, o foco está relacionado ao presente, na imitação dos modelos atuais, as inovações do mercado e a busca pela diferença, um jogo de aparências. Na década de 1950 e 1960, esses novos padrões passaram a ser ditados pelas modelos, nas passarelas, e retratados em revistas e na televisão.

No período denominado “Eras da moda”, além da distinção social, as vestimentas diferenciaram os sexos: “calças para os homens e vestidos para as mulheres” (DEBOM, 2018, p. 13). A leitora Canceriana, durante a entrevista, disse que ela e suas amigas folheavam as revistas femininas à procura de moldes para roupas, uma vez que, em Irati, nos anos de 1960, dificilmente, encontravam-se roupas prontas. Ela contou que, às vezes, usava calças em algumas situações, mas isso não era usual, as mulheres deveriam usar saias ou vestidos.

O uso da calça pelas mulheres teve início, no fim do século XIX, pois as mulheres começaram a praticar mais esportes e exercícios físicos, a bicicleta é um ótimo exemplo, ela teve um grande impacto na vida das mulheres, ajudando-as na sua locomoção pelas ruas da cidade, foi um meio de transporte muito utilizado pelas sufragistas³. Mas como pedalar em uma bicicleta usando vestidos composto de várias camadas de tecidos além de um apertado espartilho? Foi assim que as mulheres começaram a usar um modelo de calça bufante que lhes dava maior liberdade de movimento, a calça é chamada de *bloomer*, em homenagem à feminista, Amélia Bloomer, essa peça se assemelha a uma saia bifurcada ao meio.

A calça era um dos símbolos de poder masculino, o prestígio dos homens era dado pelas calças, pobre o lar em que uma mulher as vestia (PERROT, 1991, p. 125). Desta forma, a calça era encarada como um traje naturalmente masculino, por isso as mulheres, que ousavam usá-la, foram ridicularizadas.

Para se ter uma ideia, em 1800, entrava em vigor em Paris uma lei determinando que as mulheres que usassem calças em público podiam ser presas pela polícia. Era permitido usar calças apenas com autorização prévia da polícia. Em 1930, a lei foi aplicada pela última vez, quando comitê olímpico francês retirou as medalhas da atleta Violette Morris pela insistência dela em usar calças. Em 1892 e 1909 a lei sofreu emendas que permitiram que as mulheres usassem a peça apenas se estivessem de bicicleta ou a cavalo. Curiosamente, a velha lei só foi oficialmente derrubada em 2003.⁴ (RASPANTI, 2020)

Hoje, em nossa sociedade, é comum mulher usar calça, mas nem sempre foi assim. A história da calça, que vestimos, é marcada por muitas lutas, resistências e táticas femininas.

Nancy MacDonell Smith (2004), em seu livro *O Pretinho Básico* traz a trajetória de 10 ícones da moda, entre estes, a calça jeans que, segundo a autora, é um

³ <https://historiahoje.com/bicicleta-espartilho-e-feminismo/> acesso em 11/06/2020.

⁴ <https://historiahoje.com/a-calca-comprida-e-a-emancipacao-feminina/> acesso em 11/06/2020.

“emblemático exemplo de um modo de expressão do *rock and roll* e da democracia” (SMITH, 2004, p. 14). Para a autora, a Moda também tem uma História, e cada peça de roupa tem uma narrativa própria. Em um dos capítulos, ela nos apresenta a História da calça jeans.

Inicialmente, a calça jeans foi confeccionada para ser usada por homens trabalhadores, nos garimpos de ouro dos EUA. Criada pelo imigrante bávaro Levi Strauss, em 1850, ela tinha como objetivo ser resistente para o serviço, nas minas, mas logo caubóis adquiriram a novidade em seus vestuários. Porém, o que contribuiu para a popularidade do jeans, foi o cinema:

O western hollywoodiano, que promoveu o caubói trabalhador com sua roupa característica a herói. Representado por Gary Cooper, Tom Mix e uma quantidade de outros atores durões, o caubói acabou simbolizando a virilidade ideal. Os caubóis do cinema eram inevitavelmente belos, atiravam bem, eram individualistas rudes, mas não deixavam de ser bons para mulheres e crianças (embora raramente fizessem algo tão banal quanto beijar uma garota). Milhões de meninos, e sem dúvida um bocado de meninas, sonhavam em crescer para se torar caubóis. Os trajes de caubói, que incluíam coletes franjados, bandanas, chapéus em estilo Stetson e os inevitáveis blue jeans, foram muito populares entre as crianças americanas dos anos 1930 até toda a década de 1950.

Outro fator que contribuiu para a popularidade crescente do jeans foi o começo do “rancho de veraneio”. Completamente duros por causa da Grande Depressão, donos de ranchos da Califórnia, em Nevada e no Arizona começaram a alugar quartos para receber americanos de classe média, em férias, vindos do Leste. Logo que chegavam ao rancho, os aspirantes a caubói que não queriam estar por fora, compravam o equipamento apropriado na loja local, que vendia de tudo. Terminadas as férias, levavam suas novas compras para suas casas no Leste, onde elas passavam a ser aceitas como roupa informal (SMITH, 2004, p. 63-64).

De acordo com Nancy MacDonell Smith (2004), entre os fazendeiros, havia mulheres, um público que tinha sido ignorado pelos fabricantes do jeans, se elas quisessem usar jeans, deveriam se contentar com os cortes masculinos.

Em 1935, a Levi's atendeu a esse novo mercado, lançando a Levi's feminina, que fazia parte da linha “roupas para férias no rancho” (...). Nesse mesmo ano, o jeans apareceu pela primeira vez numa revista de moda, quando a *Vogue* apresentou uma matéria sobre moda para férias no rancho. (SMITH, 2004, p. 63-64)

A calça jeans também começou a aparecer em outros filmes, que não eram de caubóis, mas usada por homens, raramente personagens femininas surgiam vestidas com um jeans. Em 1943, em virtude da Segunda Guerra Mundial, a utilização de alguns tecidos ficou restrita, com isso, a estadunidense Claire McCardell foi a primeira estilista a incluir o brim, lãs pesadas e outros tecidos baratos, que antes eram utilizados apenas para roupas masculinas, em uma coleção de roupas femininas.

Segundo Nancy MacDonell Smith (2004), os filmes *Rebelde sem causa* e *O selvagem*, lançados em meados da década de 1950, popularizaram o uso do jeans entre os jovens. Os atores James Dean e Marlon Brando se tornaram ídolos e seus fãs se vestiam iguais a eles, com jeans. James Dean morreu, prematuramente, em um acidente de carro, vestindo jeans, o que ajudou a popularizar ainda mais essa peça.

Em 1954, Marilyn Monroe, em *O rio das almas perdidas*, lançou moda ao aparecer sexy vestida de calça jeans e camiseta branca. Jovens, de ambos os sexos, começaram a usar tal combinação que, na década de 1960, tornou-se o emblema dos membros da contracultura, todavia, nesse período, o jeans passou a ser personalizado com bordados e aplicações por quem o usava.

A ideia era a de que o jeans deveria ser tudo, menos novo e parecido com outro. A expressão da própria personalidade era o grito de guerra da geração mais jovem, e a roupa, um instrumento na batalha contra o conformismo. Um blue jeans elaborado representava o oposto do que o terno de flanela cinza dos anos 1950 personificava. (SMITH, 2004, p. 69-70)

Contestação e liberdade, expressadas em uma peça de roupa, o jeans. O uso dele representava o rompimento e a rejeição as com as normas sociais conservadoras. A calça jeans, segundo Ariana Almeida e Lucimar Emidio (2012, p. 78), é “considerada por muitos o uniforme do mundo, presente em todas as classes sociais, com diferentes modelagens e estilos, usada por vários grupos sociais”, o jeans é uma peça democrática e versátil.

Nos periódicos de *Querida*, das décadas de 1950 e 1960, as mulheres estampadas, nas páginas, dificilmente aparecem trajadas com calças jeans, é importante destacar que esta revista não era direcionada para todas as mulheres, mas, sim, a uma classe social específica. A mulher que *Querida* desejava construir e legitimar, em seus discursos, pertencia a uma classe média/alta e conservadora.

Na sessão, *Moda e elegância*, *Querida* apresenta calças femininas em tecidos e cortes sofisticados, entre elas, modelos $\frac{3}{4}$, *slacks* de “shantung” e, também, as calças blue-jeans, em preto, peças e combinações que eram apropriadas para o uso em praias ou passeios ao ar livre. A estilista Coco Chanel foi a responsável por incluir o uso das calças na moda da Alta-costura feminina:

Coco, retratada pelos biógrafos como dona de uma postura de vanguarda, realizava ações até então restritas aos homens, como cavalgar utilizando calças e com uma perna para cada lado da sela (...). Quanto ao uso de calças, a estilista ampliou as suas possibilidades. Ela não foi a criadora e nem a primeira mulher a usar, mas como uma figura ilustre, adaptou-as para todas as ocasiões, submeteu-se às regras da moda, diversificando suas interpretações, umas esportivas e descontraídas, outras elegantes e refinadas. (ASSUNÇÃO, 2016, p. 200)

Coco Chanel usava roupas que eram consideradas “inadequadas para mulheres” em seu vestuário, ela aboliu o uso de espartilho, criou o *tailleur* (blazer feminino usado com saia), preferia usar roupas com cortes retos e propagou o uso de calças para as mulheres. Assim, a indústria da moda passou a desenvolver modelos de calças femininas para cada ocasião, mas o ícone da moda feminina continuavam a ser saias e vestidos.

Em *O pretinho básico*, Nancy MacDonell Smith relata a experiência que teve com a calça jeans, nos anos 1970, segundo a autora:

Quando entrei para a faculdade, em meados de 1970, não só a maioria dos alunos usava jeans – os poucos que não o faziam eram filhos de pais mais velhos ou reconhecidamente conservadores – como os professores também. Meus pais, que eram jovens, usavam jeans – eu particularmente gostava de uma calça de minha mãe porque as passadeiras de cinto me pareciam muito exóticas. Minha primeira calça jeans era um modelo UFO e tinha zíperes dos lados em vez do tradicional modelo de cinco bolsos. Eu amava aquela calça, mas tinha sido obrigada a usar coisas de mulherzinha, como vestidos. Vinte e cinco anos antes, mais ou menos na mesma época em que a Levi’s foi atacada por sua campanha provocadora “Jeans: direito para a escola”, minha mãe usava vestido até para andar de patins (SMITH, 2004, p. 71).

É possível notar que, ainda, em meados de 1970, havia resistência ao uso do jeans pelos indivíduos conservadores e, muitas vezes, Nancy foi obrigada a usar vestidos e saias, peças que ela chama de “roupas de mulherzinha”. Apesar disso, ela

tinha mais liberdade que sua mãe, quando jovem, a quem não havia escolha de outra indumentária, senão, saias e vestidos.

Querida, nos anos de 1960, configurava-se como uma revista conservadora e refletia isso em suas publicações. Para as mulheres elegantes e sofisticadas, o uso de saias e vestidos era o correto, deste modo garantiriam a feminilidade. A moda feminina, em Irati, nessa época, foi marcada pelo uso de muitas saias e vestidos, principalmente, o modelo tubinho. Mulheres e homens deveriam se vestir de forma tradicional.

No Brasil, em janeiro de 1961, Jânio Quadros assume a presidência da República e, durante sua breve gestão, cria decretos em torno da “moralização dos usos e costumes”, de acordo com Marcelo de Azevedo Botelho (2016):

Através da censura às revistas, a proibição de maiôs nos concursos de misses, das rinhas de galo e do lança-perfume e outras coisas. Dessa forma, o enfoque sobre a “moralização” durante a gestão presidencial janista aproximar-se-á da moralização dos usos e costumes (BOTELHO, 2016, p. 13-14)

Conforme o autor, o presidente Jânio Quadros foi contra a onda de modernidade, que estava ocorrendo no período, pregando ideias conservadoras, costumes e valores condizentes com as propagadas pela imprensa católica. Mesmo o país desejando se tornar moderno “a opinião pública ainda mostrava-se conservadora em relação à moralidade” (BOTELHO, 2016, p. 16).

Questionando as mudanças de valores e comportamento, Jânio fez decretos morais, fortalecendo a sua imagem de moralista em defender e proteger os “bons costumes da família brasileira”, contanto com a moral cristã que o acompanhou por toda a sua carreira. Entre seus decretos polêmicos, está a criação de um modelo de uniforme que todos os funcionários públicos federais passariam a usar, o uniforme era um blusão com quatro bolsos e um cinto, os homens usariam calça e as mulheres saia, era semelhante a uma roupa de safári e foi chamado de *slack*. No entanto, a moda não pegou porque o uniforme foi amplamente recusado pelos funcionários públicos, caindo no ridículo, o traje foi debochadamente apelidado de “pijânio” (QUELER, 2008, p. 299).

Em seus decretos, Jânio estabeleceu limites à indumentária feminina, ou seja, a proibição do uso de biquíni, maiôs cavados em concursos de beleza, pois ele os considerava “indecentes” e imorais, e o *slack* feminino composto de saia, a calça era

restrita para homens. Desta forma, podemos analisar como uma peça de roupa, a saia, é um símbolo de distinção de gêneros.

Nas sociedades contemporâneas ocidentais, a saia é constituída como algo natural à mulher, mas é preciso problematizar que o uso dessa peça nem sempre foi de uso exclusivo feminino, em outras sociedades e em outros tempos históricos, o uso era unissex e a diferença era apenas no comprimento, mulheres mais longas e homens mais curtas (BRAGA, 2005).

Ana Machado e Mônica Moura (2017) levantam o seguinte questionamento: Roupas tem gênero? A partir desta indagação, estabelecemos uma relação entre moda e gênero, este sendo o fruto histórico de uma construção sociocultural. O gênero é como um regime de disciplina perante a sociedade, em uma caixa reguladora o homem deve ser masculino e a mulher feminina (MACHADO; MOURA, 2017, p. 03).

Para Joan Scott (1990), existem símbolos culturais que permeiam as relações de gênero os quais evocam representações, assim, entendemos a moda como um símbolo cultural, pois o vestuário está ligado à construção e legitimação dos gêneros feminino e masculino. Alison Lurie (1997) aponta que o propósito básico do vestuário é distinguir os gêneros e que, ainda, hoje, a maioria das roupas é classificada como masculina ou feminina. “O vestuário masculino sempre foi desenhado para sugerir o domínio físico e/ou social (...). O vestuário feminino, durante a maior parte da história europeia moderna, foi desenhado para sugerir a maternidade” (LURIE, 1997, p. 228).

A saia se tornou uma vestimenta feminina, a partir da modernidade. Por ter se tornado um símbolo de feminilidade, no século XX, quando começaram a usar calças, as mulheres foram taxadas de “masculinizadas” e a sociedade achou um absurdo, mulheres querendo se vestir de homem. Mas, com o tempo, a indústria da Moda criou modelos de calças femininas para cada ocasião o que acabou com tais confusões, por outro lado, o uso da saia continuou sendo o “normal” entre as mulheres. E, quando o presidente Jânio Quadros estabeleceu o uniforme feminino, composto por saia, acabou reforçando o discurso da distinção de gênero através da indumentária, a imprensa como em *Querida* também reforçava esse padrão.

Em *Querida*, não havia nenhuma sessão destinada ao público masculino, ao folhear os periódicos, encontramos os homens, mas em imagens e não nos textos, nestas imagens há uma representação da masculinidade. O homem é sempre representado sendo “bonitão”, conquistador, empreendedor, usa roupas sofisticadas e apropriadas para cada ocasião, com os cabelos sempre bem penteados, barbas aparadas, aspectos

que passavam a imagem de um sujeito moderno. Moda e estilo sempre foram assuntos tratados em revistas femininas e ligados à feminilidade. De acordo com Márcia Pinna Raspanti (2013), os homens também sempre se preocuparam com a indumentária e a relacionaram como símbolo de prestígio e poder.

Desde os calções de cetim e os gibões dos séculos XVII e XVIII, até os jeans e a camiseta dos dias atuais, a moda e o comportamento masculinos transformaram-se profundamente. A vaidade e a preocupação com a moda sempre estiveram presentes nas cabeças masculinas, seja para representar a sua classe social, seja para demonstrar poder e riqueza, seja simplesmente para ser mais atraente para o sexo oposto. Mesmo que, após o século XIX, a roupa masculina tenha trilhado o caminho da simplicidade, isto não significou abrir mão de uma série de artifícios usados para melhorar a aparência. Os modelos de beleza e virilidade variaram ao longo do tempo, mas a moda sempre foi – e continua a ser – um instrumento usado pelo homem para definir a sua posição perante os outros e perante a si mesmo (RASPANTI, 2013, p. 212).

Durante a entrevista, Sagitariano conta como eram os seus dias de baile e relembra de suas roupas:

No dia do baile você acordava cedo se preparar né cortar a unha, tomar o primeiro banho, (...). Escolhia a melhor roupa pra mãe passar ou terno naquele tempo era três: calça, paletó e colete. Então o terno e o sapato, o sapato tinha que estar brilhando (risos) então o sapato todo mundo quando olhava você olhava no sapato pra ver se estava bem engraxado, ou a gente engraxava em casa ou os engraxates na rua nos banquinhos assim que eles sentavam e todo aquele dia de baile era freguesia que não acabava mais para engraxar o sapato (SAGITARIANO, 2018).

Não lhe foi feita uma pergunta específica sobre indumentária, no entanto, no decorrer de sua lembrança, ele deu detalhes de suas roupas e como era o “ritual” do dia do baile. Tanto as mulheres quanto os homens, preocupavam-se com a aparência e com que roupa ir para bailes, as roupas possuíam um capital simbólico para a sociedade, estabelecendo a qual classe os indivíduos pertenciam. O Jornal *Correio do Sul* de Irati, em maio de 1955, na coluna *Vida social*, anuncia o “Baile da Chita” no Clube do Comércio. A diretoria anuncia que: “A senhora e senhorita que se apresentarem mais elegantes, serão conferidos belíssimos prêmios” (Fonte: Acervo CEDOC, Irati).

Linda Garzuze Crissi integrou, por muitas décadas, a diretoria do Grêmio Flores da Primavera, e, no convite do “Baile da Primavera”, de 1965, ela fez a seguinte

observação: “ótimo baile, muito animado, trajes maravilhosos”, à vista, é possível notar como ela atribuía valor a esses eventos sociais. As roupas eram o que mais se destacavam, a elas era atribuído um status social, nas quais, também, eram reproduzidos padrões idealizados de feminilidade e masculinidade.

Outro espaço frequentado pelas pessoas entrevistadas foram os Ginásios Nossa Senhora das Graças e São Vicente de Paulo, as duas instituições católicas. O Ginásio São Vicente de Paulo, no princípio, era um seminário fundado por padres, em 1928. Em 1953, o Ginásio foi estadualizado pelo decreto nº 8334.⁵ E o Ginásio Nossa Senhora das Graças foi fundado, em 1931, por freiras, a escola também já funcionou como orfanato e, nas décadas de 1950 e 1960, ambas as instituições funcionaram como internato, pois muitos estudantes eram do interior do município ou de outras regiões e não tinham condições de locomoção.

Essas instituições separavam seus alunos por gênero, por isso Canceriana, Leonina e Sagitariana estudaram na Nossa Senhora das Graças, escola para moças e coordenada por feiras. Já Sagitariano e outros rapazes frequentaram o Ginásio São Vicente, coordenado por padres. Nessas Escolas, além de Ensino Normal, os alunos eram educados para a fé cristã, com ênfase em uma consciência patriótica.

Roseli Boschilia (2002) que, em sua tese, dedicou-se a investigar a educação em instituições religiosas de Curitiba, entre 1925 a 1965, aponta que esses ginásios foram criados com o objetivo de disseminar a fé católica e contrapor-se à modernidade, para, deste modo, “efetivar seu projeto educacional, pautado em um rígido modelo de conduta que buscava essencialmente a manutenção de valores tradicionais, num contexto social em que as transformações do mundo moderno eram cada vez mais evidentes e conflitantes” (BOSCHILIA, 2002, p. 02-03).

Com os novos ares de modernidade, a juventude estaria se afastando da família, e, esta, relaxando na disciplina de seus filhos. Roseli Boschilia cita o papa Pio XI, o qual pensava que:

As inovações trazidas pela modernidade aumentavam as “ocasiões de naufrágio moral e religioso para a juventude inexperiente”, mergulhando a sociedade numa “lastimável decadência hodierna da educação familiar”. Apontava ainda como perigos do mundo moderno “especialmente os livros ímpios e licenciosos (...) os espetáculos do cinema e as audições radiofônicas”, e enfatizava a necessidade de uma

⁵ <http://www.irisavicente.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=11> Acesso em: 16/06/2020.

“vigilância” extensa e cuidadosa. Nesse cenário, os colégios católicos adquiriram um papel cada vez mais substancial a ser desempenhado junto à sociedade: o de subsidiar a família na educação dos adolescentes e complementar as funções do Estado e da Igreja na formação de cidadãos cristãos (BOSCHILIA, 2002, p. 24).

A partir de 1920, no Brasil, a Igreja passou a formar diversos colégios cristãos, para oferecer uma educação cristã, preservar costumes e assegurar os princípios morais, aspectos que estariam se perdendo com a modernidade. Para sensibilizar a sociedade, a Igreja utilizou discursos fundamentados na justificativa de que a Igreja estaria na luta pela defesa da tradição e da família e que teria o papel de defensora dos direitos e valores familiares (BOSCHILIA, 2002, p. 42).

Todos os sujeitos entrevistados lembraram de momentos em que passaram nesses espaços. Apesar da onda de modernidade, que estava ocorrendo no país, a dita elite iratiense, em sua maioria, ainda estava pautada em ideias tradicionais e conservadoras, juntamente com a Igreja. Portanto, era na escola que os modelos de conduta eram reafirmados.

Sagitariano diz que:

Eu comecei na escola Duque de Caxias, mas tinha a minha tia que cismou que eu podia ser padre então em 1948 quando eu tinha 8 anos tinha o seminário lá no São Vicente, eu fui internado lá, para ver se eu tinha jeito para padre. Eu fiquei interno, meus pais moravam aqui (local próximo à escola) e eu interno lá no São Vicente tinham alguns seminaristas e já no ano seguinte em 1949 foi transformado em Ginásio. Eu fiquei lá de 1948 até que o padre que era o inspetor chamou a tia Mariquinha e falou olha esse piá não dá para padre (risos). (SAGITARIANO, 2018)

Sagitariano também relatou momentos de diversão com os amigos, citou a aula de Latim, mas logo lembrou sobre “gazejar” aulas para jogar futebol com os outros garotos, ir ao cinema, brincar no bosque e, quando mais velho, assar carnes com os amigos e outras “malandragens”. Sagitariano terminou os estudos em outra instituição, talvez porque não se adaptou às regras do colégio católico. Um dos entrevistados de Roseli Boschilia deixou uma escola católica, em Curitiba, o Santa Maria, para frequentar outra instituição no período noturno. Na nova instituição ele “aprendeu a ser homem” já que nessa outra escola eles foram mais “preparados para a vida” e serem mais malandros, talvez uma característica de virilidade.

Os colégios católicos, além de ensinar, tinham como objetivo moldar os corpos e a identidade dos sujeitos, por meio da disciplina que, segundo Michel Foucault (2010), o corpo é objeto e alvo de poder, ele pode ser manipulado, modelado, treinado, um corpo que obedece e responde. No Jornal *Correio do Sul*, foi publicada a seguinte reparação, por discentes do São Vicente:

Nós abaixo assinados de livre e espontânea vontade, não a mando de algum padre ou qualquer outra pessoa, queremos de público pedir desculpas ao Revmo. Padre José Lima, diretor do Ginásio São Vicente de Paulo, por não termos sabido como outros a aproveitar o bom moral que recebemos. Sim, porque no Ginásio São Vicente de Paulo não há nada disto, a educação moral, cristã e intelectual é a mesma para todos. O que fizemos foi fugir do Ginásio para o cinema. Não foi essa nossa falta. O Ginásio São Vicente é uma casa de respeito e seriedade e nós não entramos pela porta como alunos, mas pé ante pé, pulamos uma janela. Demos neste final de curso uma grande decepção aos nossos mestres, que durante 4 anos a fio, tentaram tornarmos brasileiros dignos e prontos para enfrentar a vida. Consola-nos, entretanto a convicção de que foi apenas um passo irrefletido da nossa inexperiente juventude. Levamos para a casa a certeza de que a formação do caráter e do coração que recebemos dos nossos Mestres afastar-nos-á no futuro de semelhantes deslizos. Se erramos tão inadvertidamente, não temos pêjo de reparar publicamente nossa falta. Mas nós prometemos que ainda seremos melhores alunos e profundos cristãos. Por isso pedimos hoje nossas desculpas. Queremos agradecer aos dedicados sacerdotes, a bondade com que fomos tratados durante o tempo em que ficamos de castigo em sala privada. Desculpas e que Deus lhes dê a paga de tudo isso.

Irati, 19-11-54 (Fonte: Acervo CEDOC, UNICENTRO)

Os dois alunos fugiram do colégio pela janela para ir ao cinema, e, como consta no texto, foram castigados pelo ato. De acordo com Michel Foucault, o poder disciplinar tem como objetivo adestrar as “multidões confusas e inúteis de corpos”, e, a partir daí, fabricar indivíduos obedientes (FOUCAULT, 2010, p. 164). O poder disciplinar é invisível, é o que mantém o indivíduo disciplinado, a sensação de estar sendo vigiado a todo o momento.

A disciplina é uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos. Não basta olhá-los às vezes ou ver se o que fizeram é conforme a regra. É preciso vigiá-los durante todo o tempo da atividade de submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares. É assim que no exército aparecem sistemas de graus que vão, sem interrupção, do general chefe até o ínfimo soldado, como também os sistemas de inspeção, revistas, paradas, desfiles, etc., que permitem que cada indivíduo seja observado permanentemente (FOUCAULT, 2010, p. 106).

Michel Foucault (2009) compara o treinamento escolar ao militar, nos dois, é permitida apenas a troca de poucas palavras, local onde reina o silêncio e, obedecer às ordens, é essencial. O poder disciplinar é exercido por todos e em todos os lugares, pensando, a partir da teoria de Michel de Certeau (2007), a disciplina seria a estratégia, exercida pelo forte, e a tática seria a solução encontrada pelos fracos para driblar as estratégias. Longe dos olhos dos professores, os estudantes “quebram” as normas e vão ao cinema, como no caso dos estudantes do anúncio do jornal, e, talvez, a reparação também seja uma tática, uma mentira usada para enganar a sociedade e a escola.

Nessas escolas, os corpos eram disciplinados de acordo com o gênero. Sagitariano lembrou-se de certas disciplinas e outros momentos fora da sala de aula, nos quais era praticado esporte, por exemplo. Já no Ginásio Nossa Senhora das Graças, as meninas tinham uma educação e vigilância mais rígida.

Durante a Era Vargas, em 1942, o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, promoveu mudanças no sistema educacional brasileiro. O conjunto de medidas foi chamado de Reforma Capanema, que, “por meio do decreto-lei n. 4.244/42, tornou obrigatória às alunas do ensino secundário – curso ginásial, clássico e científico – a disciplina de Economia Doméstica” (SEVERO, 2017, p. 01).

A disciplina de Economia Doméstica era apenas para meninas e a orientação metodológica teve em mira a “natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar”⁶. Logo, a disciplina ensinava o “verdadeiro” papel da mulher, ensinando a cuidar e zelar do lar, do marido e dos filhos.

Canceriana conta que, depois de casada, ela realizava sozinha os serviços domésticos, e: “nós meninas até na escola a gente tinha uma matéria sobre Educação Doméstica então tinha caderno assim de como que limpa a casa, pano, paninho de limpeza, passar e varrer aí meu Deus, você acredita que a freira ensinava” (CANCERIANA, 2018).

Leonina também relembra dessa disciplina e conta que aprendeu a cozinhar, costurar, bordar e a fazer enxoval, enfim, tudo que, supostamente, estaria ligado ao mundo feminino, a Economia Doméstica era um preparo para o lar, formadora de mães, esposas e donas de casa. Segundo Roseli Boschilia (2002), nas escolas, as atividades masculinas estavam ligadas aos espaços externos, enquanto as atividades femininas ficavam restritas ao espaço interno nos quais aprendiam música, bordado, pintura etc.

⁶ Ver mais em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 18/06/2020.

“O exercício dessas atividades auxiliava na fixação de características consideradas tipicamente femininas, como o silêncio, a paciência, a perseverança e a delicadeza” (BOSCHILIA, 2002, p. 02).

No São Vicente, o uniforme dos rapazes era composto por calça e, no Nossa Senhora das Graças, o uniforme das moças era composto por saias longas. Sagitariana lembra:

Sabe até eu estudava no Nossa Senhora e o uniforme era saia, sabe essas saiona de freira? Então quando nós chegávamos ali na esquina nós dobrávamos, dobrava, dobrava bem curtinha prendia na calcinha e ia, quando chegava na quadra do colégio soltava. Fazia isso por causa dos piás, eles chateavam de nós com aquelas saionas e nós queríamos ser moderna né, dai era divertido. (SAGITARIANA, 2019)

É interessante perceber que Sagitariana relaciona a minissaia à modernidade, usar a saia curta era sinal de moderna, e todos os jovens sabiam disso e queriam ser modernos, por isso os rapazes riam delas por usarem aquelas saias longas cafonas “de freira”. Apesar de ser o uniforme do ginásio, as estudantes criavam suas táticas para burlar as regras de vestimenta, usavam a saia longa na instituição, mas na rua “diminuíam a saia”.

Maíra Zimmermann (2016) aponta que, na década de 1960, o império francês da Alta-costura perdeu muito espaço para novos estilistas que atraíram os jovens com suas criações. André Courrèges, em 1964, lançou a coleção *Moon Girl*, trazendo ousados vestidos acima dos joelhos. Mas foi a inglesa, Mary Quant, que popularizou a minissaia, em 1965, promovendo uma moda jovem, na mesma década, as empresas criaram produtos específicos para os jovens consolidando uma cultura juvenil.

O desejo de se diferenciar dos demais, manifestado pelos jovens, será percebido pela indústria, pelo comércio e pela publicidade, que, em pouco tempo, lançarão produtos específicos para esse público. Rapidamente, a indústria de moda brasileira absorveria os ideais internacionais (a rebeldia entraria na moda) e começaria a fabricar roupas neste estilo, como, por exemplo, minissaias, calças femininas, calças jeans, camisas coloridas masculinas lançando-o como tendência no mercado. (ZIMMERMANN, 2010, p. 11)

Na música, os Beatles influenciaram milhares de jovens com suas roupas, cortes de cabelo e estilo de vida. No Brasil, a Jovem Guarda, além da música, ditava comportamento e moda, a cantora Wanderléia serviu de inspiração para as jovens

brasileiras, ao usar a minissaia, e Roberto Carlos, o “rei da brotolândia”, usando calças coladas ao corpo e roupas coloridas, viraram ídolos de adolescentes da época. *Querida*, em 1968, traz uma divulgação da revista para adolescentes *Garôtas* com o seguinte anúncio: “Você, garôta, que é moderna e avançada, que está sempre na crista da “onda”, que usa mini-saia e gosta de iê-iê-iê” (*QUERIDA*, nov., nº 354, 1968, p. 69), desta forma, relacionando modernidade ao *rock and roll* e à indumentária.

As mulheres entrevistadas falaram que, em Irati, nos anos 60, elas se reuniam com outros jovens nas chamadas “festinhas americanas” e dançavam ao som dos Beatles e da Jovem Guarda. Essas festinhas eram realizadas em um Clube da cidade ou ainda na garagem da casa de algum amigo. Leonina até diz que, nessas festas, as meninas levavam pratos de comida (geralmente receitas que aprendiam na disciplina de Economia Doméstica) e os meninos bebidas, mas sempre com a supervisão de um adulto, normalmente, as mães.

Mas é importante notar que as jovens entrevistadas não usavam as calças jeans ou as minissaias em seus cotidianos, apesar de serem peças modernas e elas desejarem fazer parte desta modernidade, suas famílias e o meio em que viviam continuavam sendo e promovendo comportamentos tradicionais. De acordo com Luciana Rosar Fornazari (2001), do estranhamento dessas novidades à adoção, todos pareciam querer ser modernos, porém sem “exageros”.

É importante atentar para o fato de que a moda comercial, publicada nas revistas e jornais, é sugerida e atrelada à modernidade - mas seu uso depende de regras específicas de aparição, como o debate acerca da altura ideal das saias, ou se seria de ‘bom tom’ uma mulher casada trajar calças compridas. O controle sobre o corpo feminino (e moderno) parecia interessar às colunas e reportagens na imprensa, numa tentativa de incorporar elementos de feminilidade à mulher moderna, mantendo, porém, a divisão, ou modelos assimétricos, sem que houvesse trocas de papéis, ou ainda, de imagens (FORNAZARI, 2001, p. 55).

Assim como o uso da calça pelas mulheres, a minissaia enfrentou barreiras para a aceitação social em lugares tradicionais, como Irati, na década de 1960, por exemplo, aonde as mulheres eram modernas, mas nem tanto. Apesar de as mulheres entrevistadas desejassem ser modernas, quisessem agir e se vestir igual aos ídolos da época, era tudo sem exageros e, em seus espaços privados, a maneira de viver continuava a tradicional.

3.3 “Gato e mulher em casa; Homem e cachorro na rua”: expectativas tradicionais sob “corpos modernos”

As representações acerca do feminino, trazidos por *Querida* e pela escola, continuavam reforçando o ideal tradicional de mulher ligado à esfera doméstica: a casa, o marido e os filhos. Apesar disso, nos anos de 1950 e 1960, em algumas famílias, as mulheres começam a ser incentivadas a se profissionalizarem, mas apenas se fosse compatível com as atividades do lar.

Segundo Ana Paula Vosne Martins (1992), nas revistas femininas e nos romances, a heroína é representada por uma mulher doce, recatada, frágil, séria, pura e de formação católica. Além de o herói protegê-la,

A mulher está sempre numa situação de dependência em relação ao homem, pois sua pouca experiência e o tipo de vida restrita que leva, faz com que necessite de um guia, de um protetor. Além disso, a mulher atua na esfera privada, se destaca por suas “qualidades domésticas”, em oposição ao homem, que se destaca na esfera pública, na administração de seus negócios. (MARTINS, 1992, p. 35)

Tanto as revistas femininas quanto os romances eram muito utilizados, até meados dos anos de 1960, “como instrumento de controle das jovens e o modelo de heroína atendia as expectativas de comportamento vigentes” (MARTINS, 1992, p. 35-36).

Em Irati, apesar de os “ares modernos”, os papéis sociais continuavam os tradicionais, a esfera pública permanecia sendo um espaço masculino e, em oposição, o privado era destinado às mulheres. Canceriana conta que:

Minha sogra (risos) era um amor, mas olha o ditado dela, veja bem isso era a cabeça dela, eu escutava né, eu não podia querer discutir, mas ela dizia assim com todas as letras: “*Gato e mulher em casa; Homem e cachorro na rua*” esse era o pensamento que ela foi criada e assim ela criou os filhos dela sabe então pode ver... Os maridos não enxugavam louça, não faziam nada, não participavam. (CANCERIANA, 2018)

Canceriana, após terminar o magistério, fez a graduação em Letras, exerceu a licenciatura por um curto período, enquanto era solteira, após o casamento passou a se dedicar ao marido e aos três filhos. A condição de dona de casa foi imposta a ela, o velho discurso de que os espaços públicos eram destinados aos homens e o privado à mulher, ainda, estava presente, na década de 1960 e 1970, nas famílias tradicionais

iratienses. Canceriana acabou herdando o negócio da família de seu pai e, hoje, administra o comércio, sua sogra discordava desta possibilidade.

A sogra cresceu ouvindo esses discursos nas rodas de conversa, entre familiares, na Igreja, na escola, nos romances, nas mídias e, aponta Canceriana, ela criou os filhos da mesma forma, relacionando o lar e todos os seus cuidados à mulher. Tanto que o marido de Canceriana não participava das tarefas domésticas, e nem contribuiu com o cuidado dos filhos, trocar fralda e preparar a mamadeira, por exemplo.

Leonina conta que se lembra de que ouvia as mulheres casadas falarem coisas como: “coitado voltou cansado, precisa descansar, não perturbe, a toalha está aqui, o sabão está aqui, a comida...”. Ou seja, o marido não deveria ser incomodado e a ele não pertenciam às atividades domésticas. Carla Bassanezi Pinsky (2014) aponta que a esposa deveria ser a “companhia perfeita” cabia a ela manter a “harmonia do lar”. A mulher não deveria ser queixosa, áspera e insolente, pelo contrário, teria de incentivar, bajular e cuidar do marido.

Na revista *Querida*, os discursos não eram diferentes, em fevereiro de 1962, na matéria “A mulher e o automóvel” encontramos o seguinte conselho:

Agora, vejamos quais devem ser as suas preocupações antes de viajar. Se seu marido vai acompanhá-la, tanto melhor. Mas, se você precisa ir sozinha com as crianças, veja com que êle possa contar com um bom número de camisas, meias, lenços e roupa branca, lavadas, passadas e arrumadas nas gavetas. O terno de verão também deve ficar no armário, pronto para ser usado. A menos que você tenha empregada, é bom guardar tôda a sua louça, deixando para ser usada o mínimo indispensável. Sem essa preocupação, você corre o risco de, ao voltar, encontrar todo o aparelho – inclusive as peças que você reserva para ocasiões especiais – equilibradas precariamente na pia. Não se iluda. Enquanto puder contar com um prato limpo, seu marido não lavará a louça. Deixe nos armários todo o tipo de alimento que possa ser guardado (...). Finalmente deixe que seu marido fique em completa liberdade. Nada de telefonemas para ver se êle está em casa. Se êle contar, na sua volta, que passou as noites em casa, pensando em você, acredite, por favor. Você não ganha nada desconfiando dele. (*QUERIDA*, fev., nº 186, 1962, p. 31).

Essa coluna foi assinada por uma mulher, mas a questão é delicada, pois, muitas vezes, eram homens que escreviam utilizando pseudônimos femininos ou, às vezes, até um grupo de colunistas. No entanto, a revista era um grande canal de propagação do modelo vigente de feminilidade e masculinidade, com suas imagens criava e reforçava estereótipos sociais, fortalecendo os papéis de gênero, regras de comportamento,

valores. Enfim, *Querida* promovia a classe dominante da época que seriam imitadas pela maior parte da classe média. As entrevistadas, quando falaram do serviço doméstico deixaram claro que isso era uma obrigação da mulher, e as revistas femininas do período fortaleciam essa ideia, como apresentado no trecho anterior.

Durante a entrevista, Sagitariano não mencionou muitas lembranças relacionadas ao lar, contou mais de sua infância e adolescência, no meio social, em que assumia uma postura ativa. Também não mencionou a experiência dele como esposo e pai, falou apenas das décadas de 1950 e 1960, sem fazer relações com a atualidade. Já as três mulheres entrevistadas, a todo o momento faziam ligações com a contemporaneidade e, em suas lembranças, falaram muito da experiência familiar, enquanto solteiras e depois de casadas, extrapolando a década de 1960. Assim, nas falas femininas, podemos explorar as relações de gênero dentro do lar.

As três entrevistadas concluíram o magistério, em Irati, Sagitariana, logo após o término do curso, casou-se. Décadas depois, atuou como secretária em uma escola municipal. Canceriana prosseguiu os estudos e se formou em Letras, e Leonina foi estudar, em Curitiba, e, também, graduou-se em Letras, fez mestrado e atuou no Ensino Superior. Quanto a se mudar para a capital, Leonina disse:

Era assim a variedade de oportunidade que a gente tinha lá e eu fui morar numa casa só de moças estudantes que a gente tinha só moças estudantes éramos em 46, todas de fora então à gente não teve aquele problema de, de... E depois Irati é perto também né tinham moças que vieram de bem mais longe do Paraguai, da Bolívia, do Chile é de todos os lugares foram estudar em Curitiba, e para mim foi uma experiência muito boa tinha festinhas também uma vida social agitada né e abriu o mundo assim para nós. Inclusive quando eu morei em Curitiba fui fazer o curso de Letras, morando nessa casa fui vice-presidente, fui para Brasília lá atrás de verbas para a nossa casa porque a nossa casa era assim uma casa pública dos estudantes então a gente participava intensamente de todos os movimentos (LEONINA, 2018).

Leonina se mudou para Curitiba com o apoio e incentivo da família, indo morar em uma casa para moças estudantes. Ela conta que, lá, conheceu jovens de vários lugares do país e do exterior, além de diversos espaços de sociabilidades e viagens com as colegas universitárias.

Segundo Ana Paula Vosne Martins (1992), a Casa da Estudante Universitária de Curitiba (CEUC) começou a funcionar, em 1954, a grande maioria das jovens vinham de cidades do interior de diversas origens sociais. A partir da década de 1960, muitas

jovens já trabalhavam, antes de entrar para a universidade. Um número maior do que durante a década anterior, quase todas atuavam no magistério público. A historiadora aponta que as representações do feminino, na década de 1960, era o modelo tradicional da “esposa-mãe-dona de casa”. Mas, aquelas jovens estudantes criaram novos espaços nos quais começaram a desempenhar novos papéis, sem uma fronteira muito nítida entre o papel feminino tradicional e o modelo moderno da “jovem-profissional-bem-sucedida” (MARTINS, 1992, p. 53).

Muitas das jovens universitárias tinham dificuldades em encontrar um local para residir em Curitiba, os hotéis tinham um custo elevado, as pensões tinham muita gente estranha, entrando e saindo o tempo todo, lugares que não condiziam com as “moças de família”. Por isso, a criação da CEUC foi feita com muitos cuidados, mais do que uma casa, ela deveria ser um lar para as jovens, dentro da mais rigorosa disciplina familiar, um “espaço moral” para as moças com a mesma segurança de seus lares de origem.

As moradoras da CEUC criaram um espaço exclusivamente feminino e fortemente regulado em torno da ideia que do comportamento feminino depende a honra de uma casa. Tentavam reproduzir ali as mesmas bases da organização familiar tradicional, onde a mulher é o “sustentáculo moral”, responsável pelo “bom nome” da família e pela honra masculina. (...) Não estavam organizando um pensionato ou uma “república” de estudantes, mas um “lar” e este devia ser fundado sob uma sólida base moral. (MARTINS, 1992, p. 21)

Era a conduta das moradoras que formava a imagem da CEUC, para isso era cobrado das moças um comportamento exemplar. “Os mínimos detalhes eram observados, como as roupas, os hábitos, a maneira de falar e sorrir, as atitudes com os namorados, enfim qualquer ato que pudesse revelar uma conduta não condizente com o que se esperava de uma “moça séria”” (MARTINS, 1992, p. 21).

Desta forma, as jovens conquistaram espaço nas universidades, entretanto, nem todas as profissões eram consideradas adequadas para as mulheres. As carreiras convenientes para as mulheres eram na área da educação e da saúde. De acordo com Ana Paula Vosne Martins, nem todas as jovens ambicionavam seguir carreira, algumas deixavam para trás namorados e até noivos, esperando voltarem diplomadas para subir ao altar.

Uma leitora de Querida enviou uma história para a coluna “A minha vida daria um romance”, relatando o seguinte:

(...) Quando terminei o primário, meu pai se opôs a que eu continuasse os estudos.

- Filha de camponês não precisa de preparo. Você deve é aprender coisas caseiras, declarava ele peremptoriamente.

Pensei em fugir de casa e arranjar um emprego, mas era muito medrosa e a noite até chorava baixinho (...). (*QUERIDA*, jan., nº 307, 1967, p. 31)

Ana Paula Vosne Martins (1992) afirma que as escolhas individuais das estudantes iam de acordo com os projetos de suas famílias, logo, a história da moça que desejava continuar os estudos e achar um emprego não acabou como ela desejava, porque não teve o apoio paterno. Assim, cada família tinha um objetivo diferente para as suas filhas, dentre elas, estava Leonina, que se graduou e se especializou na área, construindo uma carreira. Outras, como Canceriana, formou-se em Letras e exerceu a profissão até se casar. Algumas, depois de casadas, davam continuidade aos estudos e na carreira, no entanto, para certas famílias conservadoras, a esposa se dedicar apenas ao lar era um *status* social, pois, em muitas famílias, as mulheres trabalhavam para ajudar os maridos em questões financeiras, função esta, associada ao masculino. Segundo Adriana de Mello Cançado (2008), o salário feminino era considerado um “segundo salário”, uma maneira da mulher “ajudar” nas despesas de casa.

O trabalho feminino nas décadas de 1960 e 1970, era considerado uma questão econômica. “o ‘não trabalhar’ agregava capital simbólico a essas mulheres e expunha suas condições e de suas famílias no aspecto econômico. Edna Fae lembra que algumas mulheres “não faziam faculdade. Ou faziam e não iam buscar o diploma, não exerciam a profissão. Então o diploma de faculdade era um “*status*”... Era um *status* pra dizer: ‘eu tenho segundo... eu tenho um curso superior’. Era uma opção velada que conduzia ao “bom” casamento e a uma continuidade da dependência econômica e emocional transferida do pai para o marido (CANÇADO, 2008, p. 168).

Portanto, ter um diploma para certas famílias era importante para demonstrar um prestígio social e uma forma das moças conseguir um “bom partido”. Canceriana, por exemplo, apesar de gostar de ser professora não continuou a exercer o ofício, hipoteticamente, por causa da família do marido que não aceitava uma nora “que trabalhasse”. Ou, talvez, por conta dos três filhos pequenos e as suas obrigações domésticas, cujas tarefas “pertenciam” somente a ela. Canceriana disse o seguinte: “Veja voltando mais, a minha vó, mãe do meu pai, trabalhava aqui na loja, sabe ela era... Trabalhava, criava filhos e... Sabe então eu acho que no fundo a mulher sempre foi mulher maravilha, sempre ela foi... pode ver” (CANCERIANA, 2018).

A avó, apesar de trabalhar fora do lar “dava conta” da criação dos filhos e da organização da casa, uma “mulher maravilha” como foi descrita, Ana Paula Vosne Martins (1992) denomina essas mulheres de “mulheres desdobráveis”. Com a modernidade, o sexo feminino ampliou seus horizontes ocupou espaços que suas ancestrais, talvez, jamais imaginariam, entretanto, o espaço privado continuava sendo território delas. A “mulher desdobrável” tinha que ser capaz de desempenhar suas funções como dona de casa, mãe, esposa e profissional, assim nascia a chamada dupla jornada. Carla Bassanezi Pinsky (2014) afirma:

Há inclusive os que acreditam que o trabalho assalariado contribui para o desenvolvimento de uma consciência crítica a respeito das desigualdades sociais baseadas no sexo e, conseqüentemente, colabora para a emancipação feminina. Não por acaso a moral conservadora e os discursos machistas combatem o trabalho feminino fora do âmbito doméstico (PINSKY, 2014, p. 175).

Para as famílias conservadoras, a função biológica feminina era o matrimônio e a maternidade. A “invasão” das mulheres no espaço público, mundo dos homens, poderia desmoronar a estrutura familiar, e *Querida* confirmava estes discursos com a representação feminina de “rainha do lar”. Na edição de janeiro de 1967, a revista apresenta uma matéria sobre a atriz estadunidense Grace Kelly, que fez sucesso em vários filmes hollywoodianos, durante a década de 1950, até se casar com o príncipe Rainier III, de Mônaco, Grace fala o seguinte:

Uma constante em minhas entrevistas é sobre a minha volta ou não ao mundo cinematográfico. Minha resposta é também constante: digo sempre que tenho aqui a carreira mais importante: minhas adoráveis tarefas como mãe de três crianças também adoráveis e esposa de um marido maravilhoso (*QUERIDA*, jan., nº307, 1967, p. 46).

Apesar de abordar temas relacionados à inserção feminina, no mercado de trabalho, a revista ainda valorizava a representação de mulher dedicada à família. Outro exemplo, é o da edição de julho de 1966, em uma matéria sobre gestação, *Querida* traz o seguinte conselho ao casal: “Se a mulher trabalha fora, claro que restringe muito observação, tratamento e educação dos filhos entregues, por vezes, a babás doentes, mercenárias, pornográficas ou com vícios intoleráveis. É preciso saber selecioná-las bem” (*QUERIDA*, jul., nº 294, 1966, p. 21).

Grace Kelly deixou a carreira bem sucedida de atriz, para exercer “a carreira mais importante” de mãe-esposa, e o conselho sobre a escolha da babá reforça a responsabilidade da mulher em cuidar e educar os filhos. Essas opiniões acabavam persuadindo as leitoras em suas escolhas pessoais.

Dulcília Buitoni (1986) afirma que, embora a imprensa feminina da classe média incentivasse a profissionalização feminina, como realização e não como meio de sobrevivência, ainda acentuava o papel de cuidadora da casa e da alimentação da família. Todos os novos produtos modernos que “facilitavam” a vida acabavam levando as mulheres mais para dentro do lar (BUITONI, 1986, p. 72).

Segundo Guacira Lopes Louro (2011), as moças eram preparadas para o lar, pois o domínio da casa era claramente o destino delas e, para este domínio, elas teriam que estar plenamente preparadas. Deveriam ter habilidade com as agulhas e com a culinária, educadas o suficiente para ser uma companhia agradável ao marido e representá-lo bem, socialmente (LOURO, 2011, p. 446).

A autora afirma que a entrada das mulheres, no magistério, encontrou críticas “a atividade de docente, que hoje parece a muitos tão *natural*, era alvo de discussões, disputas e polêmica” (LOURO, 2011, p. 449). Muitos acreditavam que as mulheres eram incapazes de educar porque elas possuíam um cérebro “pouco desenvolvido”, já outros apoiavam a ideia:

Afirmavam que as mulheres tinham, “por natureza”, uma inclinação para o trato com as crianças, que elas eram as primeiras e “naturais educadoras”, portanto nada mais adequado do que lhes confiar a educação escolar dos pequenos. Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, “a extensão da maternidade”, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou uma filha “espírita”. O argumento parecia perfeito: a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la. Para tanto seria importante que o magistério fosse também representado como uma atividade de amor de entrega e doação. A ele acorreriam aquelas que tivessem vocação. (LOURO, 2011, p. 450)

A partir desse discurso, iniciou-se o processo de “feminilização do magistério”, a profissão de professora passou a ser aceita na sociedade, já que era relacionada à maternidade. Cuidando e educando dos alunos as mulheres iriam aprender a serem boas mães, além de que poderiam trabalhar meio período, conseguindo conciliar a profissão com a vida familiar.

O magistério alicerçou-se como trabalho feminino em definitivo principalmente no ensino primário e pré-primário e manteve as prerrogativas conquistadas. Os homens concentraram-se mais no ensino secundário e superior, que foram gradativamente feminizando-se em algumas áreas, como a da educação. A sociedade masculina aceitou sem mais protestos, com exceção de uma ou outra voz isolada, a profissão de professora. O poder público regulamentou as horas de trabalho em meio período diurno para que as mulheres também pudessem cuidar da casa. (NICOLETE; ALMEIDA, 2017, p. 217)

“O papel de educadoras da infância era o mais elevado que as mulheres poderiam aspirar” (NICOLETE; ALMEIDA, 2017, p. 214). A área da saúde também era adequada para as mulheres, principalmente, na enfermagem, pois elas teriam sensibilidade ao cuidar dos doentes e ampliariam seus conhecimentos sobre higiene e saúde, podendo utilizá-los no cuidado com o marido, filhos e com os idosos da família.

O Código Civil brasileiro de 1916 reconheceu a dependência e subordinação das esposas em relação ao marido, estabelecendo que as mulheres fossem “civicamente incapazes” e “consolidou as relações patriarcais na família ao legitimar a posição do homem como seu chefe” (BOSCHILIA, 1996, p. 27). Em 1943, a legislação “concedeu permissão para a mulher casada trabalhar fora de casa sem a autorização expressa do marido” (LIBLIK, 2017, p. 215), mesmo assim o trabalho feminino ainda era visto com preconceito. Até 1962, as mulheres não podiam abrir contas em bancos sem a autorização do cônjuge, e ter uma profissão sem a aceitação do companheiro, também era difícil de acontecer.

Leonina e Sagitariana disseram o seguinte sobre o fim dos estudos no magistério:

Às vezes tinha principalmente em relação ao sexo né (distinção de gênero) a educação do rapaz é mais livre, tem liberdade. A mulher mais reprimida né, era mais reprimida assim né. Reprimida de que muitas da minha época terminavam o magistério e já casavam né já era uma educação para o lar mesmo. Não eram todas que estudavam, eram poucas, tinha uma aqui de Irati que fez Medicina, outras foram fazer Farmácia, mas a maioria terminava o magistério já casava fazia concurso e eram profissionais da educação. Não estudavam mais. No meu tempo, eu não fiz, mas muitas faziam enxoval sabe guardavam nas arcas lá naqueles baús, eu sei borda né até hoje alguma coisinha eu fiz, mas tinha gente que fazia enxovais maravilhosos, já eram namoradas, noivas terminavam o magistério e já casavam, depois iam estudar, muitas amigas minha. Porque a gente se formou com 18, 19 anos né ensino médio, professora. Daí que elas foram fazer Pedagogia, foram fazer Letras, foram fazer História, estou me lembrando de uma de Guarapuava. Mais na área de licenciatura embora fizessem também

da área, como vou dizer, da saúde ou ciências exatas. (LEONINA, 2018)

Eu tenho magistério, eu não fiz faculdade, depois que eu me formei eu já casei né. Fiz magistério no Nossa Senhora das Graças, não fiz faculdade, as minhas crianças, já tinha dois, mais marido daí não... Eu me aposentei na secretaria do Stroparo (escola). (...) Depois que eu terminei o magistério eu fiz um curso de secretária. (SAGITARIANA, 2019)

As duas entrevistadas realizaram o magistério na mesma instituição, sendo Sagitariana um ano mais velha do que Leonina. Sagitariana já era noiva e, quando terminou o magistério, não demorou casar, como ela mesma conta, devido às obrigações com o lar, marido e filhos ela não continuou os estudos e, mais tarde, quando os filhos já estavam crescidos, fez um curso para atuar como secretária.

O espaço público, o “mundo dos negócios” deveria ser ocupado por homens, ter coragem, ação, autonomia eram consideradas virtudes masculinas, enquanto que a mulher se definia socialmente, ligada ao espaço doméstico e por meio da família. A historiadora Roseli Boschilia (1996) entrevistou um grupo de mulheres trabalhadoras e todas, sem exceções, aspiravam ao casamento como uma forma de obter um *status* econômico e social. “Demonstrando que a imagem do feminino direcionada para o espaço privado era igual para todos os grupos” (BOSCHILIA, 1996, p. 157).

Independente de origem social, cultural ou condições materiais, grande parte das mulheres mantinham um emprego por um período temporário, geralmente, no intervalo do término do colégio até o casamento. As mulheres que possuíam uma identidade diferenciada, que almejavam por autonomia e liberdade, rejeitando o projeto do casamento, acabavam sendo marginalizadas do universo feminino pelas próprias mulheres (BOSCHILIA, 1996, p. 160-161).

O modelo de família tradicional ainda estava presente na sociedade brasileira e iratiense, mas, em alguns lares, as normas de comportamento e os padrões de feminilidade e masculinidade estavam se modificando. A família de Leonina tinha outros planos para ela, os pais e um irmão que estudava Medicina em Curitiba a incentivaram a continuar os estudos, assim ela fez, prosseguiu na carreira universitária. Canceriana concluiu o magistério e fez graduação, quanto ao casamento, ela disse: “não casei muito cedo, para minha época acho que até casei meio tarde, casei com 26 anos. Sabe, já era meio tarde, eu namorei quase nove anos” (CANCERIANA, 2018). Após o casamento, ela deixou de exercer a profissão para se dedicar ao lar.

Os relatos das entrevistadas demonstram que, na década de 1960 e 1970, o feminino continuava sendo associado ao espaço doméstico, apesar de muitas mulheres se profissionalizarem acabavam dedicando-se exclusivamente à família. Nesse período de modernização, as mulheres conseguiram margens para transitar entre o público e o privado, mas ainda eram educadas para serem futuras donas de casa.

De acordo com Jamilly N. Nicolete e Jane S. de Almeida (2017), entre 1902 a 1940, a sociedade tinha medo da independência econômica feminina, porque achavam que isso daria muita liberdade às mulheres e que poderia iludi-las e acovardá-las em relação às obrigações do matrimônio e comprometer a maternidade. “O mesmo não se daria com os homens que, assim que resolviam sua situação econômica, sonhavam em casar-se” (NICOLETE; ALMEIDA, 2017, p. 215).

Em 1960, esse pensamento permanecia em muitas famílias, existia a contradição do tradicional e do moderno. Pois, ao mesmo tempo em que as jovens eram encorajadas a estudar e se profissionalizar, o futuro “natural” ainda era o casamento. As revistas femininas também estimulavam as leitoras a almejar o matrimônio e a maternidade, elas procuravam convencer de maneira “inocente”, como afirma Dulcília Buitoni (1986), a imprensa feminina utiliza armadilhas linguísticas:

Por detrás de um tom coloquial, existe todo um ordenamento de conduta. “Você, minha amiga” traz uma imposição sub-reptícia; a leitora aceita muito mais facilmente a ação que vem em seguida logo adiante. A utilização de formas verbais imperativas – “Faça”, “Olhe”, “Ande”... – diminui a faixa de liberdade da leitora. (...) Os textos dirigidos a mulher são verdadeira comunicação persuasiva, aconselhando-a a todo momento sobre o que fazer. (...) Ainda que se negue, a imprensa feminina usa e abusa do aconselhamento e da receita. Das grandes receitas a pequenas, tudo traz ingredientes e modo de fazer. Como se vestir, como preparar sopa de cebolas, como agarrar seu homem, como conseguir um emprego, como ser boa mãe, tudo é receita. Onde a opção? Onde a discussão?

As matérias que se pretendem informativas buscam um certo tom impessoal e caem no pedagógico. Quase sempre os textos de especialistas têm como objetivo ensinar. (...) Persuasivo, impositivo, o discurso da imprensa feminina raramente se abre a questionamentos. (BUITONI, 1986, p. 75-76)

As iratienses tinham acesso a várias revistas como *O Cruzeiro*, *Jornal das Moças*, *Querida* entre outras. Essas revistas tratavam de assuntos considerados “próprios de mulher” além de promover e valorizar família tradicional, perpetuando a associação de serviços domésticos a mulheres, assim como o cuidado com o lar, marido

e filhos. Porém, Raquel de Barros Pinto Miguel (2009) aponta que essas revistas não eram adquiridas apenas por donas de casa ou a moças casadoiras, o que as revistas faziam era “ecoar aquilo que estava associado, culturalmente, ao papel esperado das e pelas mulheres da época, independente se elas eram dona-de-casa ou não” (MIGUEL, 2009, p. 21).

Os assuntos das revistas eram sempre os mesmos: moda, decoração, culinária, casamento, filhos... Os assuntos variavam de acordo com a edição de cada mês, por exemplo, o mês de maio sempre trazia em destaque o enxoval e o casamento, assim como acontecia com o carnaval, dia dos namorados etc. As temáticas da imprensa feminina são perenes, quase sempre tratados da mesma forma “com um ligeiro verniz de modernidade” (BUITONI, 1986, p. 23). Segundo Dulcília Buitoni, isso ocorre porque as revistas femininas “não se interessa pela mulher individual e histórica, mulher que tem nação, cor de pele, classe, enfim, elementos concretos e mais situadores” (BUITONI, 1986, p. 138).

Sendo assim, *Querida* apresentava “receitas” para suas leitoras de como ser e agir. Um assunto recorrente, na revista, é o casamento que aparece sempre tratado como sagrado e indissolúvel, sendo responsabilidade da esposa preservá-lo. Se o marido traísse, era culpa da mulher que não cuidou e nem deu a atenção que ele merecia, questionada acerca dessa relação, Leonina respondeu:

A questão era a seguinte você se separar de um marido, dissolver um casamento era culpa da mulher, que ela não agradou, ele teve que procurar fora de casa, né. Então nesse ponto que ficava muito velado, elas não queriam que o pai soubesse por que vai incomodar, daí ela levava a vida inteira marido traia e tal, mas levava porque primeiro muitas mulheres não trabalhavam fora, a grande maioria, total de dependência do marido, filhos né, então se anulava. Muitas mulheres se anulavam, casavam e ficavam como em prisão, nunca mais iam a baile nenhum, a gente via sair só com o marido, ele ainda tinha mais liberdade. Alguns, não geral, mais o que a gente via era que elas suportavam muita traição do marido, sabe? E você não podia se separar porque você jurou que ia ficar... Porque não sei o que, por isso, aquilo e coitado... Casavam muito cedo com 17, 18 anos, imagine é muito cedo o que você sabe com 18 anos e casar, cuidar de casa logo engravidavam né. Então elas ficavam iam se acomodando né. “Não, fique com ele porque ele é bom dá o que comer, olhe a casa, olhe isso...”. E hoje em dia não, hoje você não aceita você sabe né, isso não aconselha a ninguém, não deu certo... (LEONINA, 2018)

As palavras de dona Leonina estão presentes, nas edições de *Querida*, enquanto conselhos às leitoras, era o dever das mulheres zelarem pelo matrimônio, para isso eram

ensinadas a serem recatadas, comportadas e submissas. Já aos homens, as normas eram diferentes, eles gozavam de liberdade, ter um caso fora do casamento, um “deslize”, infidelidade era considerada uma característica natural masculina. Muitas mulheres conviviam com a traição de seus companheiros porque o desquite não era visto com bons olhos, a mulher desquitada era alvo de falatórios e desaprovação. Ainda mais que a maioria das mulheres dependia financeiramente dos maridos, aquelas que deixavam os esposos voltavam para a casa dos pais, estes podiam não apoiar a decisão. Com medo da desaprovação social e da miséria, várias mulheres continuaram presas a relações desastrosas e se “anulavam”.

Divórcio era um tabu, não podia se separar porque jurou e tal (...). Assim, tipo mulher separada era assim... Mãe solteira era mais respeitada do que separada, não era muito bem vista sabe. Só sei que, por exemplo, as meninas, a gente não, não... Era da época não que a minha mãe achava isso, era, por exemplo, menina filha de... Se você fosse filha de mãe separada não era muito bom eu andar com você porque a tua mãe é separada, então veja que coisa né. E era assim, não tão abertamente, mas nas entrelinhas, sabe. Se você fosse filha de mulher separada não era boa companhia. Muitas ficavam casadas por causa dos filhos... (CANCERIANA, 2018)

Outros motivos mantinham as mulheres ao casamento. O desquite era um “pecado”, as pessoas condenavam as mulheres desquitadas e, além delas, os filhos também sofriam com o desprezo social. Canceriana era proibida por sua família de manter amizades com meninas que fossem fruto de uma união dissolvida, a mãe e os filhos ficavam “mal falados”. O homem não tinha a reputação ferida pelo desquite, ele era considerado a “vítima” na maioria das vezes. É interessante notar que Canceriana justifica o julgamento da mãe, relacionando à época e, que, hoje, ela não pensaria da mesma forma porque os tempos são outros, ou seja, *Querida* é um espelho do período, reflete representações e concepções sociais vigentes na década de 1960.

Canceriana contou que era melhor ser mãe solteira do que mãe desquitada, Leonina falou a respeito de sexualidade e mães solteiras:

Veja também era mais reprimido, não é que podia ou não até porque algumas casavam grávidas outras até tinham filhos sem ser casadas né, mas era né, às vezes tinha falatório, diferente de hoje. Hoje você vê uma pessoa grávida sendo maior que se sustente ninguém fala nada cada um com seu corpo, suas ideologias, né. Mas tinha uns preconceitos assim, mas claro para tudo se dava um jeito, mas era mais discreto. Mas isso não só na minha época isso é anterior a minha época. A minha mãe sempre dizia “não foi a primeira e não será a

última” então não adianta... falavam uns dias e depois se cansavam né e ficava as vezes um estigma com a pessoa. Que ninguém gosta também de ser criticado, às vezes a carne é fraca né vamos dizer assim né, mas tinha sim. Anticoncepcional na minha época acho que ninguém usava, só bem depois, algumas usavam tabelinha que o padre dava, que falava os dias que a mulher estava fértil, mas tinha mulher que como diz um sobrinho meu “vê a cueca e já fica grávida” então não adiantava quere controlar e tinha também... O padre dava a tabelinha para minha tia ela teve dez filhos, não funcionava (risos). Até hoje a igreja não permite o anticoncepcional, mas só que todo mundo toma, quem que não vai tomar. (LEONINA, 2018)

De acordo com Carla Bassanezi Pinsky (2014), em meados do século XX, o medo da gravidez indesejada era um dos principais freios às manifestações da sexualidade feminina, principalmente das jovens solteiras. Tornar-se mãe solteira não era o que as jovens e suas famílias desejavam, a entrevistada diz: “Eu mesma na minha época tinha uma moça que morava com a gente ela engravidou, e não era normal assim solteira, ela tinha namorado, mas ela não casou, mas isso não era muito usual, se tivesse tinha casar o quanto antes” (LEONINA, 2018).

A moça que Leonina mencionou era uma jovem universitária que acabou engravidando do namorado, entretanto, a família não optou pelo casamento, o que não era o comum para a época. De acordo com Canceriana, as mães solteiras eram mais respeitadas do que as desquitadas, apesar de também sofrer com os falatórios e pelo desprezo social. Mas, “o amor da mãe pelo filho seria capaz de recompor a dignidade social” (VÁZQUEZ, 2015, p. 68).

Segundo Karla Bessa (1994), o Código Penal Brasileiro de 1940 definiu que seduzir mulher virgem, maior de quatorze anos e menor que dezoito, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança, era configurado um crime de sedução. Muitas mulheres defloradas pelos namorados procuravam a justiça para reaver a honra por meio do casamento, porém uma grande quantidade dos homens, réus, eram absolvidos nos tribunais. As moças que tiveram uma “conduta leviana” e engravidaram carregavam um passado “manchado”, por esse motivo Carla Bassanezi Pinsky (2014) defende que o medo de passar por tal situação acabava freando a sexualidade feminina.

O forte da revista *Querida* eram os contos, cada edição publicava 4 ou 5, as histórias eram consideradas picantes e ousadas para a época. Carla Bassanezi Pinsky (2014) aponta que, apesar de *Querida* abordar contos audaciosos ou “histórias verídicas”, tinha a intenção de reforçar os padrões sociais estabelecidos e não ameaçar a

moral, pois todos os contos da revista traziam uma lição de moral. Em 1967, *Querida* publicou um conto intitulado “Passaporte para o perigo” no qual foram abordados assuntos sobre relações sexuais antes do casamento e métodos anticoncepcionais. A história nos apresenta um casal, Liza e Russ:

O rádio do carro tocava música suave que eu mal podia ouvir. Russ apertava-me contra seu corpo musculoso e beijava-me furiosamente. E eu o beijava também. Por fim, os nossos lábios separaram-se.

- Meu bem – disse êle com voz rouca – meu bem, por favor. (...)

Era sempre assim, quando estávamos juntos. E de tôdas às vezes Russ me pedia a mesma coisa.

Por favor, Russ – murmurei. (...)

Há muitos meses que saíamos juntos e eu nunca havia namorado seriamente até que conheci Russ. Não pensávamos em casamento. Apenas nos divertíamos juntos. Êle era bonito e cheio de vida e a idéia de que me havia escolhido para namorada fixa me fazia vibrar. Mas recentemente êle começou a puxar êsse assunto de sexo e eu não sabia bem como me comportar.

- Gostaria que você deixasse de fazer pressão.

- Não estou fazendo pressão sôbre você, Liza. Mas é que eu a desejo muito. Será que você não compreende?

Pegou no meu rosto e obrigou-me a olhar para os seus olhos.

- Eu sei que você também me deseja.

Beijou-me outra vez. Meu coração começou a bater e senti que Russ ia ganhando vantagem. Sim, eu o desejava; desejava tornar-me mulher. Mas eu sabia que estava errado e assim disse a êle. Afastei-o e sentei-me.

- Não está errado – insistiu êle – todos fazem isso quando namoram firme. Veja a Carol.

E era verdade (...). E ela gostava de rapazes. Costumava sair seguidas vêzes com um ou outro desde os tempos de ginásio. Sempre pensei que fôsse divertimento inocente e quando descobri que havia dormido com um rapaz fiquei um bocado chocada. Ela, porém achou graça na minha reação, disse que o sexo era uma coisa natural, caçou dos meus temores e fêz com que eu me sentisse tão tôla que, aos poucos, acabei por aceitar o seu comportamento. (...) Russ perguntou: - De que é que você tem mêdo? De engravidar?

- Eu... eu acho que em parte é isso.

- Mas já não é problema hoje em dia – protestou êle.

- Nenhum meio é seguro e você sabe disso.

- Mas a pílula é - Seu braço estreitou-me ainda mais – nós temos um bocado de sorte de viver os tempos de hoje, quando a gente pode se entregar completamente ao amor sem precisar se preocupar com as consequências. (...) (*QUERIDA*, jan., nº 307, 1967, p. 44-45).

Os dois eram jovens, tinham 17 anos, não pretendiam se casar, porque, depois da formatura do ginásio, Liza iria fazer um curso profissionalizante e Russ se mudaria de cidade para cursar engenharia civil em uma universidade. Ele já não era mais virgem, desde os 15 anos, e estava pressionando Liza para terem relações sexuais antes de ele ir

embora. Carol, amiga de infância de Liza, é descrita como uma moça loura, linda, confiante e conquistadora, era filha de pais divorciados, e a mãe já estava indo para o quarto casamento. Apesar de se conhecerem, desde crianças, o pai de Liza, um médico obstetra ginecologista, torcia o nariz e franzia a testa quando ouvia a filha falar algo a respeito de Carol, achava que não era uma boa companhia.

Pressionada pelo namorado e encorajada pela amiga, Liza resolveu ir a um ginecologista, escondido de seus pais, para pedir a receita de uma pílula anticoncepcional. Com medo dos efeitos colaterais do remédio, é acalmada por Carol. Esta conta que algumas amigas que tomavam a pílula sentiam alguns desconfortos, mas, ela achava o medicamento ótimo. Liza estava com vergonha de ir ao ginecologista, então, a amiga lhe disse que ele falaria um pequeno discurso acerca do perigo das doenças venéreas e sobre o que ele chamava de riscos de psicosssexuais da promiscuidade. Liza, procurando desculpas para não ir ao médico, e com medo do sexo antes do casamento, é aconselhada mais uma vez pela amiga que diz: “Naturalmente ainda há quem acredite nessa história do homem que se aproveita da moça e depois desaparece, mas os rapazes de hoje são diferentes.” (*QUERIDA*, jan., nº 307, 1967, p. 86).

Ao contrário de Liza, sexo para Carol era tão natural quanto escovar os dentes (*QUERIDA*, jan., nº 307, 1967, p. 86). Liza era filha de uma “família modelo” e seu pai percebeu que a filha estava esquisita e que talvez estivesse pensando em iniciar a vida sexual. Ele disse: “fico realmente penalizado com os casos de certas pequenas que aparecem no consultório... doenças venéreas, filhos ilegítimos, distúrbios emocionais (...). Seria uma experiência desagradável se vocês (Liza e Russ) não têm planos de casamento.” (*QUERIDA*, jan., nº 307, 1967, p. 88).

A história termina com Carol se envolvendo em um acidente, após ser largada pelo namorado com quem acreditava que ia se casar, e, Liza mantendo a virgindade acaba conquistando o coração de Russ que decide manter o relacionamento com ela projetando um futuro casamento. Portanto a história exhibe a representação de duas jovens: a “leviana” e a “moça de família”; aconselhando as leitoras solteiras a preservarem a virgindade até o casamento e alertando as leitoras mães a tomarem conta de suas filhas que poderiam ser influenciadas por más companhias a tomarem decisões que manchariam a reputação.

Esse conto corrobora com a fala de Canceriana a respeito das filhas de mães solteiras, com quem ela não deveria manter amizade, porque acreditavam que era fruto

de uma união desfeita e de um lar sem os valores tradicionais. Na história, o “Passaporte para o perigo” é a pílula, que diminuía o risco de uma gravidez indesejada, que tanto assustava as jovens. A pílula dava liberdade às moças e representava um perigo à moral.

Joana Maria Pedro (2003) pesquisou a respeito da experiência de contraceptivos no Brasil. Ela entrevistou várias mulheres as quais separou em duas gerações: as nascidas nas décadas de 1920 e 1930, que chamou de “geração 20-30”, e as nascidas nas décadas de 1940 e 1950, que chamou de “geração pílula”.

Durante a Guerra Fria, os países desenvolvidos fizeram acordos exigindo a redução da natalidade em países de terceiro mundo, como o Brasil (PEDRO, 2003, p. 239). A pesquisadora busca compreender de que forma questões políticas afetaram o privado dos indivíduos, no dia a dia.

No Brasil — assim como nos países do terceiro mundo —, a divulgação dos métodos contraceptivos modernos, entre estes o das pílulas anticoncepcionais, fez parte de políticas internacionais voltadas para a redução da população. Isto foi muito diferente do que ocorreu com mulheres de países europeus, cujas políticas natalistas tinham adquirido muita força após as guerras mundiais. Assim, enquanto em lugares como a França a pílula somente foi liberada para consumo em 1967, no Brasil a pílula anticoncepcional e o DIU foram comercializados sem entraves desde o início da década de 60. (PEDRO, 2003, p. 241)

O controle de natalidade, no Brasil, e em outros países da América Latina, teve ligação direta com a Revolução Cubana de 1959. Os Estados Unidos temiam que outros países adotassem o comunismo, consideravam a América Latina um “continente explosivo”. Acreditavam que o crescimento rápido da população aliado à pobreza seria crucial para uma revolução comunista.

O Brasil não se preocupava com as taxas de natalidade no país, foram grupos internacionais que atuavam, principalmente, nas camadas mais populares da sociedade. As pílulas foram projetadas para tender as classes mais populares, mas os efeitos desejados foram além dos esperados, atingindo mulheres de classes sociais abastadas e, intelectualmente, mais preparadas.

A pílula começou a ser comercializada em farmácias brasileiras, em 1962, no entanto, havia sido aprovada, nos Estados Unidos, dois anos antes. Porém, o uso da pílula encontrou outro obstáculo, a religião. A Igreja católica condenava a utilização de pílulas:

Em 25 de julho de 1968, a Encíclica *Humanae Vitae* reafirmou que qualquer ato matrimonial deveria permanecer aberto à transmissão da vida. Assim, somente o método do ritmo continuava sendo considerado lícito. As pílulas, ou outros métodos chamados de “artificiais”, foram condenados. As posições da Igreja Católica, contrárias às “formas artificiais” de contracepção, não foram levadas em conta pelas mulheres da “geração pílula”. O que acontecera com as mulheres? Eram estas as filhas daquelas mulheres que, na década de 50, afligiam-se por não receber absolvição no confessionário, por estarem usando *coitus interruptus*? As filhas destas mulheres nem sequer cogitavam de contar ao padre que estavam tomando pílulas: as decisões contraceptivas não seriam mais partilhadas pelas inquirições confessionais. (PEDRO, 2003, p. 252-253)

Com a introdução da pílula, houve mudanças culturais, Joana Maria Pedro (2003) questiona: será que este método contraceptivo moderno trouxe mais autonomia para as mulheres? Pesquisas apontam que novos anticoncepcionais estão diretamente relacionados pelas mudanças nas relações de gênero.

A presença feminina cada vez mais forte no mercado de trabalho, nas políticas sindical e partidária, na exigência de cotas, na ocupação de cargos de destaque, tudo isso tem sido possível certamente graças às possibilidades, antes nunca alcançadas, de separar com mais segurança a sexualidade da reprodução. As mulheres tornaram-se independentes da vontade, ou da falta de destreza masculina no *coitus interruptus*, no uso do preservativo ou na abstinência. As pílulas sempre podem ser tomadas às escondidas, seja dos pais, do marido, do amante, seja até do líder da religião que estiverem seguindo. No dizer de Françoise Thébaud, “A utilização de métodos modernos de contracepção não liberta apenas as mulheres de gravidezes indesejadas; ela dá-lhes, em detrimento dos homens, o domínio da fecundidade, e deve ser colocada no mesmo plano que as modificações do direito civil que, na mesma altura, põem termo à sua subordinação na vida privada”. (PEDRO, 2003, p. 253)

Leonina disse que a maioria das mulheres casadas, que ela conhecia, usavam a “tabelinha” que os padres distribuía, mas que não funcionavam direito e elas acabavam com uma prole bem grande. Já as mulheres da geração dela, a geração pílula, usavam a pílula mesmo sem a aprovação da Igreja, ou até, como citou Joana Maria Pedro (2003), às escondidas.

Na década de 1960, em Irati, o sexo, antes do casamento, ainda era proibido às mulheres. Canceriana conta que, para namorar, havia várias regras. Ficar sozinha com o namorado era proibido, poderia ser motivo para falatórios. Geralmente aos domingos, os amigos se encontravam e os casais de namorados podiam desfrutar de alguns momentos. Segundo Canceriana:

Beijar na boca podia, mas era assim um evento sabe. Tinha uma amiga minha mais velha que o namorado dela era mais velho também então ela tinha beijado... Então ela vinha contando como que era sabe, contando como que era, que ai tinha beijo assim e beijo de língua, a gente ficava pensando COMO É QUE ERA ISSO? (risos). Então era ela que contava para nós ela já tinha namorado sério então nós ficávamos todas ouvindo. Minha mãe sempre dizia que não era para eu namorar em portão, falava entre aqui para dentro de casa, era mais compromisso né. Essa coisa de “ficar”... Eu demorei tanto tempo para entender essa coisa de “ficar”, que bom né, pena que na minha época não era assim (risos). Demorei entender como que “fica” e depois que namora, “tô ficando” nunca entendi isso, porque na minha época era tudo bem definido namoro, noivado e casamento. (CANCERIANA, 2018)

As jovens iratienses namoravam cedo, ainda no ginásio, quando estavam terminando a magistério noivavam e logo casavam. Após o matrimônio e a maternidade, muitas mulheres paravam de estudar e trabalhar, questionada acerca dessa relação, Canceriana respondeu:

O pai trabalhava a maioria das mulheres não trabalhavam. Quem trabalhava era meio expediente e era professora, professora e enfermeira. Então poucas mulheres tinham assim emprego assim de sair, mulheres casadas né. Solteiras era outro né, as casadas é tinham que cuidar da casa e é um trabalho sacrificante né. É um trabalho bom dedicado, mas tem que ter dedicação só que o lado bom é que as mães acompanhavam nós (...). Só que assim da casa, então voltando lá, pela mulher não trabalhar e o homem trabalhar sempre assim tipo vamos esperar teu pai, almoçávamos a família inteira junto, quando teu pai chegar eu conto para ele, sabe aquele medo, a mulher tinha sempre muita é... Sustento, tudo do marido então ela dava mais autoridade para ele também ou tirava a dela ela não queria ter a responsabilidade, não a responsabilidade, mas a palavra o discutir, então eu acho que tinha isso apesar da minha casa ser bem papo aberto com pai com mãe no fundo tinha, veja eu raramente vi meu pai e minha mãe discutir, decerto brigavam, mas nunca na frente né. Então até isso. Sempre o homem um pouquinho mais acima da mulher, mas, mas, não rebaixada, mas mais enfeite da casa do que... (CANCERIANA, 2018)

Em suas memórias, Canceriana aponta que a mulher tinha a obrigação de cuidar do lar, dos filhos e do esposo, o serviço fora de casa, para muitas mulheres, não era possível ou necessário, pois o espaço público, o mundo dos negócios, era para os homens. Apesar da urbanização, industrialização e das mudanças econômicas e sociais que estavam ocorrendo no período, Canceriana estava destinada a ter a vida que a mãe e a sogra dela tiveram. Ela disse que era o homem que tinha a autoridade dentro do lar

inclusive sobre a esposa, que a mulher era “mais um enfeite da casa”. Ou seja, as mulheres continuavam aprisionadas na esfera doméstica e nas tarefas tradicionais femininas.

Em agosto de 1964, a colunista Carmen da Silva publicou, na revista *Claudia*, um de seus artigos mais polêmicos, intitulado: “Trabalhar para não ser um bibelô”. Em 1965, outro artigo: “Uma pequena rainha triste”, provocando, nas leitoras, questionamentos quanto à felicidade e à autorrealização da dona de casa (PINSKY, 2014, p. 203). Os artigos foram recebidos com muita crítica pelas leitoras, pois evidenciou a instabilidade que havia diante de novas reformulações sociais.

O espaço privado fornecia para as mulheres momentos para a leitura das revistas femininas, Canceriana, Leonina e Sagitariana eram leitoras de *Querida* e de outros periódicos, elas relatam que era no espaço doméstico que faziam as leituras.

“A gente trocava revistas, emprestava uma para a outra. A gente queria ficar por dentro da moda né o que usava, e tinha também aqueles cremes que a gente nem comprava nem tinha aqui na cidade, sabe a gente queria saber dessas coisas” (SAGITARIANA, 2019). Muitos artigos, presentes em *Querida*, eram exportados dos Estados Unidos, assim, muitas novidades, apresentadas pela revista, não tinham para venda em Irati, mas, mesmo assim elas gostavam de ler para ficarem atualizadas. As jovens trocavam revistas, pegavam emprestadas com mães de amigas, folheavam em grupo ou sozinhas, debruçadas sobre a cama, por vezes, às escondidas.

De acordo com Michel de Certeau (2007), a leitura é uma tática, os leitores não ficam presos a intenção do autor ou do editor, pois cada leitura é uma trajetória individual e carregada de subjetividades. As ideias de Roger Chartier (2004) vão ao encontro de Michel de Certeau, ele afirma que existem diversas práticas de leitura, em diferentes épocas e meios, e o leitor não é um agente passivo. A leitura é multifacetada, ela é feita pelos dominados que utilizam as táticas, a astúcia dos consumidores.

Apesar de toda a vigilância sob o feminino, as leitoras achavam meios de driblar o sistema, mesmo *Querida* difundindo discursos limitando as mulheres ao lar, e apoiada por outras instituições sociais. As leitoras Canceriana, Leonina e Sagitariana e tantas outras, não ficaram presas a esses discursos, claro que algumas encontraram menor ou maior resistência para conseguir realizar os seus objetivos. Elas aproveitavam ocasiões para conquistar espaços e a objetivação de desejos e projetos, mesmo com a construção social vinculando a mulher ao espaço privado, as três entrevistadas, hoje, ocupam um lugar e transitam na esfera pública, mas, para isso, jogaram com o sistema dominante.

Todas deram um “jeitinho” utilizando de táticas, algumas silenciosas e sutis para conseguir o que queriam.

Considerações finais

O fio condutor desta dissertação foi à relação entre o tradicional e o moderno, pois a revista *Querida* transitava por essas transformações. Entre as mudanças sociais, culturais e econômicas, que estavam ocorrendo, emergiam novas representações de feminilidade. De “rainha do lar”, modelo difundido pela teoria da domesticidade, as mulheres passaram a frequentar novos espaços e tomar novas atitudes, comportando-se de maneira moderna.

Michel de Certeau (2007) refletiu sobre as mais diversas regiões existentes, atribuiu novas interpretações historiográficas para o conceito, entende-se, aqui, a revista *Querida* e suas leitoras, como sendo uma região que é produzida, culturalmente, na qual existem estratégias e táticas. *Querida* exercia a estratégia que é o poder, as normas, para as quais as táticas são postas em prática. As leitoras eram alvos do poder disseminado pela mídia, pela família, pela escola, pela sociedade em geral; mas elas tinham meios de reinventar suas condutas por meio de suas ações, criando espaços políticos e culturais.

Segundo Roger Chartier (2004), a leitura é um espaço de representação e de apropriação, desta forma, a revista tem a capacidade de construir um mundo de representações, moldando a realidade através de discursos que disciplinam e estruturam. As leitoras não são seres passivos, elas escolhem o que acatar e o que subverter.

Querida é um produto cultural. As representações que ela veiculava eram mais ligadas ao tradicional, a revista também promovia a moda, o cinema, as celebridades e, estes, estavam ligados ao moderno. Desta forma, a revista vendia, além dos produtos, o comportamento para as suas leitoras. A fonte oral nos proporcionou fazer essas relações e perceber que as entrevistadas estavam vivendo em um período de muitas transições e a revista contribuía para a produção de suas subjetividades.

As instituições sociais utilizavam das estratégias para produzir corpos disciplinados nos padrões tradicionais, os indivíduos se apropriavam e se reinventavam, a partir das táticas. As táticas deixam poucos vestígios por isso não é fácil analisá-las, é perceptível que, apesar de todo o discurso conservador que dividia o público e o privado entre o masculino e feminino, as mulheres, ao longo dos anos, criaram práticas, desafiaram, burlaram e ultrapassaram obstáculo. Subvertendo as estratégias.

A revista passava a concepção de que, para ser uma “mulher moderna”, as leitoras precisavam adquirir produtos modernos, como os cremes, as maquiagens, a

geladeira, a batedeira, o aspirador de pó, entre outros bens de consumo que carregavam a imagem de modernos, do novo e do inédito (MIGUEL, 2009, p. 229). O “ser” estava relacionado ao “ter”, a modernidade era ligada ao consumo, não estava associada a um crescimento pessoal, contudo, no preceito de como homens e mulheres iriam se tornar modernos, se adquirissem objetos modernos. O próprio consumo de revistas era uma prática considerada moderna, ela integrava os novos produtos do mercado, porém com conteúdos tradicionais que associavam a figura feminina ao lar, ao marido e aos filhos.

O começo da década de 1960 está inserido nos chamados Anos Dourados, que compreendem os anos de 1945 a 1964, época que teria sido “dourada”, ocorreu um aumento do poder aquisitivo da população brasileira. Período marcado por idealismos, desenvolvimentismo, urbanização, industrialização e modernização. Nesse período, cresce a demanda por trabalhos femininos, aumenta a escolaridade da população brasileira, em especial, da feminina, mas, ainda, existem preconceitos ao trabalho de mulheres fora do lar (PINSKY, 2014, p. 15-16).

A revista *Querida* continha muitos artigos exportados dos Estados Unidos, a influência cultural norte-americana era muito forte no Brasil e em outros países. O *american way of life* divulgava o estilo de vida estadunidense e motivava o consumo de inúmeros produtos culturais americanos.

Querida propagava discursos conservadores, carregados de poder de convencimento, referindo-se à leitora como “amiga”. No espaço privado, ela ganhava mesmo essa forma de amiga para a leitora, a amiga ensinava como se comportar, que roupa usar, dava conselhos, acabava participando da intimidade da leitora.

Apesar de a revista apresentar, em suas páginas, um número maior de discursos conservadores ela acabava divulgando, também, ideias novas, quando falava de moda, cinema e música, por exemplo. Na moda, a minissaia e a calça jeans foram marcos, relacionado a mudanças de comportamento e costumes, como afirma Paulo Debom (2013), a moda é um caminho para ler a sociedade.

Na década de 1960, ocorreu um processo de mudança nos hábitos dos brasileiros, que foi só o começo, nos vinte anos que se seguiram, as mulheres estavam assumindo atribuições bem diferentes na sociedade. As entrevistadas Sagitariana e Canceriana, durante as entrevistas, lamentaram o fato de não poderem ter trabalhado ou estudado, após o casamento, mas é importante observarmos que esse olhar que elas fizeram sobre o passado é uma visão retrospectiva. Na juventude, quando tomaram

decisões, ou foram destinadas a elas, as entrevistadas não sabiam que, em poucas décadas depois, o futuro das mulheres se modificaria como aconteceu.

Sagitariana e Canceriana almejavam ser mulheres modernas, usavam as tendências da moda, ouviam Beatles e a Jovem Guarda, e estudaram, porém, na sociedade, a normatividade era o casamento e a maternidade. A revista *Querida* prescrevia essas normas sociais, entretanto, as leitoras decidiam o que acatar das normas e atuavam além do que era prescrito, criando novas possibilidades por conta própria.

De acordo com Ana Paula Vosne Martins (1992), os projetos individuais das moças estavam ligados ao desejo de suas famílias, Leonina, por exemplo, sempre foi incentivada pela família a estudar e construir uma carreira. Durante a entrevista, entre as três mulheres entrevistadas, ela é a que menos atribuiu importância aos concursos de rainha, ela debochou do enxoval e falou que sua mãe pensava de uma forma diferente das outras mulheres da sociedade iratiense.

Leonina, assim como outras mulheres, foram educadas para se inserirem no mundo do trabalho e contribuir para o sustento da casa, não se restringindo apenas às ocupações domésticas e familiares. “Porém, é importante assinalar que acarrear desejava era o magistério, sendo muito raro o estímulo a profissões como Direito, Engenharia, Medicina ou as lides das ciências exatas” (LIBLIK, 2017, p. 306).

Canceriana trabalhou, como professora de Português, até se casar, após o matrimônio ficou atarefada com as atividades domésticas, mas esse não foi o impedimento da carreira. Na entrevista, ela deixou claro que amava dar aulas, porém, em casa, o seu marido não “ajudava” em nada, além de que sempre ouvia da sogra que lugar de mulher era no lar. Mas, Canceriana criou estratégias para se inserir no mundo do mercado de trabalho, atualmente, junto de sua irmã e outros familiares, administra o negócio da família.

A revista era uma fonte de entretenimento das mulheres entrevistadas, em seus lares, em seus espaços privados, no entanto, o cinema foi muito importante para essa geração. O Cine Theatro Central, com a exibição de filmes, trazia informações para os iratienses, era uma janela aberta para o mundo, era um ponto de encontro dos jovens e lugar de diversão (ALMEIDA, 2018). Canceriana, Leonina, Sagitariana e Sagitariano falaram desse espaço de sociabilidade, e como ele foi relevante na vida de cada um. Lá, eles iam para namorar, trocar revistas e gibis e, claro, assistir a filmes.

Os discursos que padronizavam os modelos de feminilidade e masculinidade veiculavam em várias mídias, novas reformulações sociais começavam a se revelar,

novos comportamentos para homens e mulheres. A “mulher moderna” deveria dar conta de tudo, da profissão, do lar, dos filhos, do marido, além de apresentar boa conduta, ser uma mulher “séria”.

Esse visível paradoxo estabelecia imagens de “mulheres modernas”, que eram cultas, graduadas em cursos superiores, entretanto, ainda associadas a imagens de “moças de família”, educadas, prendadas, aptas para o casamento e à representação de valores e estilos compartilhados pelas elites locais (CANÇADO, 2009, p. 235).

Em suma, na década de 1960, o lugar social de mulheres e homens estavam bem definidos. Os homens tinham a função de provedor do espaço doméstico e detentor dos poderes políticos e econômicos, espaços tradicionalmente masculinos. Essas identidades e representações, construídas pela revista, eram legitimadas pela sociedade, nem sempre seguidas pelos sujeitos. *Querida* produzia e reproduzia a sociedade brasileira, conforme notamos, nas entrevistas, muitas normas sociais, escritas na revista, eram seguidas pelas leitoras, já outras, nem tanto.

O caminho trilhado para construir esta dissertação já foi trajeto de muitas outras historiadoras/historiadores e pesquisadoras/pesquisadores, ainda, há muitos novos caminhos a serem trilhados, com diferentes olhares. Desta forma, fica aberto a futuras pesquisas, à exploração de outros horizontes, com novos recortes e temáticas.

REFERÊNCIAS

FONTES

ENTREVISTAS:

CANCERIANA. Entrevista concedida a Cibeli Grochoski, Irati, 07 maio. 2018.

LEONINA. Entrevista concedida a Cibeli Grochoski, Irati, 07 maio. 2018.

SAGITARIANA. Entrevista concedida a Cibeli Grochoski, Irati, 26 agosto. 2019.

SAGITARIANO. Entrevista concedida a Cibeli Grochoski, Irati, 07 maio. 2018.

REVISTAS, COVITES E JORNAIS:

CONVITE para o Baile de Primavera. Grêmio Flores da Primavera, Irati, 1965. (Livreto). Acervo: CEDOC/ UNICENTRO, Campus Irati.

CORREIO DO SUL. Irati, maio de 1955. Acervo: CEDOC/ UNICENTRO, Campus Irati.

CORREIO DO SUL. Irati, novembro de 1954. Acervo: CEDOC/ UNICENTRO, Campus Irati.

REVISTA QUERIDA, Junho de 1959, 2ª Quinzena, nº 122. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora. Acervo: CEDOC/ UNICENTRO, Campus Irati.

REVISTA QUERIDA, Janeiro de 1960, 1ª Quinzena, nº 135. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora. Acervo: CEDOC/ UNICENTRO, Campus Irati.

REVISTA QUERIDA, Janeiro de 1960, 2ª Quinzena, nº 136. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora. Acervo: CEDOC/ UNICENTRO, Campus Irati.

REVISTA QUERIDA, Fevereiro de 1960, 1ª Quinzena, nº 137. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora. Acervo: CEDOC/ UNICENTRO, Campus Irati.

REVISTA QUERIDA, Fevereiro de 1960, 2ª Quinzena, nº 138. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora. Acervo: CEDOC/ UNICENTRO, Campus Irati.

REVISTA QUERIDA, Março de 1960, 1ª Quinzena, nº 139. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora. Acervo: CEDOC/ UNICENTRO, Campus Irati.

REVISTA QUERIDA, Março de 1960, 2ª Quinzena, nº 140. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora. Acervo: CEDOC/ UNICENTRO, Campus Irati.

REVISTA QUERIDA, Setembro de 1960, 2ª Quinzena, nº 152. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora. Acervo: CEDOC/ UNICENTRO, Campus Irati.

REVISTA QUERIDA, Novembro de 1960, 1ª Quinzena, nº 155. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora. Acervo: CEDOC/ UNICENTRO, Campus Irati.

REVISTA QUERIDA, Dezembro de 1960. 1ª Quinzena, nº 157. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora. Acervo: CEDOC/ UNICENTRO, Campus Irati.

REVISTA QUERIDA, Janeiro de 1962, 1ª Quinzena, nº 183. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora. Acervo CEDOC/ UNICENTRO, Campus Irati.

REVISTA QUERIDA, Janeiro de 1962, 2ª Quinzena, nº 184. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora. Acervo CEDOC/ UNICENTRO, Campus Irati.

REVISTA QUERIDA, Fevereiro de 1962, 1ª Quinzena, nº 185. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora. Acervo CEDOC/ UNICENTRO, Campus Irati.

REVISTA QUERIDA, Fevereiro de 1962, 2ª Quinzena, nº 186. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora. Acervo CEDOC/ UNICENTRO, Campus Irati.

REVISTA QUERIDA, Março de 1962, 2ª Quinzena, nº 188. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora. Acervo CEDOC/ UNICENTRO, Campus Irati.

REVISTA QUERIDA, Junho de 1962, 1ª Quinzena, nº 193. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora. Acervo CEDOC/ UNICENTRO, Campus Irati.

REVISTA QUERIDA, Outubro de 1962, 2ª Quinzena, nº 202. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora. Acervo CEDOC/ UNICENTRO, Campus Irati.

REVISTA QUERIDA, Janeiro de 1963, 1ª Quinzena, nº 207. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora. Acervo CEDOC/ UNICENTRO, Campus Irati.

REVISTA QUERIDA, Janeiro de 1963, 2ª Quinzena, nº 208. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora. Acervo CEDOC/ UNICENTRO, Campus Irati.

REVISTA QUERIDA, Abril de 1963, 1ª Quinzena, nº 213. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora. Acervo: CEDOC/ UNICENTRO, Campus Irati.

REVISTA QUERIDA, Maio de 1963, 1ª Quinzena, nº 215. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora. Acervo: CEDOC/ UNICENTRO, Campus Irati.

REVISTA QUERIDA, Maio de 1963, 2ª Quinzena, nº 216. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora. Acervo: CEDOC/ UNICENTRO, Campus Irati.

REVISTA QUERIDA, Agosto de 1963, 1ª Quinzena, nº 221. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora. Acervo: CEDOC/ UNICENTRO, Campus Irati.

REVISTA QUERIDA, Julho de 1965, 1ª Quinzena, nº 267. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora. Acervo: CEDOC/ UNICENTRO, Campus Irati.

REVISTA QUERIDA, Agosto de 1965, mensal, nº 269. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora. Acervo: CEDOC/ UNICENTRO, Campus Irati.

REVISTA QUERIDA, Julho de 1966, mensal, nº 294. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora. Acervo: CEDOC/ UNICENTRO, Campus Irati.

REVISTA QUERIDA, Janeiro de 1967, mensal, nº 307. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora. Acervo: CEDOC/ UNICENTRO, Campus Irati.

REVISTA QUERIDA, Novembro de 1968, mensal, nº 354. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora. Acervo: CEDOC/ UNICENTRO, Campus Irati.

BIBLIOGRAFIAS:

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: *Fontes Históricas/ Carla B. Pinsky* (org.). – 3. Ed. – São Paulo: Contexto, 2011, p.155-202.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. Fronteiras*, Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008.

ALMEIDA, Pedro Henrique Wasilewski. *Sociabilidades em Cena: Histórias do Cine Theatro Central de Irati – 1920-1982*. 2018. 98f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Irati.

ANTOSZCZYSZYN, Lucas. Relações de gênero em Irati/PR: os papéis socialmente construídos na esfera do Clube do Comércio. In: *II Colóquio de gênero e pesquisa histórica*, 2019, Irati. *Anais II Colóquio de gênero e pesquisa histórica*.

ASSUNÇÃO, Letícia Formoso. “Corpos vestidos”: A silhueta feminina (re) significada de Coco Chanel. *DOBRAS* (Barueri, SP), v.9, p.193-2020, 2016.

BARROS, José D’Assunção. História, espaço e tempo: interações necessárias. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.460-476, jul/dez 2006.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. In: PRIORE, Mary Del (org.); BASSANEZI, Carla (coord.). (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto: UNESP, 2006.

_____. Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964). *Cadernos Pagu* (UNICAMP. Impresso), v. 1, p. 111-148, 1993.

BESSA, Karla. O Crime de Sedução e as Relações de Gênero. *Cadernos Pagu* (UNICAMP), campinas, v. 2, p. 175-196, 1994.

BODY-GENDROT, Sophie. Uma vida privada francesa segundo o modelo americano. In: PROST, Antoine; GÉRARD, Vincent (orgs.). *História da vida privada, 5: da primeira guerra até nossos dias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSCHILIA, Roseli Terezinha. *Condições de vida e trabalho: a mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960)*. 1996. 187 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba.

_____. *Modelando condutas: a educação católica em colégios masculinos (Curitiba 1925-1965)*. 2002. 249 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba.

BOTTON, Fernando Bagiotto. *Liderança política e autoridade paterna: psicologia e masculinidade na construção das personalidades de Vargas e Perón*. 2017. 307 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba.

BOTELHO, Marcelo de Azevedo. *Louvemos e aplaudimos a medida presidencial: A censura moral de Jânio Quadros e a imprensa católica da Guanabara (1960-1961)*. 2016. 170f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Seropédica.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2012.

_____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRAGA, João. *História da moda: uma narrativa*. 4. Ed. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2005.

BUENO, Eduardo. *Brasil: uma História*. 2º ed. rev. - São Paulo: Ática, 2003.

BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. *Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Summus, 2009.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CANÇADO, Adriana Mello. *Majestades da Cidade Princesa: Concurso Rainha da Soja de Ponta Grossa, Paraná (1970-1980)*. 323 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. 1 Artes de fazer. 13.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Loucura, Gênero Feminino: As mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX. *Revista brasileira de História*, v. 8, p. 121-144, 1989.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Tenha Modos! Manuais de Civilidade e Etiqueta na Escola Normal. (1920-1960). In: *Comunicação Coordenada: De cor e salteado para ver e viver: lições em manuais do século XIX e XX*. VI Congresso LusoBrasileiro de História da Educação. Uberlândia – MG. 17 – 20 de Abril de 2006.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

COSTA, Maria Paula. *Entre o sonho e o consumo: As representações femininas na revista Claudia (1961-1985)*. 2009. 234 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras e Ciência de Assis – UNESP, Assis.

COTT, Nancy F. A mulher moderna: o estilo de vida americano dos anos 20. In: THÉBAUD, Françoise. *História das mulheres: o século XX*. Porto: Afrontamentos, 1991.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP, 1999.

_____. Diferenças entre os sexos e a dominação simbólica (nota crítica). *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 4, 1995, p. 37-47.

_____. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

DAVIS, Natalie Zemon. *Nas margens: Três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DEBOM, Paulo. A Moda e o vestuário como objetos de estudo na História. *Ensinarmode*, Vol.3, n.3, p.13-26, Florianópolis, out. 2019 – jan. 2020.

DEBOM, Paulo. Moda: nascimento, conceito e História. *Veredas da História*, Vol. 11, n.2, p.7-25, dez. 2018.

DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, Rio de Janeiro, 2002. P.314-332.

FORNAZARI, Luciana Rosar. *Gênero em revista: imagens modernas de homens e mulheres na revista O Cruzeiro do segundo pós-guerra*. 2001. 152 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. 38ª ed. Petrópolis/RJ, Vozes, 2010.

FREITAS, Viltany Oliveira. *Cantos de bar: sociabilidades e boemia na cidade de Natal (1946-1960)*. 2013. 122 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal.

HALL, Catherine. Sweet home. In: PERROT, Michelle. *História da vida privada, v. 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 53-88.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HEINZ, Flavio. M.. O historiador e as elites. In: Flavio M. Heinz. (Org.). *Por outra história das elites*. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, v. 01, p. 7-15.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KROETZ, Itiana D.; GAI, Eunice T. P. *O JORNAL DAS SENHORAS E A BUSCA PELA EMANCIPAÇÃO MORAL E INTELECTUAL DA MULHER BRASILEIRA*. Literatura, Comparatismo e Crítica Social – Fevereiro de 2015.

KUMMER, Carmem Silvia da Fonseca. “*Não esmorecer para não desmerecer*”: As práticas médicas sobre a saúde da população rural paranaense na primeira república, 1916-1930. 2007. 143 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba.

LANGARO, Jiani Fernando. Espaço, Região e História Social. *Revista Percurso-NEMO*. Maringá, v.1, n.1, p. 23-48, 2009.

LIBLIK, Carmem Silva da Fonseca Kummer. *Uma história toda sua: Trajetórias de historiadoras brasileiras (1934-1990)*. 2017. 331 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba.

LIMA, Sandra Lúcia Lopes. *IMPrensa FEMININA, REVISTA FEMININA. A IMPrensa FEMININA NO BRASIL*. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 221-240, dez. 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.); PINSKY, Carla B.(coord.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 443-481.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. Mulher em Revista. In: PINSKY, C.B; PEDRO, J. M. (orgs). *Nova História das mulheres no Brasil*. – São Paulo: Contexto, 2012. P.447-468.

LURIE, Alison. *A Linguagem das roupas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MACHADO, Ana G. S.; MOURA, Mônica. Saia do armário, homem! Estudo sobre o uso de saia masculina. In: 13º Colóquio de Moda. Bauru: *Anais do 13º CM – UNESP*, 2017.

MATOS, Maria Izilda S. de. Corpo – Âncora de Emoções: Trajetórias, desafios e perspectivas. *OP SIS*, v.7, nº 8, jan-jun 2007.

_____. História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. *Mandrágora*, v.9, nº. 19, 2013, p. 05-15.

MARTINS, Ana Paula Vosne. “*Um lar em terra estranha*”: A aventura da individualização feminina. A casa da estudante universitária de Curitiba nas décadas de 50 e 60. 1992. 143 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Desafios da história oral latino-americana: o caso do Brasil. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (org.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. P. 85-98.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. Capitalismo Tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, F. (coord.), SCHWARCZ, L. M. (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. V.4. P.559-658.

MIGUEL, Raquel de Barros Pinto. A revista Capricho como lugar de memória (décadas de 1950 a 1960). 2009. 260 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis.

MIRA, Maria Celeste. Cultura e segmentação: um olhar através das revistas. In: *XXV Encontro Anual da ANPOCS*, 2001, Caxambu. ANPOCS - XXV Encontro Anual. São Paulo: ANPOCS.

MONTEIRO, Marko. Masculinidades em revista: 1960-1990. In: DEL PRIORE, M.; AMANTINO, M.. *História dos Homens no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2013. p. 335-358.

MÜLLER, Angélica. Não se nasce viril, torna-se viril: juventude e virilidade nos “anos 1968”. In: DEL PRIORE, M.; AMANTINO, M.. *História dos Homens no Brasil*. 1º ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013. p. 299-334.

PEREIRA NETO, Vitor Manuel. A sociabilidade cultural durante a 1ª república: o caso de Coimbra. *Revista de História das ideias*. Vol. 27, 2006. p. 419-444.

NICOLETE, Jamilly Nicácio; ALMEIDA, Jane Soares de. Professoras e rainhas do lar: o protagonismo feminino na imprensa periódica (1902-1940). *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, Edição Especial n.2, p.203-220, set.2017.

NAKAMURA, Mariany Toriyama; CRIPPA, Giulia. Fontes orais e o método de análise fotográfica oral: perspectivas de atuação do profissional da informação. *Discursos fotográficos*, Londrina, v.6, n.9, p. 77-101, jul./dez. 2010.

OLIVEIRA, Eduardo Alexandre Santos de. *Dispositivos, escolas e infantilidade: um estudo foucaultiano em escrituras*. 2013. 134 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Toledo.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. Discursos sobre a masculinidade. *Revista de Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, 1998.

PATAI, Daphne. *História Oral, Feminismos e Política*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; MEZZOMO, Frank Antonio. *Mulheres e relações de gênero: o jornal como fonte e recurso pedagógico*. Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder. Campo Mourão, 2014, 68p.

PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 238-259.

_____. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *HISTÓRIA*, SÃO PAULO, v. 24, nº. 1, 2005, p. 77-98.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2017.

_____. Os atores. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das letras, 1991.

_____. Práticas da memória feminina. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.9, n. 18, p. 9-18, ago./set. 1989.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos moldes rígidos. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. *Mulheres dos Anos Dourados*. São Paulo: Contexto, 2014.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. Projeto História, São Paulo, n. 22, p. 9-24, jun. 2001.

QUADROS JR, Itanel B. A propaganda no Brasil: uma brevíssima resenha do século XX. In: *XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação Campo Grande*, 2001, Campo Grande - MS. Anais do XXIV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Campo Grande, MS., 2001. V. 01. p. 01-10.

QUELER, José Jefferson. *Entre o mito e a propaganda política: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1960)*. 2008.337 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas.

RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e Pós-Modernidade No Brasil. *CADERNOS DO ARQUIVO EDGAR LEUENROTH*, v. 3, n.3, 1997.

_____. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Cultura histórica em debate*. São Paulo: UNESP, 1995. p. 81-91.

_____. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Mirian (Orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

RAMOS, Márcia Ziebell. *Trabalho, subjetividade e reabilitação profissional: Por uma genealogia dos modos de vida*. 2005. 92 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

RASPANTI, Márcia Pinna. O que “eles” vestem: moda, vaidade e masculinidade no Brasil. In: PRIORE, Mary del; AMANTINO, Marcia. *História dos Homens no Brasil*. 1º ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013. P.185-212.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: *Nova História das mulheres no Brasil* / organizadoras Carla B. Pinsky e Joana Maria Pedro. – São Paulo: Contexto, 2012. P.333- 359.

SABAT, Ruth. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis (SC), v. 09, n.01, p. 09-21, 2001.

SALERNO, Laura Peretto. *Querida ensina: Preceitos de comportamentos femininos em páginas da revista Querida (1958-1968)*. 2009. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis.

SASAKI, Silvia. Smoking Fetiche. As representações femininas nas propagandas de cigarro (1940-1960). *Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. – Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

SEARINO, Shirley Valera Rialto. *Tornar-se homem: construção do masculino na Curitiba das décadas de 1940 e 1950*. 2001. 187 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba.

SEVERO, Carolina. Preparo ao lar: a disciplina de economia doméstica no ginásio do colégio farroupilha (1942- 1961). In: *IV EPHIS (Encontro de Pesquisas Histórias da PUCRS)*, 2017. Anais do IV EPHIS. Porto Alegre: PUCRS, 2017.

SILVA, S.C; STAFUZZA, G.B. Práticas identitária da autoajuda no mundo contemporâneo do trabalho. *Psicologia & Sociedade*, v.25, p. 718-727, 2013.

SMITH, Nancy MacDonell. *O pretinho básico: A verdadeira história dos 10 favoritos da moda*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2004.

SOARES, A. C. E. C; BARROS, N. C. F. As propagandas da revista feminina (1914-1936): A invenção do mito da beleza. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, EDIPUCRS, v.7, n.1, jan/jun. 2014, p.106-120.

STAUDT, Ana Júlia Tavares. *Discurso astrológico: Condições de produção e interdiscurso no horóscopo das revistas Capricho e Claudia*. Dissertação (mestrado). 2017, Salvador.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, n. 16, p. 5-22, jul./dez. 1990.

_____. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: editora da Universidade Estadual paulista, 1992.

_____. Prefácio a Gender and Politics of History. In: *Cadernos Pagu*. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1994, 11-27

TARDE, Gabriel. *As leis da imitação*. Porto: Rés Editora, 2000.

THOMSON, Alistair. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral. FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (org.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. P. 47-66.

VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. *Da mãe que não fui: a experiência da ausência de maternidade ao longo do século XX*. 2015. 256 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

VIEIRA, Martha Victor. O surgimento da imprensa política e a retórica da opinião pública na província de Goiás. *História Revista (Online)*, Goiânia, v. 21, n. 3, p. 126–142, set./dez. 2016.

WARMLING, Cristiane Maria. *Dos práticos à institucionalização da odontologia (um estudo da Saúde Bucal em Blumenau)*. 2002. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ZIMMERMANN, Maíra. Novos modelos de beleza na mídia: a minissaia e a juvenalização da moda nos anos 1960. In: *VI Colóquio de Moda*, 2010, São Paulo. Anais do VI Colóquio de Moda, 2010.

- Autorizo a divulgação integral deste trabalho no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.
- Autorizo apenas a divulgação do resumo e do *abstract* no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.

Irati(PR), 27 de Outubro de 2020.



Cibeli Grochoski